UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA
JAPONESA

BEATRIZ KAORI MIYAKOSHI LOPES

Os desafios do Japão, a primeira sociedade super-envelhecida
Envelhecimento, declínio populacional e a condição das mulheres japonesas

Versão Corrigida

São Paulo

2020

BEATRIZ KAORI MIYAKOSHI LOPES

Os desafios do Japão, a primeira sociedade super-envelhecida

Envelhecimento, declínio populacional e a condição das mulheres japonesas

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa do Departamento de Letras Orientais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Língua, Literatura e Cultura Japonesa sob a orientação do Prof. Alexandre Ratsuo Uehara.

São Paulo

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L864d Lopes, Beatriz Kaori
 Os desafios do Japão, a primeira sociedade
 super-envelhecida: Envelhecimento, declínio
 populacional e a condição das mulheres japonesas /
 Beatriz Kaori Lopes; orientador Alexandre Uehara -
 São Paulo, 2021.
 176 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de
 concentração: Língua, Literatura e Cultura Japonesa.

 1. CH764.5.14. I. Uehara, Alexandre, orient. II.
 Título.

TERMO DE CIÊNCIA E CORCONDÂNCIA DO ORIENTADOR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): BEATRIZ KAORI MIYAKOSHI LOPES

Data da defesa: 27 / 01 / 2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): ALEXANDRE RATSUO UEHARA

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, _2 / 02 / 2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que fizeram seu melhor para me criar e me educar, sempre me colocando em primeiro lugar.

Aos meus amigos, que nunca deixaram de ser um grande apoio e uma fonte de alegria.

Ao meu orientador, que me auxiliou na formulação dessa dissertação.

Aos professores que tive durante minha vida, por ter me ensinado algo novo e contribuído na minha jornada acadêmica.

RESUMO

LOPES, Beatriz Kaori Miyakoshi. **Os desafios do Japão, a primeira sociedade super-envelhecida:** Envelhecimento, declínio populacional e a condição das mulheres japonesas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Letras Orientais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A sociedade japonesa é a primeira sociedade super-envelhecida do mundo. Há décadas, o Japão possui o maior percentual de idosos sob a população total. Simultaneamente ao envelhecimento da população japonesa, também ocorre outro fenômeno: o de declínio populacional. Considerando a possibilidade de que o Japão tornar-se-ia um país de idosos sem crianças, este trabalho analisa as tendências demográficas de envelhecimento no mundo e no Japão. A conjuntura japonesa é examinada sob a perspectiva da qualidade de vida dos idosos e das mulheres. As principais políticas implementadas pelo governo japonês são analisadas, assim como seus variados graus de efetividade. Os caminhos trilhados pelo Japão serão os mesmos que todos os países eventualmente trilharão sendo, assim, essencial compreender o fenômeno de envelhecimento populacional sob a perspectiva japonesa.

Palavras-chave: Envelhecimento populacional, demografia japonesa, sociedades super-envelhecidas, política migratória, Japão.

ABSTRACT

LOPES, Beatriz Kaori Miyakoshi. **Japan's challenges, the first super-ageing society:** Ageing, population decline and the plight of Japanese women. Master's degree dissertation – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

The first super-ageing society in the world is the Japanese society. For decades now, Japan has displayed the highest percentage of elderly in its total population. At the same time as the Japanese population is ageing, there is another phenomenon happening: population decline. Considering the possibility that Japan may become a country of elderly without children, this work analyses the demographic ageing trends in the world and in Japan. The Japanese scenario is examined from the perspective of the elderly and the women. The main public policies implemented by the Japanese government are reviewed, as well as their varied efficiency degrees. The paths trodden by Japan will be the same ones that all countries will eventually tread on. Therefore, it is essential to understand the population ageing phenomenon through the Japanese perspective.

Keywords: Population ageing, Japanese demography, super-ageing societies, migration policy, Japan.

GLOSSÁRIO

Censo – estudo de uma determinada região que busca enumerar toda a população e suas características demográficas e socioeconômicas em um determinado período de tempo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2020).

Coorte – conjunto de pessoas que possuem uma experiência ou característica demográfica em comum (por exemplo: o coorte de pessoas que nasceram em 2020) (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2013; AMARAL e MONTEIRO, 2013).

Razão de dependência etária – razão entre o segmento dependente (geralmente aqueles com menos de 15 anos e os com mais de 60 ou 65¹ anos) e o segmento com idade econômica ativa (entre 15 e 59 ou 64 anos) (GAVRILOV e HEUVELINE, 2003).

Taxa de fecundidade total – número médio de filhos que uma mulher teria em seu período reprodutivo (geralmente de 15 a 49 anos) (IBGE, 2020).

Taxa de fecundidade de reposição – marco universal de número médio de filhos (2,1 filhos por mulher) suficiente para garantir um equilíbrio demográfico (HAUPTY; KANE, 2009; UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS – UN DESA, 2015).

Taxa de mortalidade – razão entre número de óbitos e a população total durante um ano (CERQUEIRA e GIVISIEZ, 2014).

Taxa de natalidade – razão entre nascimentos vivos e a população total durante um ano (CERQUEIRA e GIVISIEZ, 2014).

¹ A idade depende de qual é o marco etário estabelecido para a população idosa. Como veremos adiante, países e organizações se diferem, alguns com 60 anos e outros com 65 anos.

LISTA DE SIGLAS

CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> (em português, Agência Central de Inteligência)
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JICA	<i>Japan International Cooperation Agency</i> (em português, Agência de Cooperação Internacional do Japão)
METI	<i>Ministry of Economy, Trade and Industry</i> (em português, Ministério de Economia, Comércio e Indústria do Japão)
OI	Organização Internacional
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SBJ	<i>Statistics Bureau of Japan</i> (em português, Escritório de Estatísticas do Japão)
UN DESA	<i>United Nations Department of Economic and Social Affairs</i> (em português, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas)
UNFPA	<i>United Nations Population Fund</i> (em português, Fundo de População das Nações Unidas)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de crescimento natural (em %)	17
Figura 2 - Taxa de fecundidade total global	19
Figura 3 - Taxa de fecundidade total no mundo em 2019	19
Figura 4 - Países com as maiores razões de dependência em 2019	23
Figura 5 - Modelo de Transição Demográfica	25
Figura 6 - Mudança nas médias etárias por região entre 1950 e 2020	32
Figura 7 - Percentual de população com 65 anos ou mais em 1990	34
Figura 8 - Percentual de população com 65 anos ou mais em 2019	35
Figura 9 - Grupos Etários selecionados divididos por regiões em 2019	36
Figura 10 - População global estimada e projetada por grupos etários (1950-2100)	39
Figura 11 - Percentual de população com 65 anos ou mais projetada para 2050	40
Figura 12 - Quantidade de anos necessários por país para chegar a 14% e 21%	50
Figura 13 - Mudanças na pirâmide etária japonesa	52
Figura 14 - Taxa de fecundidade japonesa (1960-2020)	55
Figura 15 - Grupos etários japoneses (%/ano)	57
Figura 16 - Países com maior número de centenários (em %)	60
Figura 17 - Quantidade de pessoas com 100 anos ou mais no Japão por sexo	61
Figura 18 - Idade das mulheres japonesas no primeiro casamento	65
Figura 19 - Taxa anual de casamento no Japão (por mil pessoas)	67
Figura 20 - Percentual de nascimentos fora de casamentos na União Europeia e em países selecionados	69
Figura 21 - Taxa anual de divórcio no Japão (por mil pessoas)	72
Figura 22 - Participação feminina na força de trabalho (% do total da força de trabalho)	73
Figura 23 - Composição da situação de trabalho de mães antes e depois do parto do primeiro filho (no ano do parto)	75
Figura 24 - Regiões e prefeituras do Japão	80
Figura 25 - China vs. Japão: comparação de PIB (1980-2023)	84
Figura 26 - Razão de dependência etária mundial em 2017	87
Figura 27 - Razão de dependência etária japonesa (% da população em idade produtiva)	88
Figura 28 - Expectativa de vida sem poupança (em anos)	89
Figura 29 - Perfil dos pacientes com COVID-19 no Japão em outubro de 2020	99
Figura 30 - Taxa de participação na força de trabalho por gênero e idade	107
Figura 31 - Estabelecimento de serviços de saúde em Kashiwa-no-há	122
Figura 32 - Os principais carebots no Japão	124
Figura 33 - População Internacional de Migrantes por País de Destino	133
Figura 34 - Uchi e Soto	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Países com maior expectativa de vida ao nascer em 2020	21
Tabela 2 - Cinco estágios da transição demográfica	26
Tabela 3 - Dez países com maior percentual de idosos em 2020	36
Tabela 4 - Dez países com maior quantidade em números absolutos de idosos em 2020	38
Tabela 5 - Idade das mães no primeiro parto	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO MUNDO.....	16
1.1. Indicadores demográficos.....	16
1.2. Teoria da Transição Demográfica.....	24
1.3. Conjuntura internacional do envelhecimento populacional.....	29
1.4. Envelhecimento enquanto conceito e preconceito.....	41
1.5. Visões da literatura sobre o envelhecimento.....	46
1.6. Histórico de desenvolvimento demográfico japonês.....	49
2. ATUAL CONJUNTURA DEMOGRÁFICA JAPONESA	59
2.1. Longevidade japonesa	59
2.2. Causas do declínio e envelhecimento populacional do Japão	64
2.3. Atual (desigual) distribuição demográfica japonesa	79
2.4. Repercussões econômicas, sociais e na saúde relacionados ao envelhecimento no Japão	83
2.4.1. Repercussões socioeconômicas.....	83
2.4.2. Impactos na saúde	93
3. MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO JAPONÊS	101
3.1. Políticas Públicas	101
3.2. Políticas de empoderamento às mulheres japonesas	104
3.3. Políticas de natalidade	112
3.4. O suicídio como fator de declínio populacional	117
3.5. Melhoria nas condições de idosos	120
3.5.1. Robótica: os carebots	123
3.6. Imigração como possível solução	126
3.6.1. Política migratória	128
3.6.2. Política migratória japonesa	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	150

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno demográfico que ocorre graças ao aumento da longevidade de uma população a ponto de uma parcela significativa encontrar-se na terceira idade. A população de um país é oficialmente considerada como idosa a partir do momento em que 10% da população total é composta por idosos (GAVRILOV; HEUVELINE, 2003). A expectativa era de que o envelhecimento populacional culminaria neste século, em um cenário de “outono demográfico” (ROWLAND, 2012, grifo do autor, p. 3). Neste outono, haveria uma estabilidade populacional garantida pelo equilíbrio na quantidade de jovens e de idosos. Os percentuais de ambas as populações seriam similares e evoluiriam de maneira constante e lentamente. Os desafios trazidos pelo envelhecimento populacional seriam administráveis, pois, os governos e a sociedade teriam tempo para acompanhar, se acostumar e reagir efetivamente às transformações socioeconômicas. O percentual de idosos seria, no máximo, de 16% da população total (ROWLAND, 2012).

Contudo, o cenário que acabou por vir foi um muito mais severo e alarmante, apropriadamente nomeado de “inverno demográfico” (ROWLAND, 2012, grifo do autor, p. 4). Nesta conjuntura, a proporção de idosos continua aumentando muito além dos projetados 16%. Há, ainda, a adição de um processo de declínio populacional substancial e acelerado. Há, conseqüentemente, uma diminuição na produtividade e um aumento de custos e de tensões entre gerações. Este é o cenário vivenciado pela maioria dos países desenvolvidos, principalmente o Japão e boa parte dos países europeus (ROWLAND, 2012).

Embora o envelhecimento seja um fenômeno de porte global, há diferenças marcantes em sua velocidade e extensão. Os países africanos apresentam populações extremamente jovens enquanto muitos já entraram no grupo das sociedades super-envelhecidas. As sociedades super-envelhecidas (do original *super-ageing societies*) são aquelas nas quais uma em cada cinco pessoas possui 65 anos ou mais. Ou seja, 20% da população total é composta por idosos (O’CONNOR, 2014; MURAMATSU; AKIYAMA, 2011; KIM; LEE, 2007 apud POWELL; KHAN, 2014). Há a expectativa de que Hong Kong, a Coreia do Sul, os Estados Unidos, o Reino Unido e a Nova Zelândia se juntariam a este grupo em 2030 (O’CONNOR, 2014).

O envelhecimento populacional está sendo cada vez mais classificado como um grande problema ou obstáculo devido aos desafios que ele traz para as estruturas socioeconômicas dos Estados. O fenômeno é considerado geralmente como um problema ou um “vilão”, especialmente na perspectiva econômica. Apesar de uma parte considerável da literatura e

políticos considerarem o envelhecimento apenas como uma transformação negativa, há mudanças trazidas por esta transformação demográfica que podem ser positivas.

Cada país vivencia seu próprio processo de envelhecimento populacional e lida com seus desafios. O Japão, por ser a primeira sociedade super-envelhecida, desbrava novos mares antes de qualquer outro país. Este trabalho analisará como o envelhecimento populacional está afetando o Japão, o primeiro país a ter uma sociedade super-envelhecida no período de 1985 (ano em que o Japão se tornou o país com a população mais velha do mundo) até o presente ano de 2020.

Este trabalho visa contribuir para a literatura sobre o envelhecimento populacional em âmbito global e sobre estudos demográficos japoneses na língua portuguesa. Pretende-se elucidar as principais características do fenômeno, focando no Japão como estudo de caso e o comparando com outros países, e então aprofundar-se na relação entre o envelhecimento, a condição das mulheres japonesas e as discussões sobre políticas de imigração. A pesquisa é fundamentada em pesquisas documentais (censos, movimentos migratórios, registros de nascimentos e óbitos, documentos oficiais e relatórios realizados por Organizações Internacionais).

Para melhor analisar e compreender o caso do Japão e suas particularidades, a conjuntura internacional será apresentada no primeiro capítulo. As principais características e efeitos do envelhecimento populacional serão demonstrados e explanando os motivos deste tema estar em voga atualmente.

O segundo capítulo discorre sobre a atual conjuntura japonesa, analisando tanto as causas quanto os impactos dos fenômenos de envelhecimento populacional e de declínio populacional. O terceiro capítulo lida com as políticas públicas que estão sendo atualmente implementadas no Japão nos campos de políticas de natalidade, robótica e de políticas de imigração.

Chegar ao estágio de uma sociedade super-envelhecida é uma prova de sucesso para um país, pois esta transformação apenas ocorre quando há uma longevidade e qualidade de vida significativamente elevadas. De acordo com a Teoria da Transição Demográfica, como será visto neste trabalho, este é o destino que aguarda todos os países. Este fenômeno caminha de mãos dadas com o desenvolvimento de um país. A tendência é de que todos os países que caminham nesta direção vivenciar este processo. O Brasil não está distante de chegar a este patamar, como censos recentes vêm demonstrando. Juntamente com a China e a Turquia, o Brasil é um dos países em desenvolvimento com projeção de rapidamente tornar-se um dos países com maior quantidade de idosos. Se nações desenvolvidas, que já apresentam

estabilidade econômica, política e social, estão enfrentando dificuldades, surge uma preocupação em relação aos países em desenvolvimento. Torna-se essencial para nós, brasileiros, entendermos a fundo sobre este processo e analisarmos os desafios dos países no topo do *ranking*, como é o caso do Japão, que possui a primeira sociedade super-envelhecida.

Todos os fatores em comum a sociedades super-envelhecidas (população mais longa, diminuição populacional e diminuição na taxa de fecundidade) são mais intensos na sociedade japonesa. O envelhecimento populacional acarreta uma série de transformações em todos os setores da sociedade: econômico, social, saúde, na força de trabalho, dentre outros. O Japão vivencia hoje o que ainda será o futuro para outros países, como o Brasil. O Japão é um dos primeiros e, por isso, merecedor de atenção. Há cenários otimistas e pessimistas para o Japão, que variam desde uma sociedade futura sustentável e mais tecnológica na visão mais otimista, para uma visão negativa de uma sociedade com escassez irreversível de pessoas que empobrece cada vez mais. Entender a conjuntura da primeira sociedade super-envelhecida, suas características, seus acertos e seus erros é essencial para compreender melhor o fenômeno do envelhecimento populacional, que será eventualmente parte do processo de desenvolvimento de todos os países.

CAPÍTULO 1: ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO MUNDO

Este capítulo discorrerá sobre o envelhecimento populacional enquanto fenômeno global, suas principais características, dados atuais e projeções. Para melhor compreender conjunturas demográficas, é necessário analisar indicadores demográficos. Utilizando esses indicadores, uma breve explanação da Teoria da Transição Demográfica será realizada, seguida por um recente histórico demográfico do Japão.

1.1. Indicadores demográficos

Os principais indicadores são as taxas de natalidade, de mortalidade e de fecundidade. Essas taxas são utilizadas para representar a magnitude de um evento demográfico em uma determinada população em um certo período de tempo (AMARAL; MONTEIRO, 2013).

Há dois tipos de fatores que determinam a taxa de natalidade: os fatores demográficos e biológicos. Em relação a fatores demográficos, os fatores socioeconômicos são determinantes, como o nível educacional das mulheres, sua participação na força de trabalho, a disponibilidade de serviços de cuidado às crianças, como creches, e a situação econômica do país. O que determina os fatores biológicos são a idade em que um indivíduo se casa, a condição de estar casado e, por fim, o acesso e uso de contraceptivos.

A estrutura etária, juntamente à taxa de natalidade, é conhecida como o “motor” demográfico que consegue tanto impulsionar quanto frear o crescimento de uma população (HAUPTY; KANE, 2009, grifo do autor, p. 9). Em boa parte dos países em desenvolvimento, o fato de haver grandes coortes² de jovens praticamente garante o crescimento contínuo da população, mesmo em períodos de declínio da taxa de fecundidade.

A taxa de crescimento natural é o percentual resultante da razão entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade. Este valor estima a taxa de crescimento populacional, independentemente de migrações.

² Coortes designam um grupo de indivíduos que possuem características em comum (como idade, classe social, condição médica, dentre outros) utilizados em estudos durante determinado período de tempo com o intuito de analisar sua evolução (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2013).

Figura 1 - Taxa de crescimento natural (em %)

Fonte: Population Reference Bureau – PRB (2019).

Nota-se que a diferença demográfica segue a divisão Norte-Sul³: os países desenvolvidos apresentam populações com baixo índice de crescimento populacional (majoritariamente com percentuais inferiores a 1%) enquanto os países em desenvolvimento têm taxas mais elevadas de crescimento. Dentre os países desenvolvidos, o Japão apresenta uma taxa de crescimento particularmente baixa, de -0,3%. Ter uma taxa de crescimento negativa significa que sua população está diminuindo.

Além do número de mortes, há outro fator para o declínio populacional: as elevadas taxas de emigração. Este é o caso de 27 países, que perderam pelo menos 1% de sua população desde 2010. O país com a maior perda foi a Síria, que apresentou uma população 20% menor do que em 2010, seguida por Porto Rico, que teve uma diminuição populacional de 18% (*United Nations Department of Economic and Social Affairs – UN DESA*, 2019).

³ A divisão Norte-Sul é uma divisão geográfica embasada na economia que diferencia os países desenvolvidos e ricos no hemisfério norte (Norte Global) versus os países em desenvolvimento pobres no hemisfério sul (Sul Global). Vale lembrar que a divisão não é puramente geográfica e há exceções: a Austrália e a Nova Zelândia fazem parte do Norte Global apesar de estarem no hemisfério sul (KARPILO, 2020).

Dentre os indicadores demográficos, a fecundidade é o componente que exerce a maior influência na estrutura por sexo e por idade. Esta taxa é uma estimativa da quantidade média de filhos que uma mulher teria durante seu período reprodutivo (geralmente classificado como de 15 a 49 anos). A tendência é de, ao longo do processo de desenvolvimento, os países apresentam uma diminuição na sua taxa de fecundidade. Fatores culturais, socioeconômicos e de saúde afetam a fecundidade. Hauty e Kane (2009) destacam quatro principais fatores:

- A proporção de mulheres com parceiros: ela é influenciada por fatores demográficos como a idade no primeiro casamento, taxas de divórcio, se houve um segundo casamento e nível de mortalidade de homens;
- O percentual de mulheres que fazem uso de métodos anticoncepcionais⁴;
- A proporção de mulheres que não são férteis atualmente (principalmente devido ao fato de estarem em período de amamentação);
- O número de abortos realizados.

Há ainda outros fatores, como a participação da mulher na força de trabalho, maior acesso à educação para meninas, elevado custo de vida, casamentos mais tardios (ou mesmo a ausência de casamentos), mudança nos estilos de vida, a insegurança financeira para a nova geração e preferência de não ter filhos (HAUPTY; KANE, 2009; WALIA, 2019).

O declínio da fecundidade em nível significativo gera um processo de desestabilização da distribuição etária (CARVALHO et al. 1998). A taxa de fecundidade global apresentou quedas substanciais nas últimas décadas, chegando ao valor mais baixo registrado na história em 2017, com a média de 2,4 filhos por mulher.

⁴ Este uso varia drasticamente por país, de menos de 20% em países africanos para 75% ou mais na maioria dos países europeus, Austrália, Brasil e alguns países da Ásia. Hauty e Kane (2009) não especificam mais países. Sato e Iwasawa (2006) apontam que o Japão apresenta menos de 60%, a menor taxa para países industrializados.

Figura 2 - Taxa de fecundidade total global

Fonte: World Bank (2020b).

A taxa total de fecundidade mundial teve um ligeiro aumento em 2020, com 2,5 filhos por mulher. Ela se encontra levemente acima da taxa de substituição (2,1 filhos por mulher). Em 1955, a taxa de fecundidade mundial era de cinco filhos por mulher; em 1980, ela já contabilizava em 3,9 e, a partir de 2000, ela nunca mais teve um valor superior a 2,8 filhos por mulher (WORLDOMETERS, 2020a). 46% da população mundial vive em países com taxas inferiores à de substituição (DESJARDINS, 2017)

Figura 3 - Taxa de fecundidade total no mundo em 2019

Fonte: UN DESA (2019). Tradução nossa.

Há um diferencial demográfico substancial entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, como o mapa demonstra. O continente africano possui elevadas taxas de fecundidade, especialmente nos países mais precários. A taxa de fecundidade em países em desenvolvimento, no geral, é de 3% (YENILMEZ, 2014). Enquanto isso, o Japão apresentou uma taxa de 1,4 filhos por mulher em 2018 (WORLD BANK, 2020b). Na Europa, três quartos da população vivem em países com uma taxa de fecundidade abaixo da de substituição (KLUGE et al. 2014).

Aproximadamente 40% da população mundial vive em países com fecundidade média (onde mulheres têm, em média, entre dois a quatro filhos durante suas vidas). Os principais países nesse grupo são a Índia, Indonésia, Paquistão, México, Filipinas e o Egito. A projeção para 2050 é de que menos de 30% da população global viverá nesses países (UN DESA, 2019). Dentre os países com baixa fecundidade (menos de 2,1 filhos), constam os europeus, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Os países mais populosos deste grupo são a China, Japão, EUA, Brasil, Bangladesh, Rússia e Vietnã. A expectativa é de que, em 2050, 70% da população mundial viverá nesses países (UN DESA, 2019).

Outro indicador demográfico essencial é a taxa de mortalidade. Em 1950, a taxa de mortalidade era de 139 mortes a cada mil nascimentos vivos para 26 mortes em 2020 (WORLDOMETERS, 2020b). A melhoria na qualidade de vida leva a uma diminuição na taxa de mortalidade e no aumento da expectativa de vida. A expectativa de vida (ou esperança de vida) é uma estimativa do número médio de anos que uma pessoa pode esperar viver. Existem duas principais taxas de expectativa de vida: a calculada ao nascer e a calculada a partir do momento em que indivíduos se tornam idosos (60 ou 65 anos, dependendo do país).

De acordo com Haupty e Kane (2009), este indicador é um bom termômetro das condições de saúde de um país. A existência de um sistema de Saúde Pública efetivo pode reduzir a mortalidade e aumentar a longevidade da população. Camarano (2008) aponta outros fatores que afetam a mortalidade: a violência, o uso excessivo de bebidas alcoólicas, o aumento do tráfico de drogas, a falta de conservação das estradas (que leva a acidentes), contaminação ambiental, dentre outros.

Em 2020, a expectativa de vida global ao nascer é de 73,2 anos para ambos os sexos. Para os homens, é esperado que eles vivam em média 70,8 anos; enquanto, para as mulheres, a expectativa é mais elevada, de 75,6 anos. Esta taxa aumentou rapidamente em um curto intervalo de tempo: em 1950, a expectativa era de 47 anos (45,5 anos para homens e 48,5 para mulheres). A partir de 1975, a expectativa global nunca mais foi inferior a 60 anos

(WORLDMETERS, 2020a). Há diferenciais, contudo, e a expectativa de vida em países menos desenvolvidos está 7,4 anos abaixo da média global, devido às elevadas taxas de mortalidade infantil e maternal, juntamente com a violência, conflito e o impacto causado pelo vírus HIV.

Tabela 1 - Países com maior expectativa de vida ao nascer em 2020

Posição	Local	Ambos os sexos	Feminina	Masculina
1	Hong Kong	85,29	88,17	82,38
2	Japão	85,03	88,09	81,91
3	Macau	84,68	87,62	81,73
4	Suíça	84,25	86,02	82,42
5	Singapura	84,07	86,15	82,06
6	Itália	84,01	85,97	81,90
7	Espanha	83,99	86,68	81,27
8	Austrália	83,94	85,80	82,08
9	Ilhas do Canal	83,60	85,31	81,82
10	Islândia	83,52	84,90	82,15

Fonte: Worldometers (2020b). Elaboração própria.

A instituição *Worldometers* é uma das poucas que inclui territórios, não só Estados, em seu recolhimento de dados. Hong Kong possui a maior expectativa de vida tanto geral quanto para cada sexo no mundo, seguido pelo Japão. Todos os locais que compõe o *ranking* estão ou na Ásia ou na Europa. Também é perceptível que as mulheres são mais longevas do que os homens. Caso o *ranking* fosse composto apenas de países, Hong Kong, Macau e as Ilhas do Canal não fariam parte desta lista, e os três países novos seriam, nesta ordem: a Coreia do Sul (expectativa total de 83,5 anos; feminina de 86,42 anos e masculina de 80,46), Israel (total: 83,49; feminina: 84,91 e masculina: 81,98) e a Suécia (total: 83,33; feminina: 84,97 e masculina: 81,69) (WORLDMETERS, 2020b).

A expectativa de vida ao atingir 65 anos está aumentando no mundo. Atualmente, é esperado que um indivíduo viva mais 17 anos. A projeção é que isto chegue a 19 anos em 2045 a 2050. A expectativa de vida ao nascer das mulheres é de que elas tendam a viver 4,8 anos a

mais, em média, do que os homens⁵. Ao completar 65 anos, a expectativa global é que elas vivam mais 18 anos, contra 16 anos dos homens. A tendência é que esse diferencial diminua no futuro e de que, em 2050, as mulheres contabilizem 54% da população com 65 anos ou mais no mundo (UN DESA, 2020).

Yenilmez (2014) aponta um potencial conflito entre a longevidade e o desenvolvimento econômico. O impacto do envelhecimento na economia é considerado como absolutamente negativo para a autora, pois os fatores relacionados a ele (custo para providenciar cuidados aos idosos, diminuição na poupança, pagamentos de aposentadoria e instabilidade no mercado de trabalho) geram problemas de ordem severa. Como o desenvolvimento econômico de um país depende do consumo e do investimento interno, a diminuição do consumo por parte dos idosos – pois eles gastam boa parte de sua renda em serviços de saúde – causa desequilíbrio econômico e dificulta o crescimento econômico. Yenilmez (2014) afirma que populações idosas consomem mais do que elas produzem e, conseqüentemente, elas se tornam mais economicamente dependentes das populações jovens, que são mais produtivas.

Um outro importante indicador demográfico relacionado ao envelhecimento populacional é a razão de dependência etária. Ela representa a divisão entre o segmento dependente (geralmente aqueles com menos de 15 anos e os com mais de 60 ou 65 anos⁶) e o segmento com idade econômica produtiva (entre 15 e 59 ou 64 anos) da população (GAVRILOV e HEUVELINE, 2003).

A razão de dependência etária é frequentemente utilizada, para Camarano (2008), como um indicador do “peso” (grifo do autor, p. 123) arcado pela parcela em idade produtiva da população devido à falta de indicadores mais precisos. Isso vale tanto para o sustento material e econômico quanto para cuidados para com a população dependente: crianças e idosos.

⁵ A região que tem a maior expectativa de vida comparando os sexos é a América Latina e o Caribe (6,5 anos), seguida pela Europa e América do Norte (6,1 anos) e a Ásia Oriental (5,3 anos) (UN DESA, 2019).

⁶ A idade depende de qual é o marco etário estabelecido para a população idosa. Como veremos adiante, países e organizações se diferem, alguns com 60 anos e outros com 65 anos.

Figura 4 - Países com as maiores razões de dependência em 2019

Fonte: UN DESA (2019). Tradução nossa.

A diferença da taxa de dependência japonesa com o restante é significativa. Apenas a taxa japonesa passou do marco de 50 enquanto os outros países nem mesmo chegaram aos 40. No caso do Japão, isso significa que existem 51 pessoas em idade dependente para cada 100 pessoas em idade produtiva – mais do que a metade. Isso leva a uma grande pressão para a população em idade produtiva, que deverá arcar com os custos para sustentar a população dependente.

A razão de dependência está projetada para aumentar em todas as regiões, principalmente na Ásia Oriental e na América Latina e no Caribe. A tendência é de que mais países asiáticos componham o *ranking* em 2020, com o Japão ainda liderando, com a razão de 81 pessoas em 100 (UN DESA, 2020).

Camarano (2008) adverte que estes termos devem ser vistos com ressalvas, pois indivíduos em idade produtiva podem ser economicamente dependentes, assim como aqueles na faixa de idade de dependência podem ser independentes financeiramente. Esse é o caso principalmente em países europeus. A Suécia é citada não só como exemplo de igualdade de gêneros e elogiada por suas políticas de licenças de maternidade e de paternidade, como também na sua elevada participação de idosos na força de trabalho. Em 2008, indivíduos entre 60 a 64 anos contabilizavam 64% do total da força de trabalho sueca, em comparação com o percentual de 36% na Alemanha, outro país que envelhece rapidamente (KLUGE et al. 2014).

1.2. Teoria da Transição Demográfica

“Demografia é o estudo científico das populações humanas, principalmente no que diz respeito ao seu tamanho, estrutura e desenvolvimento” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS apud IBGE, 1969, p. 5). A demografia é a ciência que estuda as populações humanas, suas principais características e sua evolução no tempo. Dois tipos de variáveis são avaliados: as de estrutura estatísticas (tamanho, composição e distribuição espacial) e as variáveis de dinâmica demográfica, que determinam o tamanho de populações (os nascimentos, os óbitos e migrações). Estudos populacionais abrangem uma multitude de indicadores, como sexo, idade, etnia, características sociais (estado civil, escolaridade), econômicas (renda, ocupação), filiação religiosa, nacionalidade, naturalidade e situação de domicílio (rural ou urbano) de uma determinada população (CERQUEIRA; GIVISIEZ, 2014; AMARAL; MONTEIRO, 2013). Dentre eles, a idade e o sexo são as características populacionais básicas. Cada população tem uma composição diferente e única relacionadas à idade e ao sexo, o que pode ter um efeito considerável no comportamento demográfico e socioeconômico desta sociedade (HAUPTY; KANE, 2009).

Atualmente, no campo da demografia, o envelhecimento populacional é um dos principais temas de estudo. O envelhecimento é um fenômeno estudado há séculos por diversas culturas e perspectivas. Cabe notar que o envelhecimento, enquanto processo no nível do indivíduo, tem uma tradição de estudo muito mais longa do que o envelhecimento enquanto fenômeno coletivo em nível de sociedade.

O envelhecimento populacional ocorre quando a média etária da população aumenta como consequência do aumento da proporção de idosos e diminuição na fecundidade. Este, assim como todos os fenômenos demográficos, pode ser temporário e reversível. Se a fecundidade aumentar, a proporção da população infanto-juvenil (indivíduos com menos de 15 anos) também aumentará. O mesmo pode ocorrer caso haja elevado influxo de imigrantes jovens (CAMARANO, 2008).

Um dos instrumentos da demografia utilizados para compreender o processo do envelhecimento é a Teoria da Transição Demográfica. Camarano (2008) explica que esta teoria descreve e explica as tendências de longo prazo de fecundidade e mortalidade e busca prever mudanças futuras, especialmente para países em desenvolvimento.

A transição demográfica é um fenômeno no qual a estrutura etária de uma população se modifica, indo de jovem para uma mais velha. Isso ocorre graças ao declínio conjunto da fecundidade e da mortalidade, processo que aumenta a chance de sobrevivência dos indivíduos

de idades mais avançadas (AMARAL e MONTEIRO, 2013).

Esta teoria foi desenvolvida pelo demógrafo americano Warren Thompson em 1929 e se embasa na transformação demográfica vivenciada por países da Europa Ocidental entre os séculos XVIII e XIX. Esta transformação é dividida em várias etapas. Primeiramente, a mortalidade declinou, resultando no aumento da expectativa de vida e a fecundidade também diminuiu, com defasagem. Devido a este atraso, houve um período de crescimento populacional intenso antes da fecundidade ter caído. Este processo ocorreu também com os Estados Unidos e outros países não-europeus, tornando-se um fenômeno global após o fim da Segunda Guerra Mundial (LEE, 2003; CAMARANO, 2008). O gráfico a seguir demonstra os estágios:

Fonte: Ortiz-Ospina e Roser (2020). Tradução nossa.

Para melhor compreender as características de cada estágio, a tabela abaixo explica as taxas em cada estágio e sua alteração à medida em que a sociedade se desenvolve.

Tabela 2 - Cinco estágios da transição demográfica

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 4	Estágio 5
Taxa de Natalidade	Elevada	Elevada	Declínio	Baixa	Muito baixa
Taxa de Mortalidade	Elevada	Rapidamente declinando	Declínio mais lento	Baixa	Baixa
Crescimento Natural	Lento e estável	Aumento rápido	Declínio	Estável ou lento	Pouca alteração

Fonte: Barcelona Field Studies Centre (2016). Elaboração própria.

O primeiro estágio possui grande quantidade de nascimentos e mortes. O crescimento populacional é lento e estável (ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY, 2015). A elevada taxa de natalidade resulta de vários fatores, como: necessidade de trabalhadores agrícolas, crenças religiosas, falta de ou pouco uso de contraceptivos e a visão de crianças como ativos econômicos. A grande quantidade de mortes era devido à fome, doenças, falta de saneamento básico e água limpa, sistema de saúde deficiente e guerra (BARCELONA FIELD STUDIES CENTRE, 2016). Exemplos para este estágio seriam a Grã-Bretanha no século XIII e países atualmente em condição de subdesenvolvidos como Burquina Faso e Chade (ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY, 2015).

O segundo estágio (Urbanização ou Industrialização) apresenta uma taxa de natalidade ainda elevada. Já a taxa de mortalidade começa a declinar rapidamente. Este estágio ocorre quando há uma melhoria no sistema de saúde (por meio da invenção e do uso de vacinas para doenças até então letais, como a catapora), higiene pública e saneamento básico e uma melhoria na qualidade na produção, estoque e transporte de alimentos. Esse conjunto de fatores resulta na redução da mortalidade infantil (HOPFENBERG, 2014). Neste caso, se encaixam a Grã-Bretanha na maior parte do século XIX e, atualmente, Bangladesh, Bolívia, Nigéria e Índia (ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY, 2015).

No terceiro estágio (Industrial Amadurecido), a taxa de natalidade continua elevada, mas começa a declinar, enquanto a taxa de mortalidade continua declinando. A partir deste ponto, contraceptivos passam a ser disponibilizados e o planejamento familiar torna-se possível.

A taxa de mortalidade infantil diminui ainda mais e ocorrem simultaneamente o aumento da mecanização em indústrias (o que diminui a necessidade de grande quantidade de trabalhadores e ocasiona o êxodo rural) e um aumento no custo de vida, principalmente em meios urbanos. Uma das principais consequências é a mudança do *status* das mulheres na sociedade. A quantidade de divórcios e coabitações começa a aumentar enquanto o número de casamentos diminui (BARCELONA FIELD STUDIES CENTRE, 2016; ZAIDI; MORGAN, 2017). Exemplos seriam a Grã-Bretanha no final do século XIX e início do século XX e China, Brasil e Argentina atuais (ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY, 2015).

No quarto estágio (Pós-Industrial), a taxa de natalidade é baixa e fica próxima à da mortalidade. A taxa de crescimento populacional é estável ou aumenta lentamente como consequência (HOPFENBERG, 2014). Basicamente, um país que está em um estágio avançado na transição demográfica teve um declínio na fecundidade e rápido aumento na expectativa de vida (KLUGE et al. 2014). O casamento continua diminuindo e novos tipos de estruturas familiares surgem, não se limitando apenas às famílias nucleares⁷. Exemplos seriam os EUA e o Reino Unido atualmente (BARCELONA FIELD STUDIES CENTRE, 2016; ZAIDI; MORGAN, 2017). Cincotta (2004) aponta que a transição demográfica está atualmente incompleta no nível global. Um terço dos países continuam nos estágios iniciais, apresentando taxa de fecundidade de quatro ou mais filhos por mulher. A ideia defendida pela teoria é de que eventualmente todos os países chegarão ao quarto estágio, completando sua transição demográfica.

Zaidi e Morgan (2017) são críticos em relação à Teoria da Transição Demográfica e acreditam que a procura por estágios de desenvolvimento e transições irreversíveis é equivocada por esperar processos e padrões de mudanças comuns que têm como estado final o modelo de uma sociedade ocidental desenvolvida. Eles temem que essas teorias possam reforçar interpretações etnocêntricas, mas não apresentam uma teoria que resolva os problemas que apontam.

Mesmo alguns países ocidentais não apresentam um histórico demográfico similar ao da teoria. Países que cresceram demograficamente por meio de altos fluxos de imigração, como os EUA, Canadá e Austrália, não passaram pelas etapas iniciais do modelo. A alteração das taxas de natalidade e mortalidade podem não ocorrer exatamente como o foram em países europeus. Países que estão agrupados no mesmo estágio demonstram cenários demasiadamente

⁷ Entende-se por famílias nucleares a unidade composta por um casal e seus filhos, contrapondo-se com outros modelos, como de famílias monoparentais.

diferentes. O Brasil apresenta um declínio na taxa de natalidade mais lento do que o esperado devido à oposição política e religiosa em relação ao uso de contraceptivos e realização de abortos, enquanto no caso da China, o declínio foi muito mais rápido e se iniciou antes graças à política de filho único implementada pelo governo. Ambos os países são classificados como no terceiro estágio apesar de vivenciarem situações bem diversificadas (BARCELONA FIELD STUDIES CENTRE, 2016).

Com as mudanças provenientes do século XXI, surgiu a discussão da inclusão de um quinto estágio. A adição do quinto estado foi parte de uma reformulação da teoria, o que levou a uma nova teoria atualizada, denominada de Segunda Transição Demográfica (STD). De acordo com van de Kaa (1987, 2002 apud ZAIDI; MORGAN, 2017), o principal indicador desta teoria é o declínio da fecundidade para abaixo do nível de reposição ligada com o adiamento do casamento, que ocorre mais tardiamente no ciclo de vida do indivíduo. O casamento depende agora da autonomia feminina e de sua escolha de parceiro, havendo também um aumento na prevalência e na aceitação social de coabitação pré-marital. Esse processo ocorre em âmbito mundial: países asiáticos, como o Japão, Coreia do Sul e Taiwan (RAYMO et al. 2015, apud ZAIDI; MORGAN, 2017) e até mesmo países africanos apresentam aumento na idade do primeiro casamento (SHAPIRO; GEBRESELASSIE, 2014 apud ZAIDI; MORGAN, 2017). Todavia, Zaidi e Morgan (2017) relembram que, tanto nos EUA quanto no Leste Asiático, o casamento continua sendo uma instituição valorizada pela sociedade e a maioria dos jovens querem se casar eventualmente.

No quinto estágio, a taxa de natalidade é muito baixa, sendo, pela primeira vez, inferior à taxa de mortalidade, que continua baixa. Portanto, o crescimento natural que existia nos estágios anteriores torna-se um declínio populacional (ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY, 2015). Burch (2003) aponta que, em um modelo de transição, a mortalidade diminui na medida em que a população cresce, graças ao desenvolvimento socioeconômico e no sistema de saúde. Pouquíssimos países atingiram este estágio e ainda há discussão no âmbito acadêmico sobre quais estes seriam. Os principais exemplos apontados são o Japão e a Suécia. A análise deste estágio, em decorrência da pequena quantidade de países, é baseada em evidência limitada e de estudos de caso (ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY, 2015).

Burch (2003) afirma que esse modelo demográfico pode ser utilizado para caracterizar a história demográfica da maioria dos países, mas não de todos. Mesmo Burch não menciona países asiáticos. Não aparenta haver, ainda, uma teoria demográfica que explique o desenvolvimento demográfico asiático em geral, muito menos o japonês. Autores japoneses,

como Horiai, analisam o histórico e a conjuntura demográfica japonesa utilizando a teoria da Transição Demográfica. A Segunda Teoria Demográfica (STD) é utilizada para analisar as transformações demográficas em outros países asiáticos que envelhecem rapidamente, como a Coreia do Sul, a Singapura e a China.

O Japão é colocado no quinto estágio, pois apresentou forte crescimento populacional juntamente com taxas de mortalidade, seguido por declínio da taxa de fecundidade e mortalidade. Como pode ser visto no gráfico, o quinto estágio ocorre em uma população que apresenta declínio natural. A curva teve uma inversão total em relação aos estágios iniciais, agora com uma situação de declínio populacional crescente. Este é exatamente o caso do Japão contemporâneo. Apesar da adição do quinto estágio ser discutida, ele representa com precisão a conjuntura demográfica de envelhecimento populacional em conjunto com o declínio populacional. As sociedades super-envelhecidas apresentam um gráfico de declínio populacional natural, que é combatido de diferentes maneiras por governos (políticas de natalidade e políticas migratórias são as mais comuns). É interessante notar que, apesar das Teorias da Transição Demográfica lidarem com países ocidentais como sua base teórica, a sociedade que se tornou um super-envelhecida primeiro e que vivencia o quinto estágio mais intensamente é a japonesa. As transformações demográficas japonesas foram particularmente rápidas e significativas em um curto período de tempo, como veremos nesta dissertação.

1.3. Conjuntura internacional do envelhecimento populacional

“(...) Estamos em meio a uma revolução silenciosa. É uma revolução que se estende bem além da demografia, com amplas implicações econômicas, sociais, culturais.” (UNITED NATIONS, 1998, p. 1, tradução nossa)⁸. Foi assim que Kofi Annan, o então Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) descreveu o fenômeno do envelhecimento populacional em 1998. Este foi o discurso de abertura para proclamar 1998 como o Ano Internacional de Pessoas Idosas⁹ pela ONU (UNITED NATIONS, 1998; ROWLAND, 2012).

A ONU define o envelhecimento populacional como um fenômeno de âmbito global (UN DESA, 2019). Este fenômeno foi reconhecido como uma das quatro “*megatendências*”

⁸Do original: *“(...) We are in the midst of a silent revolution. It is a revolution that extends well beyond demographics, with major economic, social, cultural (...) implications”*.

⁹United Nations International Year of Older Persons no original (ROWLAND, 2012).

demográficas globais¹⁰ (UN DESA, 2019, grifo do autor, p. 5). Este fenômeno é um dos eventos demográficos mais evidentes do século XX e continua proeminente no atual século.

Como afirmado por Wilson (2006, apud CAMARANO, 2008, p. 19), “*O século XX foi, principalmente, um século de crescimento populacional: o século XXI será um século de envelhecimento populacional*”. Os dados demográficos do presente momento comprovam esta afirmação. A população mundial quadruplicou durante o século XX, indo de 1,5 bilhão para 6 bilhões de 1900 a 2000 (CAMARANO, 2008).

A ONU considera o envelhecimento populacional como uma “história de sucesso humano” (UN DESA, 2020, grifo do autor, p. 1, tradução nossa) que reflete o avanço no desenvolvimento socioeconômico, saúde pública, avanços na medicina, melhoria na infraestrutura e no saneamento básico, a redução da mortalidade e da natalidade – que ocorreu simultaneamente com a mudança do papel das mulheres na sociedade – e a melhoria na estrutura econômica e educacional (UNITED NATIONS POPULATION FUND - UNFPA, 2012). A maioria dos países desenvolvidos¹¹ está passando por um novo estágio demográfico, caracterizado pelo envelhecimento de sua população. Este novo momento traz consigo novas situações, experiências e até mesmo problemas.

A estrutura etária de uma população é dividida em três grupos: a população infanto-juvenil (de 0 a 14 anos), a população em idade produtiva (de 15 a 64 anos) e a população de idosos (acima de 65 anos). Essas classificações são utilizadas em análises demográficas, sociais e econômicas, principalmente relacionado à força de trabalho. Um desequilíbrio demográfico pode ocorrer tanto no caso de a população jovem ser demasiadamente grande, criando um “bolsão juvenil” (do inglês *youth bulge*) – comum nos estágios iniciais da transição demográfica – ou um cenário em que a população idosa cria um bolsão – característica do quarto e do quinto estágios. Sociedades podem ser classificadas como sociedades jovens e sociedades velhas, de acordo com a proporção de idosos e de crianças em relação à população total. O fenômeno do envelhecimento populacional já é considerado um fenômeno que ocorre em todo o globo, variando em intensidade e velocidade de país para país.

No ano de 2018, um importante evento demográfico ocorreu. Esta foi a primeira vez na história da humanidade em que havia mais idosos (65 anos ou mais) do que crianças (menos de

¹⁰ As megatendências são o crescimento populacional, o envelhecimento populacional, a migração internacional e a urbanização (UN DESA, 2019).

¹¹ As categorias de países desenvolvidos e em desenvolvimento utilizadas neste trabalho correspondem às categorias utilizadas pela ONU, nas quais países desenvolvidos referem-se aqueles que possuem alto nível de desenvolvimento econômico e social enquanto países em desenvolvimento, ou menos desenvolvidos, possuem padrão de vida baixo ou médio e uma base industrial em desenvolvimento (UN DESA, 2015).

cinco anos) no mundo. Em novembro de 2020, a população mundial é de 7,7 bilhões de pessoas (WORLDMETERS, 2020b). A população de idosos tem sido o principal grupo que vem apresentando crescimento constante. Em 2019, havia 703 milhões de pessoas com 65 anos ou mais. Ou seja, uma em cada 11 pessoas (ou 9% da população total) (UN DESA, 2019). Enquanto a população idosa possui projeção de continuar aumentando, a população de crianças com menos de cinco anos não possui essa mesma tendência (UN DESA, 2019).

O envelhecimento populacional é caracterizado como o processo de transformação da estrutura etária, demográfica e social de uma determinada população em direção a idades mais avançadas. Isso resulta em uma proporção menor de jovens, enquanto a população de idosos aumenta e vive mais tempo. Assim, uma sociedade jovem torna-se uma sociedade idosa ao atingir a proporção de 10% de idosos em relação à população total (GAVRILOV; HEUVELINE, 2003; HAPTY; KANE, 2009; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011; ROWLAND, 2012). De acordo com Haupty e Kane (2009), muitos países em desenvolvimento apresentam 40% de sua população com menos de 15 anos, enquanto a população idosa encontra-se na faixa de 4% sob a população total. Já na maioria dos países desenvolvidos, apenas 25% da população têm menos de 15 anos, enquanto o percentual de população idosa passa de 10%.

Todas as populações no mundo passam por um processo de envelhecimento, o que difere de país para país é o ritmo no qual ele ocorre. Países africanos ainda possuem populações extremamente jovens e não se preocuparão com o envelhecimento populacional tão cedo enquanto outros, como o Japão e países europeus, lidam no atual momento sobre as consequências deste fenômeno.

A principal região que teve um aumento em sua média etária foi a Europa, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Figura 6 - Mudança nas médias etárias por região entre 1950 e 2020

Fonte: Ang (2020). Tradução nossa.

Este gráfico demonstra a mudança das médias etárias com o passar das décadas, no período entre 1950 e 2020. A Europa é atualmente a região com a maior média etária, de 43 anos. A região que teve o maior aumento, entretanto, foi a América Latina e o Caribe, com 55% devido à diminuição na taxa de fecundidade. Ang (2020) aponta que o aumento da média na Ásia é, em grande parte, decorrente do envelhecimento japonês. Mesmo em uma região de países populosos e de populações jovens, como a Índia e a China, os índices japoneses chegam a ser elevados a ponto de influenciar a média de toda a região.

Como apontado no gráfico por Ang (2020), o motivo da África ter tido um aumento quase insignificante de 5% é devido à sua taxa de fecundidade de 4,4 nascimentos por mulher, que se mantém elevada. É perceptível a importância e a influência que a taxa de fecundidade exerce no perfil demográfico de uma população. Ang ainda aponta o motivo de a Oceania ser a segunda região com o menor aumento de média etária: as taxas de fecundidade (2,4 filhos por mulher) e de expectativa de vida elevadas são ajudadas a manter sua população jovem, mas o principal fator é sua elevada proporção de imigrantes. Em 2019, a região tinha 8,9 milhões de imigrantes, o que equivale a 21% da população total. Para fins de comparação, a América do Norte, que possui elevado número de imigrantes (principalmente o Canadá e os EUA), 10% da população é composta por imigrantes (ANG, 2020).

Apesar da média etária na América do Norte ser de 35 anos, as médias dos países que a constituem variam significativamente, dos 41,8 anos do Canadá (40ª posição no mundo) e 38,5

anos dos EUA (61^a posição) para os 28,3 do México (132^a posição). As populações latinas são, em média, mais jovens. Os países mais jovens do continente americano são a Guatemala, com 22,1 anos, e Belize, com 22,7 anos de média etária (DESJARDINS, 2019). O Brasil possui uma média etária de 33,2 anos, o que o coloca em 101^a posição no mundo (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA, 2020a). Os países mais jovens são todos africanos: Níger (14,8 anos) na última posição, de 228º lugar, seguida por Uganda (15,7 anos), Angola (15,9 anos), Mali e Chad (16 anos). O país mais jovem não africano é o Afeganistão, que apresenta média de 19,5 anos (CIA, 2020a).

Do outro lado da escala, o país com a maior média etária surpreendentemente não é o Japão, que é considerado como o país mais velho por meio de outros indicadores, como o percentual populacional. A média etária de japoneses é de 48,6 anos, inferior à de Mônaco, com 55,4 anos (CIA, 2020a). Apesar de Mônaco ser o primeiro país idoso neste quesito, ele raramente é apontado por relatórios de envelhecimento pelo fato de menos de 30% de sua população (que já é minúscula, de 39.360 pessoas¹²) ser nativa do país. O país é um destino popular para milionários devido à sua política de isenção de impostos. Muitos aposentados ricos emigram para Mônaco com o intuito de viver sua aposentadoria confortavelmente (PAOLONE, 2020).

Vários relatórios desconsideram Mônaco e outros países pequenos em análises demográficas, tanto de OIs como a Organização Mundial de Saúde (OMS) quanto de instituições privadas. O *World Factbook*, realizado pela CIA, é um dos poucos relatórios que incluem Mônaco e outros pequenos países ou territórios. De acordo ele, o *ranking* de média etária em 2020 listou Mônaco em primeiro lugar (55,4 anos como média), seguido pelo Japão (48,6 anos), São Pedro e Miquelon (48,5 anos), Alemanha (47,8 anos) e Itália (46,5 anos). São Pedro e Miquelon e territórios como Hong Kong também são raramente incluídos em relatórios demográficos.

O principal método de análise e classificação de populações como idosas ou jovens lida com os percentuais das populações idosas sob o total da população. Ele indica a quantidade comparativa de idosos para cada país e retrata melhor sua conjuntura demográfica.

¹² De 39 mil pessoas, 26,9% são idosos em Mônaco (COUNTRY METERS, 2020), o que classifica o país como uma população não apenas idosa, como super-envelhecida.

Figura 7 - Percentual de população com 65 anos ou mais em 1990

Fonte: UN DESA (2019). Tradução nossa.

Em 1990, havia uma visível divisão demográfica Norte-Sul. Os países desenvolvidos possuíam elevados percentuais de idosos (acima de 10%) enquanto os países do Sul global apresentavam menores quantidades de idosos. Praticamente o continente africano inteiro e boa parte da América Latina, do Oriente Médio e do Sudeste Asiático tinham menos de 5% de idosos sob a população total. Houve uma rápida transformação demográfica em um curto período de tempo até 2019, como o mapa a seguir demonstra:

Figura 8 - Percentual de população com 65 anos ou mais em 2019

Fonte: UN DESA (2019). Tradução nossa.

Os percentuais de idosos aumentaram visivelmente em 2019. Isso ocorreu tanto em países desenvolvidos que já tinham populações idosas, chegando no patamar mais alto de 15% ou mais, quanto nos países em desenvolvimento. Enquanto o continente africano ainda continua com percentuais extremamente baixos, as outras regiões envelheceram, principalmente a América Latina e o Sudeste Asiático.

O envelhecimento populacional está ocorrendo quase simultaneamente nos países desenvolvidos devido ao envelhecimento dos coortes de *baby boomers* (KLUGE et al. 2014). Este também é o caso do Japão, como veremos em uma seção futura. A Europa é a região que envelheceu mais rapidamente e que mais enfrenta desafios relacionados ao envelhecimento de sua população. A expectativa de vida da população idosa europeia aumentou em 12 meses a cada cinco anos durante um período de 150 anos (YENILMEZ, 2014).

A configuração de envelhecimento populacional por regiões varia imensamente, como pode ser visto:

Figura 9 - Grupos Etários selecionados divididos por regiões em 2019

Fonte: Desjardins (2019). Tradução nossa.

A Europa é a região que possui tanto o maior percentual de idosos (18%) e o menor percentual de jovens (16%). A África se encontra no extremo oposto, com o maior percentual de jovens no mundo, de 41% sob a população total, o dobro em relação às outras regiões. A África também apresenta o menor percentual de idosos, de apenas 3% da população total. A proporção da população infanto-juvenil da América Latina e o Caribe é igual à mundial (26%). A proporção de idosos também é muito próxima da mundial (8% para 9%). A Ásia tem o mesmo percentual de idosos da América Latina devido à influência demográfica do Japão na região.

Tendo visto as regiões mais jovens e mais idosas, resta agora listar os países com o maior percentual de idosos. A tabela a seguir classifica os países com os maiores percentuais:

Tabela 3 - Dez países com maior percentual de idosos em 2020

Posição	País	% 65+ (da população total)	# 65+ (em milhões)	População total (em milhões)
1	Japão	28,2	35,58	126,18
2	Itália	22,8	13,76	60,34
3	Finlândia	21,9	1,21	5,52
4	Portugal	21,8	2,24	10,27
5	Grécia	21,8	2,33	10,7
6	Alemanha	21,4	17,78	83,1
7	Bulgária	21,3	1,49	6,98
8	Croácia	20,4	0,83	4,05
9	França	20,3	13,16	64,83
10	Letônia	20,3	0,39	1,91

Fonte: Population Reference Bureau – PRB (2020). Elaboração própria.

O Japão está há mais de uma década no topo do *ranking* de maior percentual de idosos do mundo, sendo o único a ultrapassar o marco de 25%. Desde 1985, o Japão apresenta a população mais “cinza” do mundo (BLOOM, 2018). A população japonesa contabilizava em 126 milhões de pessoas, o que categorizou o país como 11º em maior população no mundo. Desses, 28,5% são compostos por idosos. O percentual pode aparentar ser pequeno, mas ele equivale a 35,88 milhões de idosos (TOYOKA, 2020).

O percentual de idosos japoneses é significativamente maior (em 28,2%) do que o da Itália, que está em segundo lugar (22,8%). Todos os dez países no topo do *ranking* apresentam populações idosas superiores a 20%, um percentual além do cenário de inverno demográfico que havia sido projetado por demógrafos como preocupante. Também é interessante analisar como os idosos se dividem em grupos. Seriam apenas os idosos-jovens, de 65 a 74 anos, mais longevos? Ou a longevidade se entende para todos os subgrupos de idosos? Esta é a realidade no caso dos três países no topo da lista. Dos 35,58 milhões de idosos japoneses, 50% têm de 65 a 74 anos (idosos-jovens), 34% possuem 75 a 84 anos (idosos-velhos) e 16% possuem 85 anos ou mais (idosos-mais-velhos). A Itália, que apresenta o segundo maior percentual de idosos do mundo (22,8%, equivalente a 13 milhões de pessoas), tem uma configuração quase idêntica: 49% possuem 65 a 74 anos, 35% com 75 a 84 anos e 16% têm 85 anos ou mais. A Finlândia, no terceiro lugar (21,9% ou 1,21 milhões de idosos), apresenta dados similares: 58% estão no coorte de 65 a 74 anos, 30% têm 75 a 84 anos e 12% possuem 85 anos ou mais (PRB, 2020).

Para fins de comparação, o Brasil tem 8,92% de idosos sob sua população total, ligeiramente acima da média mundial de 8,87%. Apesar de não aparentar ser muito, assim como no caso do Japão, o Brasil possui uma grande população. Ele está em sexto lugar no *ranking* de maiores populações, com aproximadamente 211 milhões de pessoas. O percentual de idosos brasileiros é de 8,92%, o que equivale a quase 17 milhões de pessoas (IBGE, 2019).

Em relação à quantidade total de idosos, contudo, o *ranking* apresentaria uma configuração bem diferente, como pode ser visto a seguir:

Tabela 4 - Dez países com maior quantidade em números absolutos de idosos em 2020

Posição	País	# 65+ (em milhões)	% 65+ (da pop. total)	População total (em milhões)
1	China	166,37	11,9	1398,03
2	Índia	84,9	6,1	1391,89
3	Estados Unidos	52,76	16	329,15
4	Japão	35,58	28,2	126,18
5	Rússia	21,42	14,6	146,73
6	Brasil	17,79	8,5	209,33
7	Alemanha	17,78	21,4	83,1
8	Indonésia	15,16	5,6	268,42
9	Itália	13,76	22,8	60,34
10	França	13,16	20,3	64,83

Fonte: PRB (2020). Elaboração própria.

A China, que nem aparece na outra tabela, é a primeira nesta. Apesar de ter apenas quase 12% de população idosa, devido à sua grande população, o número será consequentemente elevado, de 166 milhões de idosos. O mesmo ocorre para a Índia (6% de sua população total equivale a 85 milhões de idosos) e os EUA (16% é igual a 52 milhões). Analisar ambas essas listas é essencial para compreender a situação de cada país. Para a população americana, apesar de ter 16% de idosos, o envelhecimento populacional não posto como um problema da maneira que ele o é no Japão. Isso se deve à taxa americana de natalidade positiva (que apresenta crescimento), decorrência principalmente da entrada de imigrantes no país, que equilibra sua balança demográfica e mantém a configuração da população americana como jovem.

A Alemanha, Itália e França possuem populações significativamente menores, com baixo crescimento populacional, e percentuais elevados de idosos. A preocupação sobre o envelhecimento populacional é mais crítica atualmente para esses países. Contudo, este fenômeno já é um fator que deve ser considerado em políticas públicas para países como a China, a Rússia e o Brasil, que apresentam grande quantidade de idosos e possuem um crescimento populacional menos acelerado que no passado. Esses países ainda não possuem sistemas de saúde, educacionais e de pensão estruturados como os de países desenvolvidos. Essa ainda é uma preocupação distante para países no fim da lista, como a Nigéria, um dos países com populações mais jovens e com baixa expectativa de vida, apenas 3% da população tem 65 anos ou mais (PRB, 2020).

As projeções futuras demonstram uma tendência de envelhecimento para todos os países, inclusive países africanos. A intensidade na qual o fenômeno ocorre varia

substancialmente para cada país. A projeção para 2050 é de que a população idosa (65 anos ou mais) aumente em 45% até 2030 (YENILMEZ, 2014). A taxa de dependência etária (*Elderly Dependency Ratio* ou EDR) para os países que compõem a União Europeia (UE) está prevista a dobrar, atingindo 54% em 2050. Ou seja, de quatro pessoas com idade para trabalhar para cada cidadão idoso, em 2050 chegará a apenas dois pessoas com idade para trabalhar para cada idoso (CARONE e COSTELLO, 2006).

Para a maior parte dos países europeus, as mudanças mais dramáticas estão ocorrendo no atual momento e possuem projeção de continuarem pelas próximas três décadas. Essas mudanças gerarão impactos negativos imediatos, principalmente nas finanças públicas. Contudo, Kluge et al. (2014) são otimistas e explicam que, a longo prazo, as consequências serão menores à medida em que a população envelhecer e acabar esse período de transição.

Figura 10 - População global estimada e projetada por grupos etários (1950-2100)

Fonte: UN DESA (2019). Tradução nossa.

A quantidade de idosos aumentou no mundo com o passar dos anos e a projeção é de que essa será a população que terá o segundo maior crescimento, após o grupo de idade produtiva (25 a 64 anos). As outras faixas etárias passarão por um cenário de estagnação. A projeção é de que haverá 10 bilhões de pessoas até 2050 (JONES, 2020) e espera-se que 70% da população mundial viverá em áreas urbanas, intensificando ainda mais o êxodo rural. Para

alimentar uma população de 10 bilhões de pessoas, a ONU calcula que a produção alimentar deverá ser aumentada em 70%.

Figura 11 - Percentual de população com 65 anos ou mais projetada para 2050

Fonte: UN DESA (2019). Tradução nossa.

No ano de 2050, a projeção é de que a quantidade de pessoas com 65 anos ou mais dobre para 1,5 bilhões de indivíduos (UN DESA, 2019). A projeção para 2050 demonstra que boa parte dos países em desenvolvimento possui tendência de se tornarem sociedades idosas. Dentre os países emergentes que apresentam o maior aumento da população de idosos, se destacam a China, com estimativa de ter 27,6% de população idosa sob o total; o Brasil, com estimativa de 22,8% e a Rússia, com 20,9% (JOHNSON, 2016).

A tendência é de que, em 2050, uma em cada seis pessoas (16%) serão idosas (UN DESA, 2019). Espera-se que a Ásia terá 62,3% dos idosos no mundo, seguida pela Europa, com 12,6%, que é atualmente a região com maior número de idosos (DESJARDINS, 2017). Mesmo com vários países do Sul econômico tornando-se sociedades idosas, o continente africano continuará sendo a região com populações mais jovens e percentuais mínimos de idosos.

Em relação à taxa de fecundidade para países em desenvolvimento, a projeção é de que ela diminua para um valor abaixo de 2% até 2050. Por mais que os países em desenvolvimento apresentem no momento populações mais jovens, é esperado que, no futuro próximo, haverá uma população envelhecida nesses países também, que ainda não começaram mesmo a planejar ou implementar políticas voltadas para o envelhecimento populacional (YENILMEZ, 2014).

A população de crianças com menos de cinco anos no mundo em 2020 foi de 506 milhões. Dessas, 173 milhões vivem na África. A projeção é de que, em 2100, a quantidade diminuirá para 377 milhões de crianças. Quase metade desse número (293 milhões) estarão na África (DESJARDINS, 2019). Enquanto vários países lidarão com o desafio de garantir qualidade de vida à população crescente de idosos, os países africanos terão que lidar não só com o desafio de prover melhoria na qualidade de vida, mas também na sobrevivência, de sua grande população de crianças e jovens.

Projeções devem ser manejadas com cautela, pois são apenas suposições para o futuro. Contudo, sua análise não deixa de ser essencial como um exercício de formação de possíveis cenários-problemas e medidas que podem ser utilizadas para resolvê-los. Como Eberstadt coloca (apud BUTKIEWICZ, 2012, p. 11, tradução nossa), *“a demografia não é necessariamente o destino – mas a demografia de fato altera a esfera do que é possível”*¹³. Cincotta (2004) defende que tendências demográficas não são imutáveis. Cenários demográficos podem ser alterados, mas até certo ponto. Alguns aspectos são mais suscetíveis a intervenções, como a mortalidade infantil, que foi trabalhada por meio de políticas públicas no Caribe e no Leste Asiático. Cincotta (2004) adverte que fenômenos como crescimento e declínio populacional não são tão maleáveis e, portanto, são mais difíceis de reverter. As dinâmicas populacionais já estabeleceram o tamanho do coorte em idade reprodutiva para os próximos 15 a 20 anos. Os limites de uma população são ditados por sua conjuntura demográfica. A quantidade de jovens só poderia aumentar para mais da quantidade de nascimentos por meio de eventos externos, como a entrada de imigrantes.

1.4. Envelhecimento enquanto conceito e preconceito

Como Camarano (2008) explica, não há um marco claro sobre o que delimita o início da transição para a última fase da vida. Condições socioeconômicas, regionais, culturais, étnicas e de gênero geram diferentes perspectivas para esse processo. É possível delimitá-lo por meio de uma série de fatores diversificados, como processos biológicos, aparência física, perda de capacidades físicas e mentais e de papéis sociais, nascimento de netos, etc. Em meio a essa heterogeneidade, a maneira escolhida foi a delimitação por meio de um marco etário. Contudo, mesmo o marco etário não é universal, variando de país para país. Aqui, encontra-se uma dificuldade de pesquisa pois diferentes parâmetros são utilizados dependendo do órgão

¹³ Do original: *“Demography is not necessarily destiny—but demography does alter the realm of the possible.”*

pesquisador, seja uma Organização Internacional (OI) ou um Estado. Historicamente, o marco referencial foi de 60 anos. Contudo, nas últimas décadas ele aumentou graças ao envelhecimento populacional em países desenvolvidos. A ONU, a OMS e o Brasil classificam o marco etário em 60 anos. Já a UNFPA e instituições privadas, como a *HelpAge International*, e países como o Japão e a Alemanha o classificam como 65 anos. Devido à ausência de um marco universal, os dados demográficos podem variar dependendo da fonte utilizada. A quantidade de idosos e percentual analisado muda se o marco utilizado pelo estudo demográfico for de 60 anos ou de 65 anos. Como este trabalho analisa o estudo de caso do Japão, o marco abordado é o japonês, de 65 anos.

Esta mudança de marcos referenciais etários é uma consequência das transformações que estão ocorrendo na própria área de estudos sobre o fenômeno de envelhecimento, tanto sob a perspectiva individual (biológica), quanto populacional (sociopolítica). O envelhecimento está sendo reinventado atualmente, assim como a infância e a adolescência o foram no passado. O aumento da expectativa de vida e das condições socioeconômicas trouxeram esta nova realidade.

A classificação etária é planejada e construída de maneira social e cultural, sendo, assim uma categoria tanto passível de discussão quanto passível de se tornar obsoleta (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). O estudo do envelhecimento tem uma longa duração histórica, datando séculos, desde a Babilônia (aproximadamente, 3000 A.C.), com o épico de Gilgamesh. Aristóteles aparenta ter sido a primeira pessoa que codificou teorias sobre a idade; sua teoria atribuiu humores aos quatro estágios da vida – na qual a juventude era quente e úmida enquanto a velhice era fria e seca (BENGTSON et al. 2009).

A abordagem mais clássica e preponderante atualmente é a de Laslett (1989, apud ROWLAND, 2012), que reconceitualizou, para países desenvolvidos contemporâneos, esse estágio etário em dois diferentes coortes: a Terceira Idade (de 50 a 77 anos), caracterizada por vivência ativa e independente, e a Quarta Idade (com 78 anos ou mais), em que a fragilidade e a dependência, tanto econômica quanto física, são as principais características. Para Laslett (1987 apud DEBERT, 1999), a experiência do envelhecimento nas sociedades contemporâneas já não podia ser reduzida apenas em indicadores de prolongamento de vida. A invenção da terceira idade é vista como o “*fruto do processo crescente de socialização da gestão da velhice*” para Debert (1996, p. 1). Essa mudança de interpretação segue o surgimento de uma “comunidade de aposentados”, que dispõe de saúde e independência financeira com peso

suficiente na sociedade e com capacidade de tornar suas expectativas de realização e satisfação pessoal em realidade (DEBERT, 1999, p. 77).

Devido ao aumento da longevidade, surge agora a necessidade de abordagens que consigam refletir melhor a realidade atual das pessoas idosas. A tendência é de que, cada vez mais, as pessoas viverão por mais tempo e em condições mais saudáveis. A imagem do idoso absolutamente dependente e incapaz está defasada. A visão que a sociedade e os próprios idosos tem sobre si mesmos está se alterando com o tempo. A mais nova abordagem criou novas subcategorias: os idosos-jovens, ou *young-old* (de 65 a 74 anos); os idosos-velhos, ou *old-old*, (entre 75 a 84 anos) e os idosos-mais-velhos, ou *oldest-old* (com 85 anos ou mais) (ROWLAND, 2012; SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

No passado, a etapa da velhice era considerada o momento quando um indivíduo se torna um fardo a ser lidado, geralmente pela família. Por isso, a prática de geronticídio pela própria família era relativamente comum na antiguidade, ocorrendo em diversas culturas, inclusive nas que tinham forte influência do confucionismo¹⁴. Geralmente devido à fome e à pobreza, membros familiares chegavam a abandonar idosos. No Japão, o nome dessa prática era *Ubasute* (姥捨て, literalmente abandonar uma mulher idosa), Historiadores como Macer (1997) alegam que a prática não era tão comum e é mais considerado como folclore. Ele também afirma que *Ubasute* era relativamente conhecida antes da Era Meiji e foi popularizada recentemente por meio do filme *Narayama Bushikō* (A Balade de Narayama) de Shōhei Imamura, que mostra um filho deixando sua mãe em uma montanha para ela esperar por sua morte. Macer (1997) afirma que essas práticas ainda continuam na Coreia do Sul, Mongólia e nas tribos siberianas *Yakuits*.

Os báctrias, que habitavam o que é hoje o Afeganistão, jogavam idosos e doentes para cães treinados chamados de coveiros, o povo nômade iáziges da Ásia Central tinha a tradição de equipar as crianças com espadas para matar os idosos e os inuítes abandonavam os idosos em blocos de gelo (NOBEL, 2015). Em Tamil Nadu, na Índia, a tradição de *thalaikoothalby* continua até os dias de hoje, apesar de ser considerado como crime. Idosos acamados ou em estado terminal recebem um banho de óleo cerimonial e então tomam água de coco e drogas para acelerar sua morte. Os principais motivos são fome, pobreza, pouco espaço na residência e o elevado custo de serviços de saúde. Contudo, Sanso (2010) menciona que há casos em que o objetivo da família é adquirir a propriedade do idoso. O aumento no número de idosos leva a

¹⁴ O confucionismo é uma filosofia chinesa baseado nos ensinamentos de Confúcio, entre os quais os principais são de respeito aos mais velhos e às autoridades e a piedade filial (LANDER UNIVERSITY, 2000).

situações em que famílias não possuem o suficiente para se sustentar, além de não conseguir pagar por cuidados a idosos, um serviço caro. Muitas famílias não terem seguros ou pensões por trabalharem no setor informal. Sanso (2010) defende que, se não houver políticas que auxiliem famílias e idosos, mais *thalaikoothalby* continuarão ocorrendo.

Mesmo os nórdicos, hoje reconhecidos como símbolos de políticas efetivas de bem-estar, também possuíam uma tradição similar. *Ättestupa* é o nome para precipícios específicos na Suécia, Noruega e na Islândia. Esses eram os locais onde o geronticídio ocorria comumente em tempos pré-históricos, onde idosos que não conseguiam mais ajudar na sociedade ou em seus lares se jogavam dos precipícios. Bloomberg (2019) afirma que traços dessa tradição se mantêm na cultura por meio do ritual de *Döstadning* (limpeza da morte), no qual idosos que estão se tornando cada vez mais dependentes começam a organizar e limpar seus lares para que, quando eles falecerem, suas famílias tenham que lidar com menos fardos materiais.

O desenvolvimento humano, o aumento da longevidade e a mudança de valores fizeram com que tradições que eram socialmente aceitas, mas não muito divulgadas, passassem a ser consideradas como crimes. Infelizmente, o geronticídio é ainda uma realidade presente em diversas sociedades, seja em casa ou por meio de eutanásia. O principal fator que leva parentes a tal ponto é a questão financeira e, como Sanso (2010) aponta, é responsabilidade do governo prover para que indivíduos vulneráveis não faleçam de tal maneira.

Outro problema vivenciado por idosos é a discriminação etária (*ageism*¹⁵ em inglês). Esta discriminação pode ocorrer de diversas maneiras, seja por exclusão social, no emprego, na habitação, no sistema de saúde, casos de violência, representações negativas – ou mesmo ausência de representações – na mídia (ANTI-DEFAMATION LEAGUE - ADL, 2017). Geralmente, a discriminação resulta na generalização de que todos os idosos são indivíduos dependentes. Um estudo por Daniel Schmidt e Susan Boland em 1986 analisou que os estereótipos relacionados a idosos eram majoritariamente negativos e se referiam à aparência: cabelos acinzentados, carecas, dificuldade de audição e de visão, sendo que a única característica não física era de serem “aposentados” (BLAINE; BRENCHLEY, 2017).

Estudos também apontam que empregados mais velhos são considerados como mais difíceis de serem treinados ou retreinados e, portanto, menos valiosos como empregados. Há por trás disso, uma ideia de que idosos são incapazes de mudar e aprender novas informações

¹⁵*Ageism*, no original em inglês, foi um termo criado por Robert Neil Butler em 1969 para descrever o preconceito contra pessoas idosas, na mesma veia de *sexism* (machismo) e *racism* (racismo). Hoje em dia, *ageism* continua sendo utilizado mais para discriminação contra idosos, mas também inclui discriminação contra jovens, em particular, a geração Y (nascida entre 1980 a 1996) (ADL, 2017).

ou técnicas. Eles também são vistos como mais custosos por demandar salários mais elevados e utilizarem mais benefícios de saúde, o que confirma o estereótipo de que envelhecer e adoecer estão correlacionados (RUPPELL et al. 2010 apud BLAINE; BRENCHLEY, 2017).

A falta de representação de idosos na mídia – e, quando há, uma representação negativa – também contribui para a criação e consolidação de estereótipos negativos. Gerbner e Ozyegin (1997 apud BLAINE; BRENCHLEY, 2017) mostraram que apenas 2% dos personagens em séries americanas eram idosos em um período em que 12% da população americana era composta por idosos. Nenhum dos personagens mais velhos tinham um papel de protagonismo. Além disso, a discriminação etária se une a outros tipos de discriminação, como Gerbner (1997) e Dail (1988 apud BLAINE; BRENCHLEY, 2017) demonstraram ao identificar a tendência de mulheres idosas serem representadas como deficientes muito mais do que homens idosos.

Um importante ponto apontado por Levy (2003 apud BLAINE; BRENCHLEY, 2017) que diferencia a discriminação de idosos com outros tipos de discriminação é de que outros grupos que sofrem discriminação (como minorias étnicas, mulheres, membros da comunidade LGBTQ+) têm a oportunidade de se acostumar com sua condição e de desenvolver gradualmente estratégias para lidar com a discriminação durante sua vida. Idosos, por outro lado, se tornam membros de um grupo etário negativamente estereotipado de maneira relativamente abrupta e não estão preparados para lidar com as atitudes negativas comparado a outros grupos. Eles trazem consigo um acúmulo de sentimentos e atitudes negativas passivamente acumuladas durante suas vidas, o que torna ainda mais difícil a aceitação de si mesmo quando se tornam idosos (BLAINE; BRENCHLEY, 2017). Andrews (1999 apud SCHNEIDER e IRIGARAY, 2008) aponta que há um paradoxo nesta questão: as pessoas querem viver muito; entretanto, elas não querem ficar velhas ou aparentarem ser velhas.

Não é apenas necessário atentar-se à condição econômica e de saúde de idosos, mas também sobre a maneira em que idosos são vistos tanto por si mesmos quanto pela sociedade. Os estereótipos que são a base para a discriminação provêm de generalizações que não representam a realidade. A ideia de que todos os idosos cabem em uma mesma categoria e o estereótipo de que eles são dependentes e incapazes é cada vez mais contestada. Os novos subgrupos de classificação de idosos (idosos-jovens, idosos-velhos e idosos-mais-velhos) são prova da diversidade neste grupo etário. Assim como outros tipos de discriminação, este é um processo longo que não terá um fim tão próximo, mas que requer esforço por parte da sociedade e do governo para mudar a atual situação.

1.5. Visões da literatura sobre o envelhecimento

*“O envelhecimento é um triunfo do desenvolvimento. O aumento da longevidade é uma das maiores conquistas da humanidade”*¹⁶ (UNFPA, 2012, p.3, tradução nossa). Conseguir chegar a este patamar é uma conquista. É triunfo dos avanços da medicina e da saúde pública que hoje consegue lidar com doenças, ferimentos e mortes prematuras que diminuíram a expectativa de vida durante séculos. Contudo, Peter Peterson, ex-secretário de Comércio dos EUA, declarou que o envelhecimento populacional é *“uma ameaça mais grave e certa do que as das armas químicas, proliferação nuclear ou conflitos étnicos”*¹⁷ (PETERSON, 1999, apud BLOOM, 2018, p.1, tradução nossa). Não há precedentes históricos nem para os níveis de envelhecimento sendo vivenciados no momento, nem para os projetados nas próximas décadas.

Se o envelhecimento populacional é considerado como uma vitória, por que ele é também retratado como um problema, ou mesmo como um vilão? Esse descompasso ocorre quando o fenômeno se desenvolve tão rapidamente a ponto de os governos não conseguirem acompanhar esta velocidade. Mudanças demográficas, como a taxa de fecundidade abaixo da taxa de reposição, definem a velocidade e intensidade do fenômeno. Quando o envelhecimento populacional ocorre de maneira acelerado juntamente com o declínio populacional que leva a um desequilíbrio demográfico entre jovens e idosos, toda a conjuntura demográfica torna-se instável e alarmante.

O envelhecimento populacional não necessariamente leva a um inevitável declínio macroeconômico. A literatura é bem dividida neste ponto, sendo que a área econômica tende a ser mais pessimista. O principal temor é de que uma população envelhecida será insustentável, pois a pequena quantidade de jovens não conseguirá sustentar os idosos. Os custos governamentais serão direcionados a um sistema de pensão e de saúde que não conseguirá lidar com o aumento rápido de idosos.

Contudo, Cincotta (2004) adverte que não é apenas uma grande população de idosos que causa ansiedade social. Em uma situação de escassez de trabalhos, um grande bolsão do coorte de jovens leva a aumento de instabilidade política, descontentamento social e crime. Mesmo países com sistemas sociais e de saúde bem estabelecidos e eficazes, como o Japão, a Alemanha e a França, estão enfrentando dificuldades severas, tal qual a diminuição de sua força

¹⁶ Do original: *“Ageing is a triumph of development. Increasing longevity is one of humanity’s greatest achievements.”*

¹⁷ Do original: *“a threat more grave and certain than those posed by chemical weapons, nuclear proliferation, or ethnic strife”.*

de trabalho, aumento da competição por recursos entre jovens e idosos, aumento nos custos em saúde e pensões, dentre outros. Em países com sistemas de transferências públicas, como no caso da Europa e da América Latina, o envelhecimento aumentará a pressão fiscal nos sistemas. No caso da Ásia Oriental, os indivíduos e famílias terão que lidar com maiores pressões para financiar seu consumo na velhice. A ONU (UN DESA, 2019) adverte que será de prima importância governos estabelecerem programas de proteção social a longo prazo para prevenir a pobreza, diminuir a desigualdade e promover a inclusão social entre idosos.

Várias políticas governamentais são sugeridas pela OI como alternativas para maximizar os benefícios e lidar com os riscos, como: educação ao longo da vida¹⁸; assistência médica universal; encorajamento de estilos de vida saudáveis e hábitos de poupança; promover empregos para mulheres, idosos e minorias geralmente excluídas da força de trabalho; aumento na igualdade entre gêneros e aumento da idade de aposentadoria e apoio de políticas que ajudem famílias em melhorar o equilíbrio entre o emprego e a vida pessoal (UN DESA, 2019).

Autores como Sanderson e Scherbov fazem parte de um grupo crescente de pesquisadores com o objetivo de criar métodos melhores para recolher dados sobre envelhecimento populacional e avaliá-los. Novas abordagens visam lidar não apenas com o único indicador de idade cronológica, que é o preponderante na literatura, mas também com outros indicadores, como a saúde física, função cognitiva¹⁹ e participação na força de trabalho (SCOMMEGNA, 2019). Isso ajudaria a entender melhor quais são as condições dos idosos em diferentes sociedades.

Como Scommegna (2019) coloca, mais dados e informações ajudarão para responder uma pergunta essencial de se as pessoas mais velhas estão não só vivendo mais, como se elas estão tendo uma vida mais saudável. Diversos estudos apontam que as pessoas estão envelhecendo melhor, principalmente em países desenvolvidos. Morgan e Eileen apontaram que os americanos estão envelhecendo mais lentamente comparado a duas décadas atrás. Chang (apud SCOMMEGNA, 2019) demonstraram em outro estudo que, usando um padrão de saúde de uma pessoa de 65 anos (com os possíveis problemas de saúde que acompanhariam esse estágio etário), países tiveram resultados diferenciados. Idosos com 76 anos no Japão

¹⁸ *Lifelong learning* no original: é o conceito de que não há idade máxima ou mínima para o aprendizado. Como parte do processo, cada vez mais instituições e organizações criam cursos voltados para idosos retornarem aos estudos.

¹⁹ A OMS colocou o envelhecimento saudável (*healthy ageing*) como uma das dez prioridades de uma década de ação. O objetivo é avaliar a capacidade de idosos em se integrar com seu ambiente, lidando com sua saúde física e capacidade cognitiva por meio de atividades como tomar banho, se vestirem, comer, se levantar e se deitar na cama, utilizar o banheiro e caminhar em um cômodo (SCOMMEGNA, 2019).

apresentavam esse mesmo padrão, demonstrando que eles apresentam uma condição de saúde superior à da média mundial. Já no caso de Papua-Nova Guiné, indivíduos com 46 anos apresentavam um quadro de saúde similar à de uma pessoa com 65 anos (SCOMMEGNA, 2019).

Não há um consenso na literatura sobre a visão do envelhecimento populacional, seus efeitos e suas consequências. As visões variam de acordo com os âmbitos sendo estudados. Kluge et al. (2014) critica que a literatura econômica focou predominantemente nos efeitos negativos do envelhecimento populacional, como o aumento na taxa de dependência, o aumento dos gastos governamentais em pensões, a diminuição da força de trabalho e os impactos na macroeconomia. A literatura sociológica, por sua vez, foca nos impactos nos pilares do sistema de segurança social, como o aumento nos custos de saúde, principalmente no cuidado de longa duração institucionalizado. Ainda há pouca literatura produzida que foque nas vantagens e nas oportunidades trazidas pelo envelhecimento populacional.

Kluge et al. (2014) oferece uma série de contrapontos que poderiam ser oportunidades para as sociedades envelhecidas. Um maior percentual da população com educação superior poderia ser benéfico para o crescimento econômico a longo prazo e poderia vir a compensar, em parte, o declínio na mão de obra. Ele também adiciona que haveria uma maior partilha de riqueza com as novas gerações. As heranças seriam divididas para uma menor quantidade de pessoas, resultando em uma maior fatia para cada herdeiro. Contudo, isso apenas ocorreria se os idosos tivessem riqueza suficiente para partilhar com herdeiros – e se tiverem herdeiros. Com a atual situação que ocorre no Japão, em que muitos indivíduos envelhecem sem ter filhos e vivem em condições de pobreza, este não parece ser o cenário que ocorrerá no país.

O envelhecimento pode trazer também benefícios para o meio ambiente. Os níveis de emissão de CO₂ dependem diretamente do estágio etário da vida de um indivíduo. Quando são adultos, eles tendem a consumir e a viajar mais. Ao se aposentar, a tendência é de que os indivíduos viajem menos e deixem de dirigir. Um envelhecimento populacional pode gerar uma redução significativa na emissão de CO₂, principalmente se houver proatividade por parte do governo para conscientizar a população da importância da sustentabilidade ambiental. Contudo, os ganhos também vão depender do desenvolvimento de novas tecnologias, aumento no nível de riqueza populacional e implementação de novos estilos de vida (KLUGE et al. 2014).

Os efeitos do envelhecimento populacional podem causar diferentes problemas dependendo do país. Os principais fatores influenciadores são, para Kluge et al. (2014), o nível de dependência dos cidadãos idosos para com o setor público e a generosidade dos programas

públicos. As baixas taxas de fecundidade levarão muitos países a enfrentarem vários desafios contínuos para garantir sua viabilidade demográfica. No caso do Japão, em que a quantidade de nascimentos não supera a de mortes, o país se aproxima cada vez mais de uma situação instável e talvez insolúvel de ter muito mais idosos do que jovens, além do risco de a população desaparecer caso não haja influxo de pessoas ou aumento de nascimentos.

Para Maeda (2019), o Japão está à beira de se transformar em uma sociedade envelhecida e sem crianças. O envelhecimento populacional em si não é um problema, mas sim uma prova de sucesso do desenvolvimento humano. Este fenômeno demográfico natural e esperado apenas se torna um problema para governos e sociedades quando ele vem acompanhado de um declínio severo na taxa de fecundidade e baixo (ou negativo) crescimento populacional. Muitos países que estão envelhecendo e possuem grande população de idosos, como os EUA, Canadá e Austrália não estão lidando com grandes efeitos do envelhecimento catastróficos para a economia e não possuem projeção de terem de lidar com eles no futuro. Isso é devido à sua população que ainda é jovem e apresenta crescimento populacional positivo. Este crescimento às vezes nem é fruto da taxa de fecundidade, mas sim da entrada de imigrantes no país, o que mantém a demografia do país equilibrada.

Horiai (2011) aponta quatro fatores que tornam o Japão um caso único: (1) a população envelheceu mais rapidamente do que qualquer outro país ocidental, (2) tem a maior expectativa de vida dentre os grandes países industrializados, (3) possui a maior proporção de idosos do mundo e (4) o maior declínio projetado até 2050.

O Japão é o país mais velho do mundo já faz mais de uma década. A sociedade japonesa foi a primeira a se tornar uma sociedade super-envelhecida. Mesmo em 2020, outros países ainda não alcançaram o mesmo marco percentual de idosos sob a população total. O que é preocupante no caso do Japão é que sua população está apenas diminuindo, a taxa de fecundidade é baixa e não possui projeção de aumentar e a quantidade de jovens é a menor na história do país.

1.6. Histórico de desenvolvimento demográfico japonês

A maior parte das nações desenvolvidas tiveram mais de cinco décadas para se adaptar ao envelhecimento de sua estrutura etária. A França levou mais de um século para que sua população idosa²⁰ duplicasse de 7% para 14%. Foram necessários 85 anos para a Suécia, 73

²⁰ HE (et al. 2016) utilizaram 65 anos como a classificação etária de idosos em seu trabalho.

anos para a Austrália e 69 anos para os Estados Unidos para o mesmo processo ocorrer nesses países. Relembrando que uma população é considerada como idosa quando ela passa do percentual de 10%, o processo foi significativamente mais longo para esses países. O Japão foi uma exceção entre os países desenvolvidos, tendo levado apenas 25 anos (de 1970 a 1995) para duplicar este percentual²¹, sendo o período mais curto registrado na história (HE et al., 2016).

Figura 12 - Quantidade de anos necessários por país para chegar a 14% e 21%

Fonte: He et al. (2016). Tradução nossa.

O gráfico acima denota processos de envelhecimento já ocorridos, assim como projeções de envelhecimento para países que ainda possuem populações consideradas como jovens. É interessante notar que as projeções para países asiáticos são ainda mais curtas do que o que ocorreu para o Japão. Países como o a Coréia do Sul (em 2027), a China (em 2035) e a Tailândia (2038) chegariam ao mesmo estágio de envelhecimento em um menor período de tempo. Outros países ainda em desenvolvimento também apresentam projeção de envelhecimento populacional, como a Tunísia, o Brasil e o Chile.

A população japonesa cresceu de 83 milhões em 1950 para 126 milhões em 2020. A taxa de crescimento anual, contudo, diminuiu progressivamente neste mesmo período. Isso significa que a população japonesa passou a crescer cada vez menos. A população idosa constituía 10% da população total em 1985, mas este percentual aumentou rapidamente em apenas duas

²¹ Em 2007, o país atingiu a triplicação de sua população idosa, com 27% (HE et al. 2016).

décadas. A população japonesa está envelhecendo três vezes mais rapidamente do que países europeus como a Noruega e a Suécia (OGAWA; MATSUKURA, 2007).

O envelhecimento da população japonesa não é uma novidade. Este processo vem ocorrendo lentamente há décadas: desde 1985, o Japão possui a população mais velha do mundo. E, em 1997, a quantidade de idosos no país ultrapassou a de crianças (BLOOM, 2018). A partir de 2007, a população japonesa passou a diminuir anualmente. Em 2019, a população diminuiu em 500 mil pessoas (WAMSLEY, 2019). Como demonstrado no capítulo anterior, essa transformação demográfica de envelhecimento da população e diminuição no número de crianças é um processo natural e esperado à medida em que os países vão se desenvolvendo.

O que diferencia o caso japonês é que o país apresenta uma população que não está só envelhecendo, mas também diminuindo simultaneamente em uma velocidade e intensidade inesperadas a ponto de o governo não conseguir acompanhá-las. O Primeiro-Ministro Shinzō Abe denominou o fenômeno como o “maior desafio” do país (BLOOM, 2018, grifo do autor, p. 1) em sua reeleição no ano de 2017. De acordo com uma enquete realizada pelo instituto *Pew Research Center* (2014), nove em cada dez japoneses descreviam o envelhecimento como um grande problema para o país.

Para melhor compreender a atual estrutura demográfica do Japão, um dos principais instrumentos demográficos é a pirâmide etária. Esta pirâmide representa a estrutura da população por idade e por sexo, demonstrando a ligação entre fecundidade, natalidade e mortalidade, analisando também os componentes da idade e de sexo. A soma de todos os grupos representa o total da população. As barras horizontais representam a quantidade de homens e mulheres.

O censo japonês é realizado a cada cinco anos, sendo que no ano de 2020, devido à pandemia, o processo foi realizado de uma maneira diferente. Formulários foram entregues para cada residência e, após serem preenchidos, foram enviados por correio. O prazo para enviá-los foi no dia 7 de outubro. O relatório governamental foi disponibilizado no final do mesmo mês. Este trabalho utilizará primordialmente os dados deste relatório, que são os mais atuais divulgados pelo governo japonês (STATISTICS BUREAU OF JAPAN – SBJ, 2020).

A cada ano, uma nova coorte surge na base da pirâmide, e as coortes restantes a escalam. As coortes superiores representam a população idosa, que geralmente são as menores. O processo de estreitamento da pirâmide acelera a partir do marco dos 45 anos de idade na pirâmide (HAUPTY; KANE, 2009). Apesar da imagem vinculada à população japonesa de um povo idoso, o país tinha uma população bem jovem ainda no passado próximo, como a pirâmide

etária a seguir demonstra:

Figura 13 - Mudanças na pirâmide etária japonesa

Fonte: Statistics Bureau of Japan – SBJ (2020). Tradução nossa.

Em 1950, o Japão possuía o típico formato de pirâmide populacional jovem: composta por uma base larga (que representa a população infantil) e por um topo (população idosa) estreito ou mesmo inexistente. Em um intervalo de tempo significativamente curto de apenas algumas décadas, a base tornou-se estreita enquanto o topo ampliou-se cada vez mais (GAVRILOV; HEUVELINE, 2003). O formato da pirâmide mudou drasticamente.

O Japão foi o primeiro país não-Occidental que passou por um declínio de fecundidade após a Segunda Guerra Mundial, sendo que este declínio foi mais rápido do que em qualquer um dos países industrializados da época (OGAWA; MATSUKURA, 2007). As baixas taxas de fecundidade japonesa vêm atraindo atenção tanto da população japonesa quanto do mundo (RETFERFORD; OGAWA, 2005 apud OGAWA; MATSUKURA, 2007). Em contrapartida, a rápida redução da mortalidade tem atraído menos atenção. Durante 1947 a 1965, a expectativa de vida japonesa ao nascer aumentou de 50,1 anos, em média, para 67,7 anos para homens e de 54,0 para 72,9 anos para mulheres. Quando o Japão entrou na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1964, as taxas de expectativa de vida do país tanto

para homens quanto para mulheres estavam entre as menores dentre todos os países-membros da organização da época (MASON; OGAWA, 2001 apud OGAWA; MATSUKURA, 2007). Contudo, no meio da década de 1970, a expectativa de vida japonesa havia se tornado uma das mais elevadas dentro da organização (OGAWA; MATSUKURA, 2007).

O Japão sofreu perdas gigantescas, tanto populacionais quanto econômicas, na Segunda Guerra Mundial. Graças ao auxílio econômico dos Estados Unidos²², o país conseguiu, assim como os países da Europa Ocidental, se reconstruir e crescer economicamente após a guerra. Em 1960, a expectativa de vida havia chegado aos 65 anos para homens e 70 anos para mulheres graças ao aumento do acesso e do uso de antibióticos. Isto diminuiu a incidência de doenças infectocontagiosas, como pneumonia e tuberculose (JICA, 2003), que eram as principais causas de óbitos nesse período.

O ápice demográfico no pós-guerra ocorreu em 1949, quando o número de nascimentos passou o marco de 2,7 milhões. O motivo desse aumento foi devido ao retorno dos soldados ao Japão. Isso não ocorreu apenas no Japão. No pós-guerra, a volta dos homens levou a um aumento de casamentos e, eventualmente, de nascimentos que havia sido postergados por conta da guerra. Aproximadamente 2,3 milhões de soldados morreram durante a guerra, deixando o país com uma população de 72 milhões de pessoas em 1945 (YOSHIDA, 2015). Nesta época, a taxa de fecundidade era elevada, de 4,54 filhos por mulher.

Outro fator para o crescimento populacional foi a diminuição na mortalidade devido à melhoria na qualidade de vida e à acessibilidade e à implementação de medicamentos para doenças como a tuberculose. Como já visto, o Japão possuía até então uma pirâmide etária muito similar a de países africanos atualmente. Havia uma grande quantidade de nascimentos, mas também de mortalidade. A falta de acesso a medicamentos, sanidade ineficaz, pobreza e fome levavam a uma elevada mortalidade, principalmente infantil. A taxa de mortalidade infantil (menos de 5 anos) em 1950 era de 91,32 mortes a cada mil partos. E, em apenas cinco anos, ela apresentou um declínio substancial: em 1955, a taxa de mortalidade japonesa era de 54,3 mortes. Em 1960, ela diminuiu para 39,7 mortes por mil nascimentos (UN IGME, 2020²³). A taxa de mortalidade diminuiu rapidamente a cada ano graças à melhoria na qualidade de vida. A diferença crescente entre a taxa de fecundidade, que aumentava, e a mortalidade, que diminuía, criou o fenômeno do *baby boom*. Oguro (2018) comenta que este fenômeno ocorreu

²² Os EUA investiram 2,44 bilhões de dólares na reconstrução do Japão no pós-guerra, assim como também investiu 13,3 bilhões de dólares na Alemanha e 15 outros países europeus (STANZEL, 2015).

²³ A taxa de mortalidade do Japão em 2019 foi de 2,46 mortes a cada mil partos (UN IGME, 2020).

em praticamente todo os países devido ao maior otimismo e à esperança que as populações tinham para o futuro no pós-guerra.

O declínio acentuado após a guerra gerou um “bônus demográfico”, que o Japão utilizou efetivamente para conseguir um rápido crescimento econômico (JICA, 2003). Todavia, do outro lado desta transição demográfica, já ocorria sutilmente o início do envelhecimento da população japonesa, que foi predeterminado pelo declínio das taxas de natalidade e de mortalidade. Inagawa (2018) aponta que este *boom* escondeu o potencial problema demográfico do envelhecimento populacional, que é hoje a realidade demográfica japonesa. Devido ao elevado número de nascimentos, tanto a sociedade quanto o governo não se conscientizaram sobre a necessidade de se preparar para o declínio populacional futuro. Desde aquela época, havia temores de que o Japão poderia passar por dois cenários futuros: um de crescimento populacional intenso e difícil de lidar ou um cenário oposto no qual faltariam pessoas.

A Lei de Proteção Eugênica, inaugurada em 1948, foi um dos principais fatores que contribuíram para o rápido declínio da natalidade após 1949. Ela facilitou o acesso a abortos induzidos, que já eram procurados por mulheres, mas a qualidade e segurança das operações era baixa. Esta lei resultou na escolha, por parte das mulheres grávidas, da utilização de abortos como principal método de controle de natalidade por casais²⁴. A partir deste ano, iniciou-se o período de *baby bust*, ou diminuição de nascimentos. Para a JICA (2003), este foi o momento em que o Japão teve sua transição demográfica. Apenas em 1955, 1,17 milhões de abortos foram realizados. O governo mudou o slogan de “*dê à luz e multiplique*” da Era Meiji para “*partos planejados*” (*planned childbirth*) (JICA, 2003, p. 21). Com a atuação do governo²⁵, métodos contraceptivos substituíram o aborto induzido como método primário de controle de fecundidade (TACHI e OKAZAKI, 1969; JICA, 2003).

O padrão demográfico histórico japonês é de diminuição da quantidade de crianças nascidas no Japão com o passar dos anos. A primeira explosão demográfica de nascimentos ocorreu entre 1947 e 1948, período que deu origem à geração *baby boomer* (団塊の世代 ou *dankai no sedai*, termo criado pelo economista Sakaiya Taichi), que nasceu de 1947 a 1949. O

²⁴ O aborto foi legalizado no Japão em 1948, oficialmente estabelecendo como motivo a saúde das mães. Em 1949, foi acrescentado mais um motivo: o de incapacidade de criar um filho. Tanto o budismo quanto o xintoísmo, as religiões mais influenciadoras no país, não condenam o aborto, que é mais aceito se comparado às sociedades ocidentais cristãs (SCOTT, 2002).

²⁵ Outra política pública realizada foi a introdução do sistema de “cadernetas” para as futuras mães. O objetivo do governo era de “*garantir que as mulheres tivessem crianças fortes*” (JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY – JICA, 2003, p. 22), um ideal presente desde o período de guerra. A prática dessas “cadernetas” teve continuidade no pós-guerra, mudando seu nome para “Cadernetas de Saúde da Maternidade e da Criança” (*Maternity and Child Health Handbook* no original) em 1965, quando passaram a incluir materiais educacionais sobre tanto saúde maternal quanto saúde infantil (JICA, 2003).

tamanho deste coorte, que contabiliza 8,1 milhões de pessoas (6,3% da população), possibilitou a existência de uma grande força de trabalho, o que fomentou a economia japonesa. Era estimado que esta geração teria ativos financeiros de aproximadamente 130 trilhões de ienes (o equivalente a 1,3 trilhões de dólares). Isso é pouco menos de 10% do total de ativos de toda a nação (BLOOM; CANNING; FINK, 2009; OGAWA; MATSUKURA, 2007).

As projeções para 2060 apresentam uma figura na qual a base é tão estreita que ela não conseguiria sustentar toda a figura, caso ela existisse no plano 3D real. Nessa conjuntura, a população infantil contabilizaria apenas 10% da população total. A população em idade produtiva, que representa 51% do total, envelhecerá e se juntará à população idosa, que seria 38% da população. Uma situação demográfica como esta é insustentável a longo prazo. Seria necessário um aumento significativo da população infantil e jovem, seja por aumento no número de nascimentos, seja por meio da imigração.

Figura 14 - Taxa de fecundidade japonesa (1960-2020)

Fonte: World Bank (2020b). Elaboração própria.

O dado mais relevante nesse gráfico é o ponto fora da curva: a queda substancial de nascimentos no ano de 1966, também conhecido como o ano de *Hinoeuma* (丙午) ou do cavalo de fogo. Os japoneses seguem o ciclo de 12 anos proveniente do zodíaco chinês, utilizando tanto os animais do zodíaco chinês quanto os cinco elementos chineses da natureza (fogo, água, madeira, metal e terra). O ano de 1966 foi a combinação do ano do cavalo e do elemento do fogo. Existe a superstição de que meninas nascidas neste ano seriam teimosas, perigosas e trariam azar para o marido. Devido a esta superstição e, como o sexo do bebê não poderia ser

determinado com precisão naquela época, houve um grande aumento na quantidade de abortos, assim como na diminuição de nascimentos naquele ano.

A média de abortos no período de 1963 a 1969 era de 30 abortos para cada mil nascimentos, enquanto em 1966, apenas, o número aumentou para 43 abortos por mil nascimentos (HAUPTY; KANE, 2009; HOOPER, 2012). É visível no gráfico que o ano seguinte teve um aumento substancial de nascimentos. O ano de *Hinoeuma* se repete a cada 60 anos, e o próximo será em 2026. Resta ver se a superstição ainda exerce um peso significativo para a atual geração de jovens. Será interessante avaliar, agora que é possível determinar o sexo do bebê, se haverá uma queda significativa de nascimentos totais ou apenas no nascimento de bebês do sexo feminino.

As outras quedas na natalidade não tiveram fatores específicos relacionados àqueles anos. Foi uma amálgama de diversos fatores, como o aumento da participação das mulheres na força de trabalho e a diminuição na quantidade de filhos, que serão explorados mais adiante neste capítulo. A queda de 1989 ficou conhecida como o “Choque de 1,57”, por ter sido a menor taxa de fecundidade no país até então. Ela foi ultrapassada em 2005, quando a taxa de fecundidade quebrou novamente o recorde, caindo para 1,26 filhos por mulher.

As crianças dos *baby boomers* foram denominadas de geração *shinjinrui* (新人類 espécie de reposição) pelo antropólogo Kurimoto Shin’ichirō devido às diferenças desta geração com as anteriores. Este coorte cresceu quando a economia estava forte e começaram a trabalhar no pico da bolha econômica. Eles não tiveram contato com a guerra e a escassez do pós-guerra, eles tinham mais perfil de consumidores e eram considerados como “mimados” pela geração anterior. A situação econômica positiva foi o principal fator motivador para casais terem filhos. A participação de mulheres na força de trabalho dessa geração era de menos de 70% (SHAMBAUGH et al. 2017). Como a grande maioria casava-se jovem e se tornava donas de casas que não voltavam a trabalhar (no trabalho formalizado), as mulheres tendiam a ter mais filhos. Seus filhos foram a segunda geração *baby boomers*, de 1971 a 1974 (NIPPON, 2019).

O segundo baby boom caracterizou o segundo maior pico de nascimentos (2 milhões em um ano) desde o período pós-guerra. As mudanças econômicas, maior entrada de mulheres no mercado de trabalho e mudança de valores para novas gerações levou as pessoas a se casarem mais tarde e terem menos filhos. A partir da década de 1970, a fecundidade declinou abaixo do nível de substituição – de 2 filhos por mulher (OGAWA; MATSUKURA, 2007).

A bolha econômica (バブル景気, *baburu keiki*, no original) perdurou de 1986 a 1991, um período marcado por rápido crescimento econômico e grande inflação das ações financeiras e dos imóveis. O colapso da bolha ocorreu no início de 1992 e os efeitos perduraram por mais de uma década. Os assentamentos dos preços das ações só ocorreram em 2003. Devido à estagnação econômica, ao colapso de negócios, e à falta de oportunidades de emprego, esse período foi conhecido como a “década perdida”. O crescimento do PIB per capita japonês foi de apenas 0,5% de 1991 a 2000, comparado com os EUA, que tiveram 2,6% de crescimento (HAYASHI; PRESCOTT, 2002).

Figura 15 - Grupos etários japoneses (%/ano)

Fonte: UN DESA (2017). Tradução nossa.

Como este gráfico demonstra, a população idosa (65 anos ou mais) ultrapassou a população infantil (de 0 a 14 anos) pela primeira vez em 1997, (UN DESA, 2017; SBJ, 2020). A população infantil (de 0 a 14 anos) em 2019 era composta de 15,21 milhões de crianças, o equivalente a 12,1% da população total japonesa. A população com idade produtiva (15 a 64 anos) totalizou em 75 milhões de pessoas, o equivalente a 59,5%. Tanto os percentuais de idosos quanto os de jovens foram os menores já registrados na história (TOYOKA, 2020).

As projeções para 2050 e 2100 retratam uma sociedade na qual a população em idade produtiva (de 15 a 64 anos) sofrerá uma queda substancial, chegando ao pequeno diferencial de apenas 10% em relação à população idosa, esta que terá um crescimento exponencial. Não há

previsão de que a população infantil aumente. Se essas projeções vierem a tornar-se realidade, a sociedade japonesa será demograficamente e economicamente insustentável, pois não haverá trabalhadores suficiente para sustentar a população aposentada.

O Japão não apenas tem a população mais longeva do mundo, como tem também a sociedade mais cinza²⁶. Em 2019, a porção de idosos foi a maior até então, com 35,88 milhões de pessoas, o equivalente a 28,4% sob a população total (que consta 126 milhões de pessoas, colocando o Japão como o 11º país com as maiores populações). Desses, os indivíduos que têm 75 anos ou mais contabilizaram 14,7% da população total, ou 18,49 milhões de pessoas (TOYOKA, 2020).

Entre 2010 e 2015, houve uma diminuição de 963 mil pessoas na população japonesa (de todas as idades) (SBJ, 2018). Essa diminuição em tão curto espaço de tempo é preocupante. E esta é uma tendência que continuará. Segundo projeções, a população japonesa deve diminuir em 50% ou mais até o fim do atual século (KANEKO, 2008 apud ROWLAND, 2012). A projeção é de que, em 2065 ainda, a população idosa comporá 38,4% do total populacional (JAPAN TIMES, 2020).

Pela primeira vez, a quantidade de bebês recém-nascidos caiu para menos de 900 mil em 2018 (JAPAN TIMES, 2020). O atual ano de 2020 é o 13º ano consecutivo no qual a população japonesa diminuiu. De acordo com Masaji Matsuyama (JAPAN TIMES, 2020), membro do Partido Liberal Democrata (PLD), a projeção é de que a haverá menos de 700 mil nascimentos em 2021 devido à pandemia de COVID-19.

No próximo capítulo, a atual conjuntura demográfica japonesa será analisada.

²⁶ Um outro termo para sociedades envelhecidas é de sociedades cinzas. Em inglês ainda, o termo demográfico “*graying population*” (literalmente população que se acinzentada, verbo proveniente da palavra “cinza”) também é um sinônimo para envelhecimento populacional (HAYUTIN, 2007; BLOOM; CANNING; FINK, 2009).

CAPÍTULO 2: ATUAL CONJUNTURA DEMOGRÁFICA JAPONESA

Este capítulo aborda o atual quadro japonês, analisando as principais características das causas sociais e as repercussões econômicas, sociais e na saúde do país.

2.1. Longevidade japonesa

Por que os japoneses vivem tanto? O aumento da longevidade é consequência direta da elevada qualidade de vida no país. Alguns indicadores demográficos utilizados para medir a qualidade de vida são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁷ e o Índice de Gini²⁸.

No relatório mais recente divulgado pela ONU em 2019, o Japão estava na 19ª posição com o IDH de 0,915. O país entrou na categoria de países com “desenvolvimento humano bem alto”, que é o topo da hierarquia. O primeiro país no *ranking* foi a Noruega, com índice de 0,954, que manteve seu primeiro lugar, seguida pela Suíça (0,946) e a Irlanda (0,942). O Brasil, por outro lado, esteve perto do final da lista, na 79ª posição, com IDH de 0,761. O Brasil pertence ao segundo grupo de países, os de “desenvolvimento humano alto”. Após esta categoria, há ainda a de “desenvolvimento humano médio” e a de “desenvolvimento humano baixo”. O último país da lista, em 189ª lugar, é o Níger, com IDH de 0,377 (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP, 2020).

O Japão também possui elevada paridade de riqueza, como o Índice de Gini demonstra. O Gini japonês foi de 32,9 na avaliação mais recente do país em 2013. O Brasil obteve 52,8 no mesmo ano. O primeiro lugar foi da Eslovênia, com 24,2; seguida pela República Checa (24,9) e a Bielorrússia (25,2). A Noruega, primeira no IDH, esteve na 28ª posição com um Gini de 27. O índice não denota a riqueza da população, mas sim o nível de paridade de riqueza. Os EUA, por exemplo, ocuparam a 126ª posição, com índice de 41,5 devido à grande disparidade de riqueza no país. A avaliação mais recente do Brasil em 2018 contabilizou seu GINI em 53,9, o colocando na 170ª posição do total de 178 países (WORLD BANK, 2020c).

Esses indicadores demonstram que a população japonesa vive com uma elevada qualidade de vida proveniente de saneamento básico, educação, serviços de saúde, estilo de

²⁷ Index realizado anualmente que mede o desempenho médio em três dimensões básicas de desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, conhecimento e condições básicas de padrão de vida, variando de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total) (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2017).

²⁸ Classificação internacional que mede o grau de concentração de distribuição de renda e gastos de consumo em um país, cujo valor varia de 0 (perfeita igualdade) a 100 (perfeita desigualdade) (WORLD BANK, 2020c).

vida saudável, segurança social e boa infraestrutura, dentre outros fatores.

De 1947 a 1965, a expectativa de vida japonesa ao nascer aumentou significativamente. Em 1947, era esperado que homens japoneses viveriam 50,1 anos em média. Já em 1965, isso subiu para 67,7 anos. No caso das mulheres, a expectativa de vida subiu de 54,0 para 72,9 anos. Quando o Japão entrou na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1964, a taxa de expectativa de vida do país estava entre as menores dentre todos os países-membros, tanto para homens quanto para mulheres (MASON; OGAWA, 2001 apud OGAWA; MATSUKURA, 2007). Contudo, no meio da década de 1970²⁹, a expectativa de vida do Japão tornou-se uma das mais altas dentro da organização (OGAWA; MATSUKURA, 2007).

Figura 16 - Países com maior número de centenários (em %)

Fonte: UN DESA (2015) apud Myers (2016). Tradução nossa.

Além de possuir o maior percentual de idosos mundialmente, o Japão também está no topo do *ranking* de centenários. 0,048% da população total aparenta ser um número minúsculo, entretanto, considerando o tamanho da população japonesa (126 milhões de pessoas), ele equivale à quantidade de 61 mil pessoas (MYERS, 2016).

Se, por outro lado, o parâmetro for a quantidade de pessoas, em vez de percentual, os EUA teriam o primeiro lugar, com seus 72 mil centenários. Como a população americana é maior do que a japonesa – 330 milhões de versus 126 milhões de pessoas – isso não é surpreendente. Contudo, ao analisar os percentuais, os EUA perdem para o Japão: seu

²⁹ Um dos principais fatores foi o aumento no acesso e na utilização de antibióticos, o que diminuiu a incidência de doenças infectocontagiosas como pneumonia e tuberculose, a partir de 1960. Graças a isso, a expectativa de vida havia atingido 65 anos para homens e 70 anos para mulheres (JICA, 2003).

percentual é de apenas 0,022% da população total, número inferior mesmo ao do décimo país no gráfico, o Vietnã (BUCHHOLZ, 2019). O fato de diversos países em desenvolvimento estarem no *ranking* comprova que o envelhecimento populacional não é só um fenômeno vivenciado por países desenvolvidos.

Fonte: Statista (2020a). Tradução nossa.

Este gráfico demonstra o aumento na quantidade de centenários no Japão na última década. Percebe-se que as mulheres sempre compuseram uma porção significativa deste grupo, fenômeno que ocorre também no restante dos grupos etários mais velhos no Japão e no mundo. No mundo, há em média, aos 85 anos, seis mulheres para cada quatro homens. Ao chegar aos 100 anos, a razão é de duas ou mais mulheres para cada homem.

Há várias teorias que indagam o motivo deste fenômeno, mas ainda não há uma causa definitiva na literatura. Uma teoria é de que homens lidam com mais *stress* e dificuldades durante suas vidas devido ao trabalho enquanto as mulheres passam por menos *stress* em sua vida doméstica. Essa teoria foi refutada com a entrada e participação da mulher na força de trabalho. Atualmente, elas são membros integrantes da força de trabalho na maioria dos países e a longevidade feminina continua significativamente maior no mundo. Estudos ainda mostram que homens casados tendem a viver muito mais do que homens solteiros, enquanto mulheres

casadas apenas vivem alguns anos a mais do que mulheres solteiras (KIRKWOOD, 2010).

Outra teoria é de que mulheres tendem a viver vidas mais saudáveis do que homens, por ter uma alimentação mais saudável e menos vícios, como beber e fumar. Contudo, muitas mulheres têm vícios e vivem estilos de vida não saudáveis. Elas geralmente sofrem condições de saúde piores do que homens quando envelhecem (KIRKWOOD, 2010). A longevidade feminina é uma característica que existe também em outras espécies, principalmente nos mamíferos. Kirkwood (2010) teoriza que o que garante a maior longevidade é a velocidade em que o corpo repara danos nas células. Estudos com ratos mostram que as células em um organismo feminino reparam melhor danos celulares do que as células em organismos masculinos. A remoção de ovários remove essa diferença celular. Ainda não há, entretanto, uma conclusão ou explicação do porquê desta longevidade diferenciada por sexo.

A quantidade de centenários aumentou em diversos países e o Japão (especificamente a região de Okinawa) lidera o *ranking*, com mais de 69 mil centenários, sendo que 88% deles são mulheres. O aumento no número de centenários foi rápido e substancial: só de 2017 para 2018, houve mais 2 mil novos centenários. E isso foi um aumento ainda maior comparado com 1965 (primeiro ano em que o Japão começou a recolher dados) quando havia apenas 153 pessoas com mais de cem anos. Em 2018, a pessoa mais velha do mundo viva até então, a japonesa Chiyo Miyako, havia morrido com 117 anos. Atualmente, no ano de 2020, a pessoa mais velha é outra japonesa, Kane Tanaka, também com 117 anos (TAYLOR, 2018).

Okinawa é considerada como a “terra dos imortais”, tendo mais de mil centenários, além de ter sido classificada como uma das cinco Zonas Azuis³⁰. A cada 100 mil pessoas, 50 possuem cem anos ou mais. Provando essa representação de idosos, existe a banda pop KBG84, na qual todas as integrantes têm mais de 80 anos; há até um membro com mais de cem anos no grupo (JOZUKA, 2018).

As estatísticas sobre as configurações domésticas oferecem uma visão mais aprofundada sobre a demografia japonesa. No censo mais recente, de 2015, foram contabilizadas 53,33 milhões de residências. Dessas, 55,9% eram compostas por famílias nucleares enquanto 34,6% se tratava de residências com apenas uma pessoa. O tamanho de famílias médias japonesas diminuiu com o passar do tempo: no período entre 1920 e a metade de 1950, a média de membros por residência era de cinco pessoas. Em 1970, a quantidade caiu para 3,41 membros

³⁰ É uma denominação para as regiões com maiores índices de longevidade. Além de Okinawa, constam Sardinha (Itália), Nicoya (Costa Rica), Icaria (Grécia) e Loma Linda (EUA). Não se sabe exatamente o que define a maior longevidade nelas, mas Poulain et al. (2013) determinam que todas essas regiões possuem certas características em comum, como atividade física constante diariamente, foco na família como prioridade, alto engajamento social, baixo uso de cigarros, semi-vegetarianismo (isto é, a maior parte da alimentação deriva de plantas).

para cada residência e continuou diminuindo, chegando a 2,33 pessoas em 2015.

Idosos compõem uma parcela significativa das famílias e residências japonesas: 40,7% (aproximadamente 22 milhões) das residências privadas possuem, ao menos, um membro idoso. De 1985 a 2015, a quantidade de japoneses solteiros vivendo sozinhos aumentou em 600% (ABADI, 2018). Dessas, existem aproximadamente 6 milhões de residências compostas por um único indivíduo com idade avançada (SBJ, 2018). Um em cada oito homens com 65 anos ou mais vive sozinho, enquanto, no caso das mulheres, uma em cada cinco mora sozinha.

À medida em que a quantidade de pessoas idosas aumenta, este coorte demográfico exercerá mais influência em decisões políticas. Surge assim uma *silver democracy* (democracia prateada), em que a população idosa ganha uma influência dominante e desproporcional na formulação de políticas domésticas e política externa (KOBAYASHI, 2015; HAAS, 2017). O envelhecimento pode levar a mudanças na identidade nacional ainda. Com a intensificação do processo de envelhecimento, o Japão torna-se mais propenso a ter conflitos internos de cunho intergeracional (WILSON CENTER, 2014). Haas (2017) teoriza que Estados “mais velhos” terão diferentes relações interestatais comparado a Estados “jovens” em decorrência dessa transformação de valores.

Com o descontentamento da população, líderes políticos temem perder seu poder, o que aumenta a probabilidade de haver maior incidência de princípios e metas focados em atender as demandas da população idosa (HAAS, 2017). Como resultado, a polarização ideológica entre gerações aumenta, e o governo foca em aumentar o sentimento de nacionalismo e etnocentrismo, que historicamente unificaram o Japão. Países em elevados estágios no processo de envelhecimento frequentemente tornam-se mais hostis a minorias étnicas que estão crescendo no país, seja por incidência da taxa de natalidade ou imigração, pois elas são vistas como ameaças à identidade nacional e cultural. Haas (2017) considera irônico o fato de que os Estados que mais lucrariam com a imigração como potencial solução para o problema do envelhecimento populacional são justamente os mais opostos a ela. Sentimentos de anti-imigração são vistos na atuação do governo japonês, na ascensão do nacionalismo de direita na Europa (principalmente na Áustria, Hungria, Noruega e Grécia), no *Brexit* e na eleição de Trump (HAAS, 2017).

Neste cenário, há também um aumento no número de problemas de longa duração, principalmente nas áreas econômicas e de saúde, como na produtividade e competitividade do país e na questão doméstica de pensões e impostos. Gradualmente, começa a haver uma competição por recursos econômicos e materiais, que são finitos, entre gerações (KALACHE

et al., 1987).

2.2. Causas do declínio e envelhecimento populacional do Japão

Como visto, o envelhecimento populacional é um fenômeno decorrente no aumento da longevidade da população proporcionado pela melhoria na qualidade de vida. O envelhecimento por si só não é a transformação demográfica que aflige sociedades e governos. O que torna a situação de envelhecimento populacional preocupante é quando ele ocorre juntamente com o declínio populacional. Um país que têm cada vez menos nascimentos e mais idosos, como o Japão, e tem projeção de apenas perder população começa a enxergar o envelhecimento como problema. É importante ressaltar que existem dois fenômenos demográficos em ação e que, é quando eles ocorrem simultaneamente que a situação se torna alarmante. É o declínio populacional e a projeção de não ter mão de obra que fomenta a economia o motivo de aflição, no envelhecimento da população. Países como os EUA, Austrália e Canadá apresentam elevadas taxas de envelhecimento e de idosos; contudo, eles não possuem projeção de diminuição populacional graças à entrada de imigrantes, que chegam em números elevados o suficiente para manter as populações jovens nesses países.

O principal fator que influencia o declínio populacional é a taxa de fecundidade. Mesmo que a população esteja envelhecendo rapidamente, contanto que nasça uma quantidade de jovens que contrabalanceie o envelhecimento, o equilíbrio demográfico será mantido. A questão é que, na grande maioria dos países envelhecidos, a taxa de fecundidade está muito abaixo da taxa de reposição, que é o que garante o equilíbrio demográfico. Assim, o fator preocupante não é o envelhecimento, mas sim a baixa quantidade de nascimentos. Os fatores que afetam os nascimentos são a idade de casamento, que é cada vez mais tardia, a idade em que mulheres em que mulheres tem seus primeiros filhos e se mesmo elas chegam a ter filhos.

Tudo se remete, assim, à condição das mulheres, pois as taxas de fecundidade dependem diretamente de sua qualidade de vida, saúde, oportunidades e acesso a serviços. À medida que país se desenvolve, as mulheres integram a força de trabalho e passam a ser indivíduos com seu próprio poder e capacidade econômica na sociedade. Também é natural nesse processo que mulheres se casem mais tardiamente e tenham menos filhos.

No caso do Japão, todas essas características estão presentes. As mulheres japonesas têm elevado nível educacional e são capacitadas, contudo, normas sociais (expectativa de mulheres enquanto esposas e mães) e condições inflexíveis de trabalho as forçam a ter que escolher entre

o trabalho e ter uma família. As mulheres estão se casando mais tarde e se divorciando mais do que no passado, o que cria uma nova conjuntura demográfica. Contudo, como veremos a diante, não necessariamente as mulheres não querem ter mais filhos, mas existem barreiras sociais e econômicas que as limitam mais do que em outros países.

A idade das mulheres japonesas ao se casar aumentou significativamente com o passar das décadas, como demonstrado no gráfico a seguir.

Fonte: Nippon (2020). Tradução nossa.

O perfil das mulheres em seu primeiro casamento mudou em poucas décadas. Enquanto em 1999, 12% das noivas tinham aproximadamente 25 anos e não havia mulheres acima de 43 anos, em 2019, a idade mais popular continuava a mesma, mas com percentual inferior (9%) e houve um aumento de mulheres com mais de 40 anos que se casaram pela primeira vez (NIPPON, 2020).

A idade média em 1995 para maridos era de 28,5 anos enquanto para esposas era de 26,3 anos. Já em 2019, a idade média para os maridos de primeira viagem foi de 31,2 anos e, para as esposas, de 29,6 anos. A prefeitura de Miyazaki teve a menor média etária para homens (30,1

anos) e Okayama teve para mulheres (28,8 anos). Tóquio teve as médias mais elevadas para ambos os sexos (homens com 32,2 anos e mulheres com 30,5 anos) (NIPPON, 2020). A média etária nos EUA em 2016 foi de 29 anos para os homens e 27 anos para as mulheres. O Brasil já tinha, em 2014, uma média superior a dos dois países: a média dos homens foi de 33 anos e a das mulheres, 30 anos (FREY, 2016).

O Japão ainda possui a maior taxa de *childlessness* (ausência de filhos) do mundo: três em dez mulheres não tem filhos ao completar 40 anos de idade (UNFPA, 2018). A diferença encontrada neste caso foi a tendência de atrasar a idade do primeiro nascimento (CHITOSE, 2004). No Japão, assim como na Itália, na Coreia do Sul e na Espanha, a idade mediana de mulheres no primeiro parto ultrapassou a de 30 anos em 2015. Houve um significativo aumento comparado à faixa etária de 24 a 26 anos que predominava na década de 1970 (UNFPA, 2018).

Tabela 5 - Idade das mães no primeiro parto

Ano	Número de nascimentos	Distribuição da idade da mãe (%)						Média etária
		Menos de 19	20-24	25-29	30-34	35-39	Mais de 40	
1970	1.934	1,0	26,5	49,2	18,5	4,2	0,5	25,6
1980	1.577	0,9	18,8	51,4	24,7	3,7	0,5	26,4
1990	1.222	1,4	15,7	45,1	29,1	7,6	1,0	27,0
2000	1.191	1,7	13,6	39,5	33,3	10,6	1,3	28,0
2015	1.006	1,2	8,4	26,1	36,3	22,7	5,4	30,7
2018	918	1,0	8,4	25,5	36,5	23,0	5,8	30,7
2019	865	0,9	8,3	25,2	36,1	23,2	5,9	30,7

Fonte: Statistics Bureau of Japan (2020). Elaboração própria.

Como a tabela indica, houve uma diferença significativa nas idades das mães em seu primeiro parto. Em 1970, as mulheres japonesas o tiveram por volta dos 25 anos. O coorte de mulheres com 25 a 29 anos era o que mais teve filhos na época (49,2% do total de mulheres que tiveram filhos). Já em 2019, o coorte com o maior percentual é o de mulheres de 30 a 34 anos. A parcela de mulheres com mais de 40 anos, que era inferior a 1% em 1970, teve um aumento visível, sendo hoje de quase 6% das mulheres. Dois fenômenos demográficos ocorreram simultaneamente: as mulheres começaram a ter filhos mais tarde e a quantidade de nascimentos diminuiu (SBJ, 2020).

Essa alteração ocorre nos países que dificultam tanto a permanência quanto o retorno das mulheres à força de trabalho, principalmente após elas terem filhos. As mulheres acabam sendo forçadas a escolher entre focar na carreira ou ter filhos. Nos países em que os valores tradicionais são mais prevalentes, as mulheres são consideradas as principais responsáveis por cuidar dos idosos, independentemente de terem consanguinidade, como no caso do Japão e a Itália (BOURGUIGNON; GOURBIN, 2014). Os países que possuem as menores taxas de natalidade são também os mais tradicionalistas, que possuem estereótipos e segregam gêneros na força de trabalho, como no caso do Japão (BRINTON, 2016, apud KOCH, 2012).

Chitose (2004) aponta que o casamento é o fator com o impacto mais significativo na diminuição de natalidade no país. O casamento afeta a natalidade de três maneiras: (i) declínio no percentual de indivíduos casados; (ii) declínio na taxa de nascimentos dentre casais casados; (iii) declínio na natalidade não-conjugal. Jovens adultos em idade reprodutiva adiam o casamento e, subsequentemente, há um decréscimo de nascimentos, o que é considerado um problema grave para os ministros japoneses (RICHE, 2004). As taxas de fecundidade japonesas são hoje abaixo da taxa de reposição e a quantidade de nascimentos continua diminuindo, com projeções negativas para o próximo ano de 2021.

Figura 19 - Taxa anual de casamento no Japão (por mil pessoas)

Fonte: Ortiz-Ospina e Roser (2020).

Este gráfico demonstra a quantidade de casamentos para cada mil pessoas a cada ano. Além de menos pessoas estarem se casando no Japão, os casamentos estão ocorrendo mais tardiamente. Em 1970, mais de 10 pessoas (10,4) em cada mil se casaram. Neste ano, houve um milhão de casamentos. Um dos principais fatores para a diminuição da taxa de casamento foi a entrada e o aumento de mulheres na força de trabalho.

A taxa de casamento se estabilizou após 2002, quando menos de 6 pessoas em cada mil se casaram. No ano de 2015, 23,37% dos homens e 14,06% das mulheres não eram casados ao chegarem aos 50 anos (SEMUELS, 2017; JOZUKA, 2019). Em 2019, a taxa de casamentos foi de 4,8; com o total de 598 mil casamentos neste ano (SBJ, 2020). Houve um aumento de 12 mil casamentos comparado a 2018 devido ao início da era Reiwa, que foi considerado uma ocasião auspiciosa para se casar (NIPPON, 2020).

A diminuição de casamentos é um fenômeno que ocorre em diversos países, sejam nos desenvolvidos, sejam naqueles em desenvolvimento. O pico da taxa de matrimônio nos EUA foi de 10,9 pessoas casadas por mil, na década de 1970. A partir de então, o país também começou a passar por uma queda. A taxa americana de 2018 foi de 6,5. A Coreia do Sul apresentou uma taxa de 5,2. A Alemanha teve a taxa próxima ao Japão de 4,9 enquanto a Itália revelou uma inferior de 3,2. O México apresentou uma taxa de 4,3 em 2017 (ORTIZ-OSPINA; ROSER, 2020) enquanto o Brasil teve 6,8 em 2018 (UOL, 2019).

Para as mulheres, ser solteira é uma forma de emancipação. Como a professora de ciência política da Universidade de Sophia em Tóquio, Mari Miura, explica, “*quando elas se casam, elas precisam desistir de várias coisas... Muitas liberdades e independência.*”³¹ (RICH, 2019, p. 3, tradução nossa). Há uma expectativa social de que elas deixarão de trabalhar para se dedicar à família e cuidar do lar³², principalmente porque não é esperado que os homens diminuam sua carga de trabalho para cuidar da casa e dos filhos. Caso um parente adoça (principalmente se idosos ou crianças), é também esperado que as mulheres deixem de trabalhar para cuidar deles.

Antigamente, um dos principais motivos para mulheres se casarem era para ter estabilidade financeira, algo que hoje elas conseguem obter de maneira independente. A quantidade de homens em trabalho informal também aumentou, hoje contabilizando um quinto

³¹ Do original: “*When they marry, they have to give up so many things... so many freedoms and so much independence.*”

³² As mães são responsáveis por preparar *obentōs* (弁当, marmitas) elaboradas para os filhos, preencher os diários das atividades de seus filhos requeridos por creches, supervisionar e assinar lições de casa e sessões de aulas particulares extracurriculares, além de cuidar do lar (RICH, 2019).

dos homens empregados. A expectativa social de que os homens devem ser os ganha-pão também é um obstáculo para esses homens se casarem. Mesmo as mulheres que querem tornar-se donas de casa (um terço do total) passam por dificuldades para achar um marido que consiga sustentar uma família. As expectativas e estereótipos sociais afetam negativamente ambos os sexos (B., 2014; SEMUELS, 2017; JOZUKA, 2019).

De acordo com, Mary Brinton, os japoneses geralmente se casam porque eles querem ter filhos. “*Se você não quer ter filhos, há menos motivos para se casar no Japão*”³³ (RICH, 2019, p. 7, tradução nossa). Muitas mulheres que não têm interesse em ter filhos escolhem não se casar. Isso é particularmente importante no caso do Japão devido à baixa quantidade de filhos tidos fora do casamento, como gráfico a seguir aponta.

Figura 20 - Percentual de nascimentos fora de casamentos na União Europeia e em países selecionados

Fonte: UNFPA (2018). Tradução nossa.

Um fator que diferencia o Japão é o fato de que apenas 2,3% de bebês nasceram fora do casamento, enquanto nos países desenvolvidos, o percentual varia de 30 a 50% de bebês nascidos. Isso significa que, no caso do Japão, o casamento e o nascimento são fatores diretamente ligados. Nos países ocidentais, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento³⁴,

³³ Do original: “*If you’re not going to have kids, there are fewer reasons to get married in Japan.*”

³⁴ Em 2013, 71% das crianças no Chile nasceram fora do casamento. Em 2014, 69,4% nasceram na Costa Rica enquanto o México teve 64,9% de seus nascimentos fora do matrimônio (ORTIZ-OSPINA; ROSER, 2020).

há uma maior aceitação social e ajuda financeira governamental para mães que tem filhos fora do casamento. No caso da Suécia principalmente, muitos casais nunca oficialmente se casam, mas vivem em condição de coabitação legalizada.

Ermisch (2008) aponta que uma das maiores transformações no último quarto do século XX foi a mudança nos relacionamentos: em vez de se casarem imediatamente, os casais começaram uniões informais de coabitação. Vale lembrar que a prevalência de coabitação varia drasticamente dependendo na Europa, indo de mais de 75% (Suécia, França e Finlândia) para menos de 10% (Itália e Polônia) (HEUVELINE; TIMBERLAKE, 2004 apud ZAIDI; MORGAN, 2017) devido ao valor cultural e religioso atribuído ao casamento. A coabitação geralmente leva ao casamento, como pode ser observado na Europa, nos EUA e na América Latina, esta que vem tendo um *boom* em coabitações (ESTEVE et al. 2012 apud ZAIDI; MORGAN, 2017).

A fecundidade não-marital cresceu significativamente nos EUA na última metade do século, mas como um fenômeno especificamente ligado às camadas mais pobres e com menos acesso à educação. No sul da Europa, a fecundidade não-marital continua baixa. Já nos países asiáticos, ela é considerada rara (RANAVERAL et al. 1999; RAYMO et al. 2015 apud ZAIDI; MORGAN, 2017).

No Japão, o adiamento do casamento é causa direta do atraso da gravidez, pois nascimentos fora do casamento causam escárnio social (CHITOSE, 2004). O motivo para a taxa no Japão ser baixa é devido às condições sociais das famílias monoparentais: as mães e as crianças sofrem pressão social, *bullying* e têm dificuldade de se sustentar financeiramente (SAMUELS, 2017). Semuels (2017) explica que não há legalmente a custódia conjunta no Japão. Os documentos oficiais permitem apenas um nome para a custódia e, geralmente, são as mães que se tornam as únicas responsáveis financeiramente pelos filhos. Assim, os filhos devem ser oficialmente declarados como “filhos ilegítimos” (非嫡出子, *hi-chakushutsu-shi*) em sua certidão de nascimento. Muitas mães e filhos escondem sua situação familiar nos locais de trabalho e de estudo para evitar serem alvo de discriminação (SANTOS, 2020). A falta de legalidade e a discriminação são fatores que levam as mulheres a evitar ter filhos fora do matrimônio.

Santos (2020) relata a configuração familiar japonesa no sistema de *ie* (家, literalmente casa), organizado na era Meiji, na qual o homem é o provedor da família enquanto a mulher se responsabiliza pela casa e pela educação dos filhos com o intuito de manter a linhagem familiar por meio da perpetuação do sobrenome em próximas gerações. Há ainda o “mito dos três anos”

(三歳児神話, *sansai ji shinwa*) representa a ideia ainda presente na atual sociedade japonesa de que a mãe é a única responsável pela criação e educação dos filhos até eles completarem três anos de idade. Isso reforça a ideia presente na mente de muitos empregadores que o local da mulher seria no lar, enquanto o marido trabalharia para sustentar sua família, e por isso as empregadas deixariam de trabalhar para focar na família e no lar (HOLLOWAY, 2010; SANTOS, 2020).

No caso do Japão, a taxa de natalidade depende diretamente da taxa de matrimônios, diferentemente de outros países, como a Suécia, França e EUA. Portanto, para aumentar a quantidade de nascimentos, é necessário realizar políticas que ou foquem em casais casados ou que incentivem o casamento. Isso torna a situação particularmente mais difícil pois, como pouquíssimas mulheres têm filhos fora do casamento, as políticas de natalidade dependerão de casais casados, que estão diminuindo a cada ano. O casamento mais tardio, a falta de interesse e mesmo falta de capacidade de prover (no caso dos homens) expõe um cenário demográfico negativo, no qual a taxa de fecundidade, que já é baixa, apenas tende a diminuir.

Ao realizar uma análise demográfica para melhor compreender a conjuntura japonesa de uma sociedade super-envelhecida, é importante analisar também as famílias monoparentais, principalmente as femininas, e observar sua qualidade de vida e segurança financeira. Como veremos no próximo capítulo, uma das principais maneiras que governos estão utilizando para aumentar a taxa de fecundidade é por meio de auxílios financeiros que incentivam casais a ter filhos. Entretanto, e no caso de mães solteiras, seja em decorrência do divórcio, viuvez ou ausência de casamento? Elas necessitam de mais apoio financeiro do que mulheres casadas. É necessário avaliar todos os tipos de famílias e indicadores demográficos para compreender a conjuntura populacional de um país.

Como consequência da maior participação das mulheres na força de trabalho, empoderamento econômico e mudança de valores, as atuais gerações consideram o divórcio como uma alternativa para um casamento insatisfatório. Comparado às gerações passadas, as mulheres tornaram-se menos dependentes financeiramente de seus maridos. A quantidade de divórcios aumentou em 20% desde 1998 (SEMUELS, 2017; SANTOS, 2020).

Figura 21 - Taxa anual de divórcio no Japão (por mil pessoas)

Fonte: Ortiz-Ospina e Roser (2020).

A taxa de divórcio aumentou substancialmente a partir da década de 1990 e teve seu pico (2,3 divorciados a cada mil pessoas) de 2000 a 2003. O pico de divórcios em um ano ocorreu em 2002, quando houve 289.836 casais que se divorciaram (ORTIZ-OSPINA; ROSER, 2020). A taxa de divórcio nunca foi tão elevada, subindo para 66% de todos os casamentos realizados (SEMUELS, 2017; JOZUKA, 2019). A taxa diminuiu após esse período e, em 2019, 1,69 pessoas a cada mil se casaram. No total, 208.489 casais se divorciaram (SBJ, 2020). A fins de comparação: em 2017, os EUA tiveram uma taxa de divórcio de 2,9; a Coréia do Sul com 2,1; a Noruega apresentou 2,0 e a Turquia teve 1,6 (ORTIZ-OSPINA; ROSER, 2020).

A quantidade de domicílios monoparentais japoneses subiu em 72% entre 1983 e 2011. Em 2010, 8,7% das residências japonesas eram monoparentais³⁵ (ORTIZ-OSPINA; ROSER, 2020). As famílias monoparentais femininas japonesas são geralmente resultado de divórcio (79,5%) e de viuvez (8%). É importante relembrar que, no caso do Japão, a quantidade de mulheres que engravidam e têm filhos fora do casamento é extremamente baixa (RODIONOVA, 2015; SANTOS, 2020). A quantidade de mães solteiras vem aumentando, mas

³⁵ Neste mesmo ano, a Indonésia apresentou 6,10% de residências monoparentais, enquanto o restante teve uma quantidade superior ao Japão: Coréia do Sul (9,2%), Estados Unidos (9,3%), Brasil (10,5%), Argentina (11,7%) e Colômbia (12,4%) (ORTIZ-OSPINA; ROSER, 2020).

devido principalmente ao aumento na quantidade de divórcios, em vez de mulheres terem mais filhos fora do casamento (RICH, 2019).

No Japão e na Coreia, as mães ocupam posições de baixo salário e possuem opções de carreiras limitadas, o que resulta em gigantescas discrepâncias salariais entre gêneros (UNFPA, 2018). Quando as mulheres nesses países se casam, há a expectativa de que elas irão sair da força de trabalho e assumir as responsabilidades de cuidar do lar, dos maridos, dos sogros e das crianças (RINDFUSS et al., 2004 apud UNFPA, 2018). Entre casais casados no Japão, os homens contribuem em média 3,4 horas por semana nos afazeres domésticos, enquanto as mulheres contribuem em média 27,4 horas (TSUYA, 2015, apud UNFPA, 2018).

O Japão possui uma das menores taxas de participação de mulheres na força de trabalho para países desenvolvidos na OCDE. O gráfico a seguir demonstra situação do Japão em relação à média da OCDE.

Figura 22 - Participação feminina na força de trabalho (% do total da força de trabalho)

Fonte: World Bank (2020d). Tradução nossa.

A média da taxa de participação feminina para membros da OCDE em 2020 foi de 44,24%, o que significa que menos da metade das mulheres compõe a força de trabalho. O Japão possui uma média inferior a essa, de 44,11% de mulheres. O país membro com a maior média é a Austrália, com 46,6%, enquanto os países membros com as menores médias são a Turquia (32,9%), México (37,8%) e a Coreia do Sul (42,1%). Interessante notar que, apesar de

ter uma das menores participações femininas, o Japão é o país membro que possui o maior percentual de mães solteiras na força de trabalho, com 85% (SEMUELS, 2017).

As disparidades salariais entre homens e mulheres no Japão são uma das maiores dentre as economias desenvolvidas. De acordo com a OCDE, mulheres japonesas ganham apenas 73% do que os homens ganham. O Japão teve a 115ª posição no *ranking* mundial de Participação Econômica e Oportunidades Econômicas em 2020, com nota de 0,598 do máximo de 1,0. Seu *ranking* em empoderamento político foi ainda pior: o país esteve na 144ª posição de 152 países e nota de 0,049. O Japão obteve uma nota melhor em relação à níveis de escolaridade, em 91ª posição, com 0,983 (WORLD ECONOMIC FORUM, 2019). Isso significa que as mulheres japonesas têm acesso ao sistema educacional; contudo, ao crescer e adentrar o mercado de trabalho, elas são barradas tanto no mundo político quanto no mundo privado.

Assim como todas as mulheres que deixaram a força de trabalho para ter filhos (isso ocorre para 62% das mulheres que tem seu primeiro filho), as mães divorciadas encontram muita dificuldade – ou até mesmo a impossibilidade – de retornar a seu trabalho antigo. O Japão possui atualmente o maior percentual de mães solteiras (majoritariamente como consequência de divórcio ou viuvez) na força de trabalho dentre os países da OCDE, com 85%. Outro percentual que o país está em primeiro lugar na OCDE é o da taxa de pobreza para famílias monoparentais, com 56%, comparado com os EUA, que possuem 33,5%.

Em 2011, apenas 20% das mães divorciadas recebiam pensão alimentícia (RODIONOVA, 2015; SEMUELS, 2017). A condição das mães era pior que a dos pais, de acordo com o censo de 2015: pais solteiros recebiam 3,6 mil ienes por ano, enquanto as mães solteiras ganhavam 1,8 mil ienes por ano, a metade do valor dos homens (JAPANESE MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE, 2015 apud SANTOS, 2020). Essa situação apenas desmotiva as mulheres a se casarem ou a ter filhos, por ser uma escolha que definirá toda sua carreira de trabalho e uma responsabilidade com a qual ela deverá arcar praticamente sozinha.

O gráfico a seguir demonstra a situação de trabalho pré e pós-gravidez:

Figura 23 - Composição da situação de trabalho de mães antes e depois do parto do primeiro filho (no ano do parto)

Fonte: Japanese Ministry of Health, Labour and Welfare (2020). Tradução nossa.

Apesar de significativa porção das mulheres japonesas estarem trabalhando antes de engravidarem e terem o primeiro filho, poucas conseguiram voltar a trabalhar após o parto. O percentual vem aumentando nas últimas décadas, mas ainda é visível que muitas abandonam o trabalho para se dedicarem exclusivamente a cuidar dos filhos e das casas. Dois fatores interessantes a notar são: a quantidade de mulheres que estavam desempregadas antes do primeiro filho diminuiu com o tempo, o que demonstra maior participação das mulheres na força de trabalho; e mais mães começaram a usar a licença de maternidade antes de voltar a trabalhar. As licenças ainda não são muito utilizadas por mulheres e principalmente por homens (apenas 0,42% usaram em 1999 e subiu para apenas 1,23% em 2008; sendo que apenas 30% dos homens demonstraram interesse em querer usá-la em 2008) (JAPANESE MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE, 2014).

As principais razões para mulheres deixarem de trabalhar foram, em ordem decrescente:

voluntariamente deixaram o trabalho para se concentrar no lar (39%); queriam continuar trabalhando mas tiveram que parar pois era difícil conciliar o trabalho e cuidar do filho (26,1%); outros (9,8); demitidas ou forçadas a pedirem demissão (9%); pediram demissão por motivos externos ao parto ou filho (7,2%); dificuldade de continuar a trabalhar devido ao local do trabalho e/ou transferência de emprego do marido (4,7%); conteúdo ou responsabilidade do trabalho mudou após o parto, o que diminui a satisfação no trabalho (2,6%) e nenhum motivo em particular (1,5%) (JAPANESE MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE, 2014).

Dos motivos que tornaram o trabalho mais difícil, foram na seguinte ordem: horas de trabalho inconvenientes (65,4%); falta de atmosfera no trabalho que sustentasse um equilíbrio entre trabalho e casa (49,5%); insuficiência de força física (45,7%) e pouca esperança de conseguir usar a licença de maternidade (25%). No caso do último ponto, os empregadores davam a entender que o tratamento seria diferenciado, negativamente, se essas mães usassem a licença de maternidade (JAPANESE MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE, 2014).

Mesmo após uma década, ameaças continuam a ocorrer no ambiente de trabalho. Em uma enquête realizada em 2015 com 3.500 mulheres entre 25 e 44 anos, 20,5% delas disseram que foram demitidas após terem engravidado. 17,1% alegaram terem sido tratadas de maneira injusta em relação a bônus e 15,9% disseram que foram forçadas a pedir demissão ou desistir de contratos de trabalho de período integral. Dos assediadores, 40% eram homens em posições hierárquicas superiores, enquanto 20% eram mulheres também em posições superiores. No geral, quase metade delas responderam que elas estavam “dando problema” ou foram encorajadas de se demitirem por estarem grávidas. A Lei de Oportunidade Igualitária de Emprego proíbe a demissão de uma empregada por gravidez, mas essa aparenta ser uma realidade comum (RODIONOVA, 2015).

Após terem filhos, a realidade torna-se ainda mais difícil. Apesar de 77% de mulheres japonesas com formação universitária quererem voltar para a força de trabalho após sair para ter um filho, apenas 43% conseguem achar um trabalho – e não necessariamente um trabalho integral como o seu anterior, mas mais provavelmente um trabalho temporário com salário significativamente inferior – comparado com 73% das mães nos EUA (RODIONOVA, 2015; SEMUELS, 2017). De acordo com Yumiko Watanabe (apud SEMUELS, 2017), as empresas japonesas consideram mães solteiras como trabalhadoras não confiáveis e se preocupam se elas irão ao trabalho regularmente. É costume incluir nos currículos uma lista de familiares o que

leva a essas mães serem interrogadas sobre sua situação conjugal e sobre quem cuidará da criança se ela ficar doente.

A empresa *Komatsu* demonstrou que existe uma diferença no estilo de vida de Tóquio em relação a cidades provinciais. Uma enquete realizada com funcionários em 2001 mostrou que a média de filhos por empregada casada era de 0,9 filhos em Tóquio; 1,3 a 1,5 em Osaka e a região norte de Kanto e de 1,9 em Ishikawa. O percentual de mulheres casadas também teve diferenças significativas: 50% em Tóquio, contra 70% de Osaka e a região norte de Kanto, enquanto Ishikawa possuía 80%. Isso demonstra que a dificuldade de continuar trabalhando e ter filhos não ocorre na mesma intensidade em todo o país, apesar de ser um problema de âmbito nacional.

Horiai (2011) afirma que vários governos, inclusive o japonês, estão pedindo às mulheres pelo “favor triplo” (HORIAI, 2011, p. 60), ou seja, para que elas ajudem 1) cuidando dos idosos; 2) tendo mais filhos e 3) participando da força de trabalho. A realidade, contudo, é outra: muitas vezes elas precisam escolher entre a vida familiar e o trabalho. A situação mais comum é a de mulheres abandonarem o trabalho ou para cuidar de seus filhos ou de parentes idosos (geralmente os sogros).

O Primeiro-Ministro Abe, em meio a sua política de *Abenomics*³⁶, está implementando também o *Womenomics*, que incentiva empresas a contratarem mais mulheres e lhes dar mais postos de liderança (WALIA, 2019), como veremos no seguinte capítulo. Mas afirmações surpreendentes e críticas de políticos demonstram que integrantes do governo que visa melhorar a situação das mulheres ainda possuem visões conservadoras e críticas dirigidas às populações feminina e idosa.

Uma afirmação do ministro Taro Aso comprova essa visão ainda presente em relação às mulheres serem responsáveis pelo lar e por filhos: ao defender que a culpa da crise demográfica japonesa não era dos idosos, ele colocou a culpa nas mulheres que não estão tendo filhos. Após ter sido acusado de ser insensível por ministros da oposição – especificamente em relação a casais que querem ter filhos, mas não conseguem tê-los, mas não especificamente a mulheres – Aso pediu que retirassem seu comentário, após alegar que a mídia havia tirado suas palavras do contexto. Apesar de Aso ter defendido os idosos nesse momento, em 2013, ele se contradisse

³⁶ *Abenomics* é o nome dado ao conjunto de políticas que tem o objetivo de livrar a economia japonesa do estado de estagnação e deflação na qual ela se encontra. Os três pilares do programa, ou “três flechas”, são: aumentar o dinheiro em circulação, expandir o gasto público (em curto prazo) com consolidação fiscal (longo prazo) e reformas estruturais como desregulamentações e privatizações (BRAUN, 2013).

fazendo comentários que idosos deveriam ser permitidos de “morrerem logo” para aliviar a pressão no país (grifo do autor, McCURRY, 2019).

Ele não foi o único a fazer afirmações como essas. O ministro de saúde Hakuo Yanagisawa em 2007 categorizou mulheres como “máquinas de dar à luz” e proclamou que era seu dever público aumentar a taxa de nascimentos. Em abril de 2018, Kanji Kato, um legislador do Partido Liberal Democrático, declarou que mulheres deveriam ter “no mínimo três filhos” (grifo do autor, McCURRY, 2019) e declarou que as que preferirem continuar solteiras se tornariam um peso para o país. E, em junho, o secretário geral do PLD, Toshihiro Nikai, categorizou casais que escolhem não ter filhos como “egoístas” e citou o *baby boom* do pós-guerra como exemplo de que dificuldades financeiras não deveria ser um obstáculo para ter grandes famílias. Todos esses comentários foram combatidos pela mídia, mas demonstram que não há uma uniformidade de visões em relação às mulheres e as políticas que as beneficiariam, focando menos na sua condição de membros ativos da sociedade enquanto trabalhadoras e mais na sua condição de seres capazes de engravidar e dar à luz.

De acordo com o governo japonês (JAPANESE MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE, 2014), famílias em que os membros trabalham por longos períodos de tempo são menos propensas a terem filhos. Por outro lado, mulheres com empregadores que permitem que elas usem sua licença de maternidade são mais propensas a ter filhos. Mesmo as mulheres casadas que querem ter mais filhos encontram limitações nos elevados custos de ter filhos e falta de creches. Um relatório da ONU (UN DESA, 2019), contudo, reporta que há evidências de que a grande maioria das mulheres continuam querendo ter dois filhos, em média, mesmo em países com baixas taxas de fecundidade há décadas. As principais causas apontadas foram a incompatibilidade de ter filhos e as demandas da formação superior e construção de uma carreira, falta de serviços acessíveis de cuidados às crianças, declínio da capacidade reprodutiva em idades maternas avançadas e papéis de gêneros desequilibrados para trabalho doméstico e cuidar de crianças. (B., 2014; SEMUELS, 2017; JOZUKA, 2019).

Há serviços de creche apenas para 20% das mulheres que precisam deles, sendo que há mais de 20 mil famílias em listas de espera (PRICE, 2010 apud HORIAI, 2011). Para as mães que retornaram ao mercado de trabalho após terem filhos, resta geralmente apenas a opção de trabalho informal, para o qual elas são super qualificadas. Os trabalhos informais oferecem menos segurança financeira para as mulheres, o que piora sua condição econômica quando elas envelhecem.

Como visto acima, o fator que define a intensidade do declínio populacional é a taxa de fecundidade. A taxa japonesa é baixa e não apresenta projeção de aumentar devido a uma série de elementos: a diminuição de casamentos, assim como casamentos mais tardios, diminuição de filhos por casal, aumento na população que não se casa e a idade da mãe no primeiro parto. No caso do Japão, a questão do casamento é essencial ao lidar com nascimentos, pois a taxa de filhos concebidos fora do casamento é extremamente baixa (HORIAI, 2011). O principal tema em comum em todos é a mulher japonesa.

O fato da preferência por parte de mulheres japonesas de ter filhos permanecer a mesma, independentemente das taxas de fecundidade do país, tece uma perspectiva mais otimista, sugerindo que, se países conseguirem lidar com esses fatores limitantes, é possível que as taxas subam para o nível de reposição. Contudo, mudanças serão necessárias, pois as expectativas econômicas para mulheres não são otimistas, de acordo com Seiichi Inagaki (apud KATANUMA, 2020). A tendência é de que o índice de pobreza irá dobrar nos próximos 40 anos, para 25%. Para mulheres idosas solteiras, o percentual poderia chegar a 50% (id).

As políticas governamentais devem levar em consideração a situação das mulheres em todas as fases etárias, condições financeiras e de trabalho para levar a uma transformação de ordem demográfica. A condição das mulheres dita o futuro demográfico de um país por meio da quantidade de nascimentos, o que determina a produtividade econômica do país.

2.3. Atual (desigual) distribuição demográfica japonesa

Para melhor compreender a conjuntura demográfica japonesa, é necessário analisar como o envelhecimento populacional varia de acordo com região.

Figura 24 - Regiões e prefeituras do Japão

Fonte: Wikimedia (2020). Tradução nossa.

Esse mapa ilustra as províncias e prefeituras japonesas para facilitar a localização das províncias que serão citadas a seguir. A prefeitura de Akita (número 5 no mapa) teve a maior proporção de idosos, (33,5% da população total) seguida pela prefeitura de Kochi (número 39), com 32,9% e a de Shimane (32) com 32,6%. No outro extremo, as prefeituras com o menor percentual de idosos foram: Okinawa (47), com 19,7%, seguida por Tóquio (13), que tinha 22,9% e Ehime (38), com 23,8%, sendo que esses são locais com grande concentração de jovens (YOSHIDA, 2016).

O envelhecimento populacional é um fenômeno que ocorre muito mais intensamente em áreas rurais. Cada vez há mais cidades fantasmas, pois apenas a população idosa permanece lá e, com sua morte, as cidades ficam esvaziadas. O êxodo rural de jovens acelera esse processo de esvaziamento de cidades. O interessante no caso do Japão é de que, nele, o envelhecimento populacional já é intenso a ponto de ser uma questão urbana (MURAMATSU; AKIYAMA, 2011). Mesmo nos centros urbanos extremamente populosos, como Tóquio (13), Quioto (26) e Ōsaka (27), o envelhecimento populacional é uma questão fortemente presente e discutida.

Mesmo assim, são as regiões rurais que são a maior preocupação de políticos. Como Keiichiro Oizumi, economista no Japan Research Institute (JRI), diz: *“quando visitamos megacidades, nós as vemos como vibrantes. Mas essa é apenas uma face da Ásia. Na realidade, há muitos idosos sendo deixados para trás no interior.”*³⁷ (GOTO, 2014, p. 13, tradução nossa), ele considera ainda que esta é uma tendência que ocorrerá cada vez mais no futuro.

É perceptível que as regiões rurais continuam perdendo cada vez mais jovens, que migram para os centros urbanos. Em 2019, 40 prefeituras sofreram declínio populacional, com Akita (5) tendo o maior percentual, de 1,48% (TOYOKA, 2020). Akita é também a província com os piores dados demográficos: ela apresenta a maior taxa de mortalidade no país, com 16,4 mortes para cada mil moradores em 2019. A média nacional é de 11,2 mortes por mil moradores (LIES et al., 2020).

As pequenas cidades no interior são as que mais sofrem com o êxodo rural, sendo “esvaziadas”. Por volta de 500 cidades provavelmente desaparecerão até 2040, principalmente devido à migração de mulheres jovens para as grandes cidades (B., 2014). Essa é a situação da cidade natal do novo primeiro-ministro japonês, Yoshihide Suga, que nasceu em Yuzawa, na província de Akita. Lies et al. (2020) classificam a cidade como uma boa representação com o que Suga deverá lidar durante seu governo: um local que passa por dois processos demográficos

³⁷ Do original: *“when we visit megacities, we see them as vibrant. But that is simply one façade of Asia. In reality, there are many elderly people left behind in the countryside, and that trend will continue to gain further traction in the future”*.

simultâneos: o de declínio populacional e de envelhecimento populacional (40% da população de Yuzawa tem 65 anos ou mais).

Em 1955, Yuzawa tinha 80 mil moradores. A população hoje é metade deste número. A cidade está com grandes dificuldades financeiras a ponto de estar considerando se unificar com cidades vizinhas. Para tentar mudar seu cenário demográfico, a cidade está promovendo o turismo para a cidade, expandindo subsídios médicos para crianças, providenciando mais creches e ajudando trabalhadores a pagar dívidas de quando ainda eram estudantes. Há ainda discussões sobre a ideia de implementar um imposto de cidade natal, com o qual cidadãos podem escolher pagar os impostos de uma região diferente da qual eles habitam em troca de deduções fiscais e especialidades locais, como carnes e arroz. Por exemplo, um morador de Tóquio pode escolher pagar os impostos de Yuzawa, onde faltam cidadãos, como se fosse um residente e, em troca, ganhar produtos locais. Os moradores de Yuzawa também sentem falta de lojas. Há diversos prédios abandonados, incluindo uma grande loja de departamento (デパート, *deepato*) que é inutilizável pois sua infraestrutura não segue as medidas de segurança contra terremotos. Ela continua sendo parte do cenário da cidade porque o custo para demoli-la é muito elevado (LIES et al. 2020).

Outro fenômeno que ocorre simultaneamente é o de *akiya* (空き家, literalmente, casas vazias), em que casas são abandonadas por falta de moradores ou herdeiros. Em 2018 foi registrada a maior quantidade de *akiyas* na história: 13,6% de todas as propriedades no país estavam vazias. A previsão é de que este número apenas aumente. Além da população diminuir cada vez mais com o passar do tempo, outro problema é que mesmos os herdeiros não querem as propriedades. É comum o caso de parentes não querer herdá-las devido aos custos financeiros arcar com uma segunda propriedade. Existem *akiyas* por todo o país, mas a maioria se encontra nas zonas rurais, como consequência do êxodo rural. A demanda por casas no interior é baixa e, geralmente, elas precisam de reformas e manutenção custosas. Em regiões especialmente remotas, às vezes não há mesmo uma agência imobiliária (SHIBATA, 2019).

No caso dos grandes centros urbanos japoneses, ainda há um crescimento populacional devido tanto às migrações internas de nativos quanto à entrada de imigrantes de outros países. As megacidades são e continuarão sendo o *locus* de concentração das coortes mais jovens, devido ao efeito conjunto de migração e de nascimentos. Essas megacidades também se tornam centros de volatilidade com influxos populacionais, apresentando maiores índices de violência (LEUPRECHT, 2010).

2.4. Repercussões econômicas, sociais e na saúde relacionados ao envelhecimento no Japão

Kalache et al. (1987) alertam que, se as transformações demográficas ocorrem em um curto período de tempo, as repercussões sociais são muito mais acentuadas. Isso seria o caso principalmente em sociedades com recursos materiais limitados. O Japão se encontra nesta condição devido a sua escassez de recursos naturais, como minérios e petróleo, e também à rapidez na qual sua população cresceu e, em seguida, envelheceu.

O envelhecimento populacional gera consequências socioeconômicas importantes e apresenta desafios tanto para o sistema de saúde quanto para as esferas econômicas e social, gerando preocupações sobre as possíveis falências dos sistemas governamentais (GAVRILOV; HEUVELINE, 2003). Este trabalho analisará quais são os principais desafios trazidos pelo envelhecimento populacional enfrentados em diversos setores da sociedade japonesa a seguir.

2.4.1. Repercussões socioeconômicas

A economia é um dos setores mais afetados pelas transformações demográficas: um aumento na força de trabalho pode melhorar a produtividade e o PIB de um país significativamente, enquanto um declínio populacional pode até mesmo estagnar a economia de um país. O fardo econômico de sustentar a parcela dependente japonesa está aumentando devido ao envelhecimento acelerado (JICA, 2003).

Enquanto o percentual de aposentados aumenta constantemente, o percentual de população produtiva diminui devido às taxas de crescimento negativas. A principal preocupação para governos é sobre o surgimento de um cenário de constante estagnação econômica. O Japão já caminha nesta direção, tendo sido um dos países do G7 que cresceram mais lentamente em 2018. Há décadas, o país tem apresentado as menores taxas de crescimento do PIB no grupo (EDMOND, 2019).

Como o gráfico a seguir demonstra, o Japão deixou de ser a segunda maior economia mundial em 2010, perdendo sua posição para a China. Seria inimaginável pensar em 1980 que a China, com um PIB de 305 milhões de dólares, conseguiria um dia superar economicamente o Japão, que tinha um PIB contabilizado em 1,1 bilhões de dólares. A China teve um crescimento substancialmente rápido a partir do final da década de 1990. Em 2000, a China já tinha um PIB de 1,2 bilhões de dólares contra o PIB japonês de 4,8 bilhões de dólares (MGM

RESEARCH, 2019). Após 2010, a economia chinesa continuou crescendo exponencialmente enquanto a japonesa estagnou e passou a diminuir ainda na mesma década.

Figura 25 - China vs. Japão: comparação de PIB (1980-2023)

Fonte: Fundo Monetário Internacional – FMI (2020). Elaboração própria.

A economia chinesa passou a japonesa em 2011. O PIB chinês de 6 bilhões de dólares tornou-se, a partir de então, permanentemente maior que o japonês, de 5,7 bilhões na época. A diferença entre as economias apenas aumentou com o passar do tempo. A China apresenta projeção de continuar crescendo, mesmo com uma população que também está envelhecendo – e os efeitos dela podem vir a se tornar até mais extensos e de difícil resolução que os do Japão devido à política do filho único – enquanto o Japão tem a tendência de ter uma queda em seu PIB. A perda de sua posição como a segunda maior economia do mundo para a China foi um abalo para o Japão. Ambos os países competem entre si nos âmbitos econômicos, políticos e territoriais há séculos, sendo que a principal arena para esses países é a econômica.

Richard Jackson, o presidente do Instituto *Global Aging* (apud GOTO, 2014) estabelece que o tamanho da população e do PIB são “*potentes motores gêmeos de poder nacional e estatura geopolítica*”³⁸ (GOTO, 2014, p. 8, tradução nossa). Uma economia forte possui mais

³⁸ Do original: “Population size and GDP size together are powerful potent twin engines of national power, of geopolitical stature and national power.”

recursos para investir tanto em *hard power*³⁹ – tanto na defesa nacional quanto na ajuda externa – quanto em *soft power* – na extensão da influência de suas empresas, mídia e cultura no mundo (GOTO, 2014). À medida em que o capital de uma nação diminui, assim também diminui sua capacidade de investir domesticamente e em outros países (HORIAI, 2011). Ou seja, uma economia mais enfraquecida não afeta apenas a situação financeira doméstica, mas também o status do país no cenário mundial e o seu nível de influência em outros países.

Como Haas (2017) descreve, os efeitos do envelhecimento populacional criam novos desafios domésticos, assim como limita a capacidade de Estados de lidar com outros problemas. Os Estados continuarão com os mesmos problemas iniciais, mas agora em uma conjuntura de crescimento econômico lento e mais austero, simultaneamente com o aumento de novas despesas destinadas ao bem-estar da população idosa.

Haas (2017) aponta que um dos efeitos do envelhecimento populacional em um Estado é a desaceleração do crescimento econômico. O PIB depende principalmente da quantidade da força de trabalho e sua produtividade. Assim, a não ser que os níveis de produtividade aumentem para compensar a falta de trabalhadores, a economia enfraquecerá. A projeção para 2060 é de que a força de trabalho japonesa será 35% menor do que a atual. Outros países que possuem a mesma projeção são a Grécia, Coréia do Sul, Letônia, Lituânia e Polônia (OECD, 2019).

O Japão já vinha sofrendo economicamente após a “década perdida” de 1990, com o colapso da bolha financeira. Tanto o consumo interno quanto a exportação diminuíram, ao mesmo tempo que a economia chinesa crescia exportando seus produtos baratos altamente competitivos. O Japão vive hoje uma situação de deflação, em que japoneses consomem pouco, principalmente a população mais velha, a porção que mais aumenta (BBC, 2011). As maiores indústrias do Japão, como a de automóveis e de produtos eletrônicos, não possuem a mão de obra suficiente para manter os atuais níveis de produção. É possível que o país possa cair no *ranking* e perder sua posição de terceira maior economia mundial no futuro (WALIA, 2019).

Essa força de trabalho que apenas diminui deverá arcar com o pagamento de serviços de saúde e pensões para a população de aposentados, que apenas aumentará. Em 2015, o governo japonês gastou 9,4% de seu PIB em pensões, uma quantidade superior à média da OCDE, de 8%. Mas o Japão não está no topo da lista, tendo gastado menos do que a Alemanha

³⁹ *Hard power* e *soft power* são conceitos criados por Nye. Ele descreve *hard power* como a capacidade militar e econômica do Estado que influencia as ações dos outros, geralmente por meio de coerção e *soft power* como a habilidade de influenciar por meios passivos; ela é proveniente da atratividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas implementadas por um país (NYE, 2005).

(10,1%); Bélgica (10,7%); Espanha, Eslovênia e Finlândia (no patamar de 11%); Áustria e Portugal (13,3%); França (13,9%); Itália (16,2%), terminando com a Grécia no primeiro lugar (16,9%) (OCDE, 2017). De todos esses países, o Japão é o que mais terá que arcar com as pensões devido ao tamanho de sua população idosa. A questão pensionária é extremamente delicada, pois o governo terá de se equilibrar em uma tênue linha, não podendo nem aumentar demais a tributação – pois aumentaria o fardo para os jovens – nem cortar os benefícios pensionários e de saúde – o que levaria à indignação da população idosa (HORIAI, 2011).

A dinamicidade da economia também sofrerá, pois os idosos tendem a ser mais conservadores e a arriscarem menos. Haas (2017) argumenta que sociedades com mais aversão ao risco investem menos em empreendedorismo. Consequentemente, a falta de investimento limita o crescimento econômico. Komiyama e Yamada (2018) concordam que este pode ser um possível cenário, já que a população idosa tende a possuir menos tendência e motivação para o consumo⁴⁰ em relação aos jovens, mas relembram que esta população tem maior demanda por saúde e autonomia do que os jovens. Onde há necessidade, há demanda e, se houver oferta suficiente, as atividades econômicas surgirão. Assim, há a tendência de que novas indústrias surgirão ou se fortalecerão em sociedades envelhecidas focadas na população idosa, principalmente no setor de saúde e robótica.

A população mais jovem torna-se incumbida de atender a crescente demanda por força de trabalho. O aprimoramento na educação de base é essencial para que haja aumento na capacidade produtiva da população trabalhadora a ponto de conseguir acompanhar o ritmo de envelhecimento da população (BLOOM et al. 2012). À medida em que as sociedades envelhecem, mais pessoas deixam a força de trabalho do que entram. Isso, de acordo com Haas (2017), aumenta a competitividade entre empresas para empregar trabalhadores, o que, por sua vez, ampliaria o foco na educação e no treinamento de trabalhadores. No caso do Japão, o sistema educacional já está historicamente estabelecido e todas as crianças têm acesso à educação. Resta saber se a produtividade dessa quantidade decrescente de trabalhadores será suficiente para manter a economia japonesa competitiva no cenário mundial.

Para compreender melhor a conjuntura socioeconômica japonesa, é necessário analisar alguns indicadores, como a razão de dependência etária. Ela é a razão entre o segmento dependente (geralmente aqueles com menos de 15 anos e os com mais de 65 anos) e o segmento potencialmente produtivo (entre 15 a 64 anos) (GAVRILOV; HEUVELINE, 2003). A Europa

⁴⁰ O consumo dos idosos provém de quatro fontes: (1) programas públicos como pensões, sistema de saúde e outros programas de bem-estar social; (2) transferências financeiras de parentes ou outras fontes privadas; (3) da própria riqueza ou bens e (4) de seu próprio salário (UN DESA, 2019).

e a Ásia (com exceção da China e da Coreia do Sul) apresentam elevadas taxas de dependência devido às suas populações idosas, como pode ser visto no mapa a seguir.

Figura 26 - Razão de dependência etária mundial em 2017

Fonte: World Bank (2017).

O Japão está na 47ª posição, com a taxa de dependência total em 69%. Contudo, ao analisar especificamente a taxa de dependência de idosos, o Japão fica em primeiro lugar, com o percentual de 48%, enquanto sua taxa de dependência de jovens é de 21%. A Finlândia (taxa de dependência de idosos de 36,6% e a total de 62,4%) e a Itália (taxa de dependência de idosos também em 36,6% e total de 57%) seguem atrás do Japão.

A taxa de dependência do Japão possui o ritmo de crescimento mais rápido dentre todos os países industrializados, o que implica na maior probabilidade do país de ter de lidar com problemas iminentes em relação a realocações de recursos entre vários grupos etários.

No caso do continente africano, o elevado percentual é consequência de sua grande população jovem. Níger, o primeiro no *ranking*, possui taxa total de dependência de 109,5%, devido à sua população jovem (a mais jovem do mundo, como já visto). A taxa de dependência etária de jovens no país é de 104% enquanto a de idosos é de 5,4%. Apenas países africanos ocupam as primeiras posições na lista, sendo que o primeiro país não-africano devido à população jovem é o Iêmen, na 42ª posição (CIA, 2020b).

Figura 27 - Razão de dependência etária japonesa (% da população em idade produtiva)

Fonte: World Bank (2019). Elaboração própria.

O aumento desta curva foi rápido e visivelmente impactante, indo de menos de 10% da população em idade produtiva na década de 1960 para o 47,12% em 2018. Atualmente, o Japão possui a maior razão de dependência etária dentre os países da OCDE, com uma pessoa idosa para cada duas pessoas em idade produtiva (20 a 64 anos) em 2017.

A projeção é de que esse número cresça para oito pessoas economicamente dependentes para cada dez pessoas em idade produtiva até 2050. Se não houver alterações na força de trabalho japonesa, haverá oito milhões trabalhadores a menos até o ano de 2030. Contudo, a OCDE (2018) aponta que esse número pode ser menor – em até 2,4 milhões de trabalhadores – se a composição da força de trabalho japonesa mudar. Mais especificamente, se os idosos puderem continuar contribuindo no mercado de trabalho e se as mulheres não encontrarem barreiras estruturais para continuar trabalhando após se casarem e terem filhos.

Com a pandemia de COVID-19, a taxa de desemprego japonesa subiu para 3% no segundo semestre de 2020, comparado a 2,4% em outubro de 2019. Apesar deste percentual não aparentar ser elevado para padrões brasileiros, ele é preocupante para a sociedade japonesa.

Houve um aumento de 420 mil pessoas desempregadas em um ano. No atual momento, 2,1 milhões de pessoas estão desempregadas e, dessas, 1,23 milhões de trabalhadores informais perderam seu emprego durante a pandemia (KYODO NEWS, 2020b).

A segurança financeira dos idosos é um outro ponto essencial que deve ser trabalhado. Quase um quinto dos idosos japoneses vivem em situação de pobreza. Residências de uma pessoa, no caso, idosos desempregados, ganhavam em média 123 mil ienes por mês. Esses indivíduos tinham um déficit mensal de 38 mil ienes em 2018 (LEUSSINK, 2020).

Por volta de 13% da força de trabalho japonesa é composta por idosos e mais de três quartos deles realizam trabalhos informais ou de curto período (LEUSSINK, 2020). Semuels (2017) aponta que, em 2015, 77% dos trabalhadores informais eram mulheres. Esses dois grupos demográficos são os mais vulneráveis economicamente. As mulheres idosas são, portanto, o grupo mais vulnerável.

Fonte: World Economic Forum apud Katanuma (2020). Tradução nossa.

Este gráfico demonstra a estimativa de anos vividos por um indivíduo após suas poupanças terem acabado. Ou seja, a projeção é de que as mulheres japonesas ficarão sem dinheiro 20 anos antes de morrerem, e os homens com 15 anos. Mulheres são mais vulneráveis economicamente durante toda suas vidas e sua condição de vulnerabilidade aumenta quando elas envelhecem. Mais de 50% das mulheres idosas que vivem sozinhas encontram-se em condição de pobreza comparado a 29% dos homens que vivem sozinhos (FUKADA, 2018).

Esta é uma realidade já vivenciada por muitos idosos no Japão. Isto é uma preocupação para a sociedade e para o governo japonês. Na maioria dos casos, é impossível checar a

segurança e saúde desses idosos. Alguns dos principais problemas são: a queda e subsequente fratura(s) enquanto sozinhos em casa, idosos se perderem ao tentar retornar às suas residências e o impedimento da manutenção de atividades essenciais, como se alimentar e tomar banho. Um fenômeno comum que ocorre cada vez mais é o de *kodokushi* (孤独死, literalmente “morte solitária”). Descrita pela primeira vez na década de 1980, esse tipo de morte ocorre quando pessoas morrem sozinhas em seus lares e seus cadáveres apenas são descobertos após um certo período de tempo, chegando até a demorar meses em alguns casos. Este fenômeno está ficando cada vez mais comum devido ao maior número de idosos que moram sozinhos e ao aumento da condição de pobreza para esta parcela (SUZUKI, 2013).

Taichi Yoshida descobriu que havia até mesmo um mercado a ser explorado por causa desse fenômeno na década de 1990. Por ser dono de uma pequena empresa de mudanças em Osaka, ele notou que muitos dos seus trabalhos se resumiam a transportar indivíduos falecidos pois, ou eles não tinham famílias, ou seus familiares se sentiam desconfortáveis em ter que lidar com um cadáver e suas posses. Yoshida criou um serviço especificamente direcionado para limpar as casas deixadas e transportar as possessões do recém-falecido. De acordo com ele, sua empresa tem de 300 a 1.500 desses trabalhos por ano. A maior parte dos mortos foram homens com mais de 50 anos (NOBEL, 2010).

Para que idosos consigam alugar um imóvel ou mesmo serem aceitos em uma instituição de cuidados, é necessário que eles tenham alguém que se responsabilize por eles e assine contratos como fiadores. Em 2020, 65% das instituições de saúde obrigam o prospectivo paciente idoso a ter um fiador para que ele possa ser admitido e 30% recusam a admissão se não houver um fiador (ASSOCIATED PRESS, 2020a; LEUSSINK, 2020).

O que resta a vários idosos que não possuem fiadores é, muitas vezes, a vida no cárcere. A proporção de prisioneiros idosos no Japão vem aumentando devido a diversas dificuldades econômicas, além de não ter fiadores, seja estando endividados, não tendo casa própria, ou não tendo dinheiro para pagar a estadia em uma casa de repouso (NIPPON, 2018). Devido à sua condição de pobreza, os idosos começam a roubar e eventualmente se tornam criminosos reincidentes para ter acesso a um local para dormir que oferecesse três refeições diárias: a prisão.

Em 1976, prisioneiros idosos compunham 2,5% do total de prisioneiros. Já em 2017, esse número subiu para 18,3%, o equivalente a 3.750 idosos. A infração mais comum foi furto, principalmente no caso de mulheres idosas. 88,4% do total de crimes em que idosos eram os culpados foram cometidos por mulheres: nove em dez idosas que foram presas cometeram furtos em lojas. O aprisionamento de mulheres idosas está se tornando cada vez mais comum

(FUKADA, 2018; NIPPON, 2018).

Alguns idosos até expressaram que gostaram da prisão por se sentirem menos solitários enquanto estiveram presos (ABADI, 2018). Uma enquête em 2017 realizada pelo governo de Tóquio divulgou que mais da metade de idosos que furtaram viviam sozinhos e 40% ou não tem família ou raramente entram em contato com parentes. Mesmo no caso de idosos com lares, vários descreveram que não sentiam que tinham uma casa ou um lugar onde pertencessem (FUKADA, 2018).

Custa mais de 20 mil dólares para manter um prisioneiro vivo e, geralmente, idosos são mais custosos devido a suas necessidades de saúde específicas. Apenas em 2015, o custo em penitenciárias para o cuidado de idosos foi subiu para mais de seis bilhões de ienes (o equivalente a 50 milhões de dólares). Houve um aumento de 80% no investimento governamental comparado com a década passada (ABADI, 2018; FUKADA, 2018).

O sistema penitenciário japonês tornou-se uma “rede de segurança” para os idosos (NIPPON, 2018, p. 2). Essa não é uma realidade apenas vivida por japoneses, contudo. Nos EUA, é comum que pessoas intencionalmente cometam crimes e são presas para ter acesso a serviços de saúde gratuitos, evitar climas rigorosos e mesmo para se forçar a largar um vício em drogas (ABADI, 2018).

Além da prisão, outra alternativa que resta a idosos financeiramente desamparados é realizar contratos careiros para morar em locais com condições duvidáveis. Há diversas empresas que aceitam indivíduos dependentes de pensão e políticas de bem-estar social para capitalizar em sua vulnerabilidade e cobrar elevados preços para morar em locais com condições precárias. Esses serviços podem custar até um milhão de ienes (o equivalente a 9.400 dólares). Apenas em 2020, há 570 residências desse tipo no país. Em um caso trágico que ocorreu em moradias desse tipo de contrato, no ano de 2018, 11 pessoas morreram em um incêndio em uma casa em Sapporo. Após o incêndio, foi averiguado que a casa não seguia os parâmetros de segurança para incêndios. Os moradores eram idosos e portadores de deficiência com dificuldades financeiras e dependentes de pensão para sobreviver (LEUSSINK, 2020).

Levando em conta a vulnerabilidade econômica de boa parte dos idosos, principalmente após se aposentarem, outra questão que volta a ser discutida graças ao aumento longevidade japonesa é o aumento da idade de aposentadoria. A principal pergunta é se o marco de 65 anos continua efetivo, sendo que boa parte da força de trabalho desta idade ainda se encontra disposta e capaz de trabalhar em países desenvolvidos. Há uma leve, mas constante, preferência de empresas por contratar profissionais de idade avançada em vez de jovens em posições que

exijam experiência. Estudos comprovam que, apesar de profissionais com idade mais avançada terem menos proximidade com a tecnologia comparado a trabalhadores mais jovens, eles conseguem se adaptar ao uso de novas tecnologias se eles virem que elas são úteis.

Um estudo americano demonstrou que, no campo de TI (Tecnologia da Informação), trabalhadores com mais de 55 anos lidam com menos stress do que os trabalhadores mais jovens. Eles também são melhores no uso de múltiplos dispositivos no trabalho (RAYOME, 2016). Outro fator que os trabalhadores idosos ganham também é na maior maturidade emocional comparado a seus colegas jovens (CARTENSEN; FRIED, 2012). O ambiente de trabalho ideal é aquele no qual os trabalhadores mais velhos possam partilhar de suas experiências com os mais jovens, simultaneamente sendo treinados nas novas tecnologias por eles. Uma troca de know-how entre gerações é o cenário cada vez mais comum do século XXI.

O governo japonês está fomentando a noção do Japão como uma “sociedade *age-free*” (sociedade livre de idades ou sem idades), na qual indivíduos com 65 anos ou mais serão encorajados a continuarem a trabalhar e ter estilos de vida saudáveis (WALIA, 2019, p. 2). Contudo, para esse cenário se tornar uma realidade, é necessário prover condições de trabalho adequada para esses trabalhadores idosos.

A cultura de trabalho no Japão é intensiva e exaustiva a ponto de existir um termo que significa literalmente morte por excesso de trabalho: *karōshi* (過労死). Este é o nome dado ao fenômeno que transcorre quando empregados morrem por insipiência cardíaca, derrames ou mesmo cometendo suicídio devido às longas horas de trabalho e ambiente de trabalho excessivamente rigoroso. Mais de 20% dos japoneses trabalham mais de 49 horas semanalmente de acordo com uma enquete em 2016 (WELLER, 2017a), apesar do mínimo necessário para elegibilidade para pensões são de 20 horas por semana⁴¹ (OECD, 2019). Se os trabalhadores jovens japoneses sofrem com problemas de saúde e de mortes causadas pelo trabalho, a situação torna-se ainda mais preocupante no caso de trabalhadores idosos.

O sistema empresarial japonês ainda está enraizado na ideia de lealdade a uma única empresa por toda a vida: é esperado que um trabalhador fique permanentemente na companhia na qual ele entrou saindo da faculdade e ofereçam total dedicação e longas horas de trabalho para esta empresa. O sistema de recompensa também é baseado em senioridade em vez de qualidade do trabalho (SEMUELS, 2017).

A atual conjuntura de trabalho japonesa é insustentável a longo prazo, principalmente

⁴¹ Este ainda é um valor elevado de horas, se comparado com a Dinamarca, Noruega e Islândia, que requerem apenas entre oito a nove horas por semana. A Coreia do Sul apresenta um número próximo ao japonês, de 15 horas por semana (OECD, 2019).

devido ao envelhecimento da população. Magnus (2009, p. 55, apud HORIAI, 2011, p. 49, tradução nossa) afirma que “*uma economia moderna precisará incluir pessoas com uma maior diversidade de habilidades, mais mudanças de carreira, mais opções como horas flexíveis e fases de trabalho até chegar à aposentadoria total*”⁴². É necessário que o Japão considere outros tipos de trabalhadores que não o típico *salaryman*⁴³ para evitar uma estagnação da economia.

Esses fatores de lealdade à empresa, longas horas trabalhadas e falta de flexibilidade de horários de trabalho dificultam também a entrada e permanência de mulheres na força de trabalho.

2.4.2. Impactos na saúde

Além da questão econômica, a saúde é outra importante área afetada pelo envelhecimento populacional. O aumento na longevidade da população leva a maiores gastos em saúde, tanto em instituições quanto serviços. Antigamente, a responsabilidade de cuidar do idosos era estritamente da família. Com o passar do tempo, o governo começou a investir em instituições e cuidados a idosos, como será demonstrado nessa seção. Além da falta de jovens impactar a economia japonesa, ela também afeta neste setor: há uma grande escassez de cuidadores, que se tornam cada vez mais imprescindíveis na sociedade japonesa. A pandemia causada pelo COVID-19 evidenciou a vulnerabilidade da população idosa e a importância de investir em serviços que preencham a demanda de suas necessidades.

Com o envelhecimento da população japonesa, a demanda por serviços médicos aumenta e a tendência é que isso apenas continue. O Japão gastou 10,9% de seu PIB (4,8 milhões de dólares) no setor de saúde em 2017, bem acima da média mundial de 9,8%. Contudo, este percentual ainda é inferior à da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tem a média geral de seus membros em 12,5%. O país com maior gasto no setor de saúde em 2017 continuou sendo os Estados Unidos da América (EUA), com 17% do seu PIB, o que equivale a 5,3 trilhões de dólares (WORLD BANK, 2020a; CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION, 2020).

Por volta de 6,7 milhões de idosos necessitam de cuidados, mas desses, apenas um milhão se encontram em casas de repouso (LIES, 2020). Cada vez mais cresce o número de

⁴² Do original: “*a modern economy will need to include people with a wider mix of skills, more career changes, more options such as flexible hours and extended phases of work into full retirement*”.

⁴³ Literalmente homem assalariado, é o termo dado para o executivo na base da hierarquia em empresas japonesas. O termo é utilizado em inglês mesmo em japonês, pronunciado como *sararīman* (サラリーマン).

pessoas que precisam viver em casas de repouso. 1,69 milhões de pessoas vivem em instituições de bem-estar voltadas para idosos, representando um aumento de 40% em relação ao censo anterior de 2012 (YOSHIDA, 2016).

Do total de mortes de COVID-19 no Japão, 14% foram de residentes em casas de repouso. Como essas instituições são locais fechados com concentração de idosos, é muito fácil para o vírus se disseminar. Para proteger a saúde dos residentes, os familiares foram proibidos de entrar nas instituições no primeiro semestre de 2020 e cuidadores com sintomas não puderam trabalhar. Com o intuito de facilitar a comunicação entre famílias e pacientes, várias casas de repouso e hospitais implementaram o uso de *tablets*, aplicativos e televisões para que os idosos pudessem conversar de dentro das instituições (PASLEY, 2020).

Tradicionalmente, a responsabilidade por cuidar de idosos era da família. As mulheres eram consideradas as principais responsáveis tanto pelo bem-estar dos idosos (geralmente dos sogros) quanto das crianças (HOLLOWAY, 2010; HIRANO, 2017). Apenas recentemente, o governo e o setor privado começaram a ser vistos como responsáveis pelos idosos.

No decorrer da história, o governo japonês enfatizou a criação de programas de cuidados a indivíduos idosos que não tinham acesso a formas de apoio tradicionais, centradas na família⁴⁴. Instituições como casas de repouso eram vistas como políticas de bem-estar voltadas aos desamparados e, portanto, possuíam estigma negativo na sociedade japonesa (KNIGHT; TRAPHAGAN, 2003).

Foi apenas na década de 1960 (época em que o percentual de idosos era de 5,7% sob a população total) que as primeiras políticas de bem-estar social voltadas para idosos começaram a ser desenvolvidas e implementadas. Com a implementação do Ato de Serviços de Bem-Estar Social para Idosos, foram criadas instituições direcionadas para idosos com cuidados mais intensivos, assim como uma legislação foi estabelecida em relação a cuidadores para idosos. Na década seguinte, o percentual de idosos já havia aumentado para 7,1%. Em 1973, foi implementada a medida de garantir serviços de saúde gratuitos para idosos.

Em 1980, o percentual agora em 9,1%, idosos acamados começaram ser considerados problemas sociais. Em 1989, foi estabelecido o Plano Dourado, que estabelecia uma estratégia de dez anos para promover a saúde e o bem-estar para idosos, implementando a criação e a melhora nos serviços voltados para idosos. Em 1994, um novo Plano Dourado foi estabelecido para continuar os esforços passados, focando em cuidados prolongados em domicílio. Na

⁴⁴ Esses indivíduos seriam aqueles que moram sozinhos, são solteiros e não tenham filhos. Casais idosos também poderiam ser incluídos se possuem família direta ou se os únicos parentes vivam distantes (KNIGHT; TRAPHAGAN, 2003).

década de 1990, o percentual encontrava-se em 12% de idosos sob a população total.

Para criar um sistema com a escala necessária para atender essa demanda, o governo japonês estabeleceu, em 1997, o Ato de Seguro de Saúde de Longa Duração. Foi implementado em 2000 (ano em que o percentual de idosos sob a população total era de 17,3%) um programa de seguro de longo prazo: o *Kaigo Hoken* ou *Long-Term Care Insurance System* (LTCI), que se baseou em um programa similar alemão⁴⁵. Ele é financiado por meio da arrecadação de imposto de todas os cidadãos que possuam 40 anos ou mais. A partir de 65 anos⁴⁶, todas as pessoas, independentemente de renda ou problemas de saúde, podem usufruir dos benefícios deste seguro. O programa oferece cuidados no domicílio, atendimento de diversos profissionais da área de saúde, serviço diurno em asilos, estadias temporárias em asilos e subsídios para a compra de equipamentos de aluguel ou reformas nos domicílios (JAPANESE MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE, 2016; JAPAN HEALTH POLICY NOW, 2020; EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL, 2020).

O LTCI continua em vigor atualmente, sendo uma importante base de seguridade social e saúde na sociedade japonesa. Ele é universal para todos os indivíduos com 65 anos ou mais. Vale comentar que os custos na área de saúde do país são relativamente baixos (7,9% do PIB) se comparado, por exemplo, com os Estados Unidos (EUA), que investem 16% de seu PIB (MURAMATSU; AKIYAMA, 2011).

O sistema de bem-estar voltado a pessoas de idade é, contudo, ainda primordialmente centrado na família como principal fonte de cuidados, ou seja, espera-se que os parentes próximos serão os principais cuidadores. A ênfase deste sistema é na proteção e garantia de cuidados (KNIGHT; TRAPHAGAN, 2003), diferentemente de programas modernos que focam em promover independência e autonomia.

Este seguro de longa duração é apenas um em vários já existentes no Japão. O sistema de saúde japonês é considerado público e universal, pois todos os cidadãos japoneses estão inscritos no sistema e possuem direito ao sistema de acesso livre, que dá aos pacientes a liberdade de escolher em que local gostaria de ser atendido. Desde 1961, graças à uma emenda na Lei de Seguro de Saúde, os japoneses podem escolher um dentre seis planos de seguro de saúde. O principal é o seguro de saúde voltado para empregados no setor privado, seguido pelo Seguro Nacional de Saúde, este voltado para desempregos e aposentados. Outros planos são

⁴⁵ O programa alemão foi implementado em 1994 e é o único outro programa LTCI iniciado em um Estado industrializado ou pós-industrializado (KNIGHT; TRAPHAGAN, 2003).

⁴⁶ Pessoas com 40 anos ou mais que possuam condições relacionadas com o envelhecimento, como doenças cerebrovasculares, também podem acessar esses serviços (JAPAN HEALTH POLICY NOW, 2020).

mais específicos, direcionados para profissões como servidores públicos nacionais e locais, marinheiros, e funcionários de escolas privadas. O sistema de seguro de saúde japonês é financiado por meio desta partilha: os contribuintes do seguro fornecem 50%, o governo nacional fornece 25% e as províncias e governos locais fornecem os 25% restantes (EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL, 2020).

Contudo, assim como em outros setores da sociedade japonesa, o sistema de saúde não conseguirá se manter sustentável se o declínio populacional continuar igual ou, ainda, aumentar. Atualmente, já existem problemas a serem enfrentados. Como o Seguro de Saúde de Longa Duração é um programa administrado no nível local, por meio de municipalidades, a situação muda dependendo da região. Em áreas urbanas muito povoadas, não há instalações suficientes para lidar com a demanda de idosos – assim como ocorre para a população infantil devido à falta de creches – e as listas de espera tornam-se extremamente longas (JAPAN HEALTH POLICY NOW, 2020).

Scott caracteriza o Japão como “*um país com trabalho e sem gente para contribuir com a previdência*” (2002, p. 122). Economistas temem ainda que, além de aumentar ainda mais o rombo no sistema subfinanciado de pensões (COOK; POWELL, 2010, apud POWELL; KHAN, 2014), o declínio da quantidade de trabalhadores e famílias jovens tornará mais difícil a geração de riqueza no país. O Japão é o país que possui a menor taxa potencial de apoio (*Potential Support Ratio* - PSR⁴⁷), de 2,1; ou seja, há apenas 2,1 pessoas, em média, entre 20 a 64 anos, para cada indivíduo com 65 anos ou mais (UN DESA, 2015).

Os serviços médicos também possuem tendência de mudar. No passado, o foco foi o de doenças, como bactéria patogênica e de vírus⁴⁸, e o combate era realizado por meio de remédios. Atualmente, muitos dos principais sintomas não pertencem a estes grupos, como dores na região lombar e depressão (KOMIYAMA; YAMADA, 2018). Esses sintomas certamente não acometem apenas a população idosa, mas tornaram-se objetos de estudo apenas recentemente.

Observa-se uma mudança também na área de saúde, na qual surgem novas demandas e a indústria deve adaptar-se a elas. Em sociedades envelhecidas, surge ainda a demanda no aumento de estudos sobre condições que acometem principalmente idosos, como a demência, osteoporose, derrames, doenças com deterioração física, câncer, dentre outros. As áreas relacionadas à gerontologia tendem a expandir enquanto a pediatria tende a diminuir, como

⁴⁷ *Potential Support Ratio* (PSR) é a quantidade de pessoas em idade ativa para trabalhar (de 20 a 64 anos) sobre a quantidade de aposentados (com 65 anos ou mais) em uma determinada população (UN DESA, 2015).

⁴⁸ Cabe ressaltar que este livro foi publicado antes da proliferação da COVID-19, que atingiu nível de pandemia e acometeu principalmente idosos e tornou-se o principal foco de pesquisas no presente ano 2020.

ocorre no caso do Japão⁴⁹. À medida que o Japão envelhece, a demanda por serviços médicos irá aumentar para mais de dez vezes a da quantidade atual (KOMIYAMA; YAMADA, 2018).

McCurry (2018) descreve que há uma crise de demência no Japão atualmente e afetará outros países no futuro. Em 2018, 4,6 milhões de japoneses sofrem com algum tipo de demência e a projeção é de que, em 2025, o número seja de 7,3 milhões de pessoas – o equivalente a um em cada cinco idosos. A pandemia de COVID-19 teve impacto negativo ainda maior na saúde desses indivíduos. Cuidadores em casas de repouso reportam que residentes com demência não conseguiam compreender por que eles não conseguiam se encontrar com suas famílias. O aumento de ansiedade e de depressão gerou para muitos piora nos sintomas a ponto de não conseguir realizar ações simples, como trocar de roupa. A piora nos sintomas de idosos com demência que não vivem em casas de repouso foi ainda maior (PASLEY, 2020; TSUKIDATE, 2020). Os idosos no geral realizam menos exercícios físicos e tem menos contato com vizinhos e a comunidade durante a pandemia, o que influencia tanto seu estado físico quanto mental.

A pandemia deixou ainda mais claro a falta de trabalhadores na área de saúde. Mesmo as instalações voltadas para cuidados de curto período sofrem com este problema. O Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar japonês previu que faltarão 300 mil profissionais até o ano de 2025. A projeção é de que faltarão entre 380 mil a 2,44 milhões de cuidadores. Atualmente, o Japão possui 1,8 milhões de cuidadores qualificados (HIRANO, 2017). Não apenas faltam pessoas para preencher esse vácuo, os japoneses não têm muito interesse nessa carreira devido ao baixo salário, falta de status e de oportunidades e excesso de trabalho físico.

Estudos comparativos entre países tendem a demonstrar que o envelhecimento populacional “*não* (grifo do autor, MELLO et al. 2016, p. 5, tradução nossa) *é associado com aumento nas despesas governamentais em pensões e sistema de saúde*”⁵⁰. Tanto Breyer e Craig quanto Tepe e Vanhuysse (1997 e 2010 apud MELLO et al., 2016) descobriram que a média de idade é correlacionada positivamente com o nível de benefícios por pensionistas. Hollanders e Koster (2011 apud MELLO et al. 2016) também constataram que envelhecimento não é associado a despesas mais elevadas em pensões e sistema de saúde. Assim, não necessariamente um país com uma população idosa promoverá políticas públicas que atendam aos interesses desta.

⁴⁹ Uma das soluções encontradas foi a criação de um aplicativo chamado *Leber*, utilizado em Ibaraki, Tsukuba, região com o menor número de pediatras no país. Por meio do aplicativo, pais conseguem ter consultas online (a partir de 100 ienes) com médicos. Diagnósticos e medicamentos não são realizados, mas mesmo assim o aplicativo tem sido bastante popular (JAPAN TIMES, 2019).

⁵⁰ Do original: “*Population ageing is not associated with rising government expenditure on pensions and healthcare.*”

Com a pandemia de COVID-19, os sistemas de saúde e capacidade política de vários governos foram testados. No Japão a pandemia expôs vários problemas vivenciados pelos idosos: a falta de cuidadores exauriu um sistema que já tinha uma demanda não preenchida e muitas casas de repouso não tinham trabalhadores suficientes para cuidar dos residentes. Os idosos institucionalizados ainda são os sortudos. Para conseguir entrar em uma instituição de saúde ou mesmo alugar um apartamento, é necessário ter um fiador ou familiar. Essa é uma realidade cada vez menos comum para os idosos solteiros, que se encontram desamparados e sem local para morar. Lhes restam ou tentar a sorte em residências sem segurança ou cometer pequenos crimes para serem presos. O fato de idosos preferirem a prisão, pois lá, ao menos, eles conseguem ter três refeições por dia, um teto sobre suas cabeças e, notavelmente, se sentirem menos solitários retrata bem o quão desesperadora sua situação se tornou. Muitos ainda cometem novas infrações para retornar às prisões. E mesmo os idosos que moram sozinhos geralmente morrem sozinhos em seus lares e a descoberta de seus corpos pode demorar semanas ou meses. Falta um maior amparo por parte da comunidade local, sociedade e governo. A tendência é que essa conjuntura apenas piorará com o tempo, pois a população japonesa envelhece rapidamente.

Era esperado que o Japão teria taxas catastróficas de infecção e mortes devido à sua grande população idosa, mas o país apresentou baixos índices de ambos. Apenas 103.917 casos foram registrados, sendo que desses, 1.798 (1% do total) foram mortes. Em novembro de 2020, o Japão teve 103 mil casos e 2,7 milhões de testes foram realizados. Essa ainda é uma quantidade muito baixa para uma população de 126 milhões de pessoas. Países com grandes populações realizaram um número muito maior de testes. Os EUA fizeram 150 milhões de testes, a Índia, 112 milhões, o Reino Unido, 34 milhões e o Brasil, 21 milhões de testes em novembro (COVID-19 JAPAN, 2020).

O Japão não realizou uma única vez a quantidade máxima de testes por dia (24 mil por dia) e pessoas com sintomas de febre e gripe foram mandadas de volta para casa se elas não tivessem os sintomas por, no mínimo, quatro dias⁵¹. Foram levantadas teorias de que o governo não estaria fazendo isso para tentar manter as Olimpíadas em 2020 e evitar esgotar o sistema de saúde (DOOLEY; INOUE, 2020; DOOLEY et al. 2020). Koji Wada aponta que houve “mortes invisíveis” durante a pandemia; fenômeno em que pessoas morreram devido ao vírus, mas não foram diagnosticadas (NAGIRA, 2000).

⁵¹ Dois dias no caso de idosos (DOOLEY et al. 2020).

Figura 29 - Perfil dos pacientes com COVID-19 no Japão em outubro de 2020

Fonte: Statista (2020b). Tradução própria.

Como o gráfico demonstra, a população que mais contraiu o COVID-19 são os jovens (de 20 a 39 anos), mas são os idosos que apresentam uma taxa de mortalidade superior. Para cada 5.900 idosos com COVID-19, mil faleceram. A maior preocupação é evitar o contágio do vírus para a população mais fragilizada dos idosos, trazida pelos jovens, que apresentam maior imunidade e, portanto, tendem a respeitar menos as sugestões governamentais de ficar em casa. A governadora Yuriko Koike, de Tóquio, explicou a importância de evitar lugares fechados, aglomerados e contato próximo com as pessoas (a famosa medida dos 3密, *sanmitsu* ou 3 Cs⁵²) para educar a população e tentar evitar maior contágio do vírus.

Resume-se, assim, que existem diversos fatores que devem ser tratados para melhorar as condições sociais. Por exemplo, para políticas que visam aumentar a taxa de fecundidade, é primordial melhorar a condição de vida e situação financeira das mulheres, incluindo principalmente sua estadia e volta ao mercado de trabalho após ter filhos, melhorar as condições de trabalho, assim como lhes garantir independência econômica e serviços como creches. Ao tornar as condições de trabalho menos estressante e com menos horas, a qualidade de vida de jovens homens e idosos automaticamente melhoram também, o que pode influenciar positivamente no aumento de nascimentos e manter o número de trabalhadores constante (ao manter trabalhadores idosos mesmo após sua aposentadoria), respectivamente.

⁵² Essa medida foi implementada por Koike em um de seus vídeos diários no qual ela explica a situação da pandemia em Tóquio. Ela pediu para que a população evite os 3 Cs: *closed spaces* (lugares fechados), *crowded places* (lugares aglomerados) e *close contact* (contato próximo) (FUTURANI, 2020).

É primordial, contudo, focar não apenas na empregabilidade dos idosos enquanto eles ainda conseguem trabalhar, mas principalmente focar em sua qualidade de vida quando eles adoecerem ou não tiverem condições de manter seu atual estilo de vida após se aposentarem. A parcela da população japonesa que mais cresce passa por graves adversidades que até mesmo ameaçam suas vidas. Após décadas de estudo e trabalho, esses indivíduos sofrem com a pobreza, o abandono e o esquecimento. Assim como no caso das mulheres, é necessário que as políticas governamentais foquem em todos os tipos de idosos e suas condições. Desde o idoso que mora sozinho em sua residência e consegue financiá-la, o idoso que se encontra em uma casa de repouso e é atendido diariamente por uma cuidadora ao idoso sem um lar que rouba para sobreviver.

O próximo capítulo discorrerá sobre as principais medidas que o governo japonês realizou nas últimas décadas e seu nível de eficácia.

CAPÍTULO 3: MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO JAPONÊS

No capítulo anterior, a conjuntura japonesa e os principais problemas que acometem sociedades envelhecidas foram analisados. No caso do Japão, a principal apreensão é de que a população japonesa seguirá as tendências demográficas e continuará nesse caminho de diminuição populacional nas próximas décadas. Para o Japão, a tentativa do governo é de reverter as tendências demográficas de declínio populacional. Ele não almeja apenas desacelerá-las, como também busca criar um cenário em que não haja diminuição do número de pessoas. Ele vem tentando chegar a esse cenário por meio de propostas de políticas de pró-natalidade e de imigração (WILSON CENTER, 2014).

Este capítulo demonstrará quais foram as respostas japonesas para cada problema apontado. Em relação ao declínio e populacional, a medida governamental são as políticas de natalidade. Com um aumento no número de jovens, os efeitos do envelhecimento não serão sentidos tão fortemente. Em relação às repercussões socioeconômicas – e ao fato de que o Japão está em uma situação demográfica na qual apenas o aumento de nascimentos não suprimirá o declínio – o governo busca melhorar a situação dos trabalhadores (principalmente as mulheres e os idosos). Para as repercussões de saúde, o foco é melhorar a qualidade de vida e de serviços de idosos, focando também na robótica. E, para aumentar a mão de obra e fomentar a economia, também é cogitada a possibilidade de flexibilizar a imigração. Este capítulo analisará as atuais políticas públicas implementadas pelo governo japonês nas áreas de: políticas de natalidade (situação da mulher), políticas para os idosos e imigração se qual foi o nível de sucesso para cada, além de possíveis projeções.

3.1. Políticas públicas

As políticas públicas surgem como resposta às demandas. Elas são projetadas para atingir objetivos específicos ou produzir resultados definitivos, apesar deles nem sempre serem atingidos (ANDERSON, 2003). Para Mathiasen (1998), a capacidade política depende da existência de dados fidedignos e a habilidade de agências e de departamentos governamentais de usarem esses dados para propor opções de políticas eficazes. No caso de políticas relacionadas ao envelhecimento populacional, é essencial que haja uma coordenação de políticas em nível nacional. Cada região pode e deve atuar de acordo com sua conjuntura, mas é necessário que haja uma organização e averiguação por parte do governo. Entre as áreas

internas torna-se cada vez mais necessária a comunicação para levar a uma tomada de decisão efetiva (BLOOM et al. 2012).

De acordo com Hollanders e Koster (2011 apud MELLO et al. 2016), estudos comparativos entre países tendem a demonstrar que o fenômeno do envelhecimento populacional não está associado com um aumento nas despesas governamentais em pensões e sistema de saúde. Ou seja, o fato de ter uma população idosa não significa necessariamente que o governo promoverá políticas públicas que atendam aos interesses dos idosos. Isso passa a ocorrer apenas quando a população idosa se torna um dos, se não o, coorte com maior influência política. O desenvolvimento de consenso torna-se cada vez mais difícil em uma democracia prateada. Pois, no caso de uma sociedade cada vez mais velha em que há aumento constante na demanda, mas com nível finito de recursos financeiros, não é possível fornecer tudo a todos (GRINT, 2008). A tendência é de que os interesses dos mais velhos sejam ao mais focados pelo governo, o que aumenta o descontentamento dos jovens.

Shapiro (2008 apud HORIAI, 2011) defende que as respostas para o envelhecimento populacional de cunho econômico se resumem em três categorias: aumentar os impostos, diminuir benefícios de aposentadoria ou continuar a se endividar, pedindo dinheiro para outros países e OIs como o FMI ou mesmo para gerações futuras. A primeira opção coloca o fardo na população economicamente ativa, a segunda coloca no coorte idoso e a terceira, como o autor aponta, é insustentável pois a população só tende a diminuir. A situação que resta a países como o Japão é de uma população idosa que continua aumentando simultaneamente à diminuição da população tributária e o aumento da dívida. O Japão chegou a aumentar os impostos, mas não é suficiente considerando projeções futuras. Shapiro (2008) ainda aponta que os governos franceses, alemães e italianos não possuem conforto para aumentar os impostos.

Os governos ainda estão em período de testes, descobrindo diferentes medidas a serem aplicadas para se adequar à nova estrutura etária social (BLOOM et al. 2012). Não existe um modelo simples que resolva tudo. Até para o governo mais coeso e bem organizado, é desafiador tentar desenvolver programas e manter uma consistência entre a força de trabalho básica, aposentadoria, saúde, educação e políticas de impostos (MATHIASSEN, 1998).

O estudo sobre envelhecimento *Maintaining Prosperity in an Ageing Society* (Mantendo a prosperidade em uma sociedade que envelhece), realizado pela OCDE, enfatiza que a natureza vitalícia do processo de envelhecimento significa que as políticas públicas devem ser aplicadas para populações de todas as idades, não apenas quando se tornam idosas (MATHIASSEN, 1998). Mesmo assim, Yenilmez (2014) advoga que é essencial que haja também programas de

proteção substancial que lide especificamente com as necessidades das pessoas mais velhas. As projeções apontadas pela autora indicam que a resposta de longo-prazo para uma população que envelhece é aumentar as taxas de fecundidade e modificar o sistema pensionário. Instabilidades no sistema de saúde e falta de restrições financeiras podem, entretanto, limitar severamente mudanças sistêmicas.

Se os países não conseguirem lidar com transformações demográficas por meio de reformas, surgirá uma desigualdade entre as necessidades da população idosa e a capacidade de conseguir atendê-las. Yenilmez (2014) termina por afirmar que os riscos relacionados com o envelhecimento populacional não precisam necessariamente ter um impacto negativo socioeconomicamente, contanto que as políticas públicas essenciais sejam implementadas. Ela advoga que o envelhecimento populacional poderia ser mesmo uma oportunidade de mudança positiva para a sociedade.

É importante que Estados considerem opções de políticas de longo prazo, uma vez que os impactos das tendências demográficas geralmente se manifestam lentamente. Portanto, não haverá resultados imediatos para as políticas que visem lidar com o envelhecimento, o que requer maior paciência e consistência de implementação de políticas por parte do governo. Vale ressaltar que, de acordo com a CIA (2008, p. 21 apud HORIAI, 2011), mesmo que crescimentos elevados e sustentáveis ocorressem na taxa de fecundidade, mesmo que eles comessem neste momento, eles não reverteriam a tendência de envelhecimento que já está há décadas transformando a conjuntura demográfica da Europa e do Japão.

Como o envelhecimento populacional é um fenômeno de amplitude global, é essencial que as medidas não sejam realizadas apenas no nível doméstico, mas também em nível internacional. Thomson (1992) aponta ainda que a existência de tratados e acordos internacionais pode exercer pressão externa nos países, aumentando a mobilização de recursos internamente. Bengtson (et al. 2009), todavia, alerta que acordos mundiais que traçam diretrizes sobre o tema podem criar tensões domésticas se as políticas governamentais forem demasiadamente diferentes às políticas recomendadas por órgãos internacionais.

O documento mais importante e influenciador sobre os direitos humanos de idosos é o Plano de Madrid, ou o *Madrid International Plan of Action on Ageing* (MIPAA)⁵³. O MIPAA descreve três direções prioritárias para formadores de política pública: a) idosos e desenvolvimento; b) avançar a saúde e bem-estar na velhice; c) garantir e possibilitar ambientes

⁵³ Ele foi aprovado na Segunda Assembleia Mundial sobre Envelhecimento em 2002 por 151 países, adicionando, assim, o envelhecimento populacional à agenda de desenvolvimento da OI (UN DESA, 2012).

favoráveis nos países (UN DESA, 2012). Este documento preencheu a lacuna existente no campo dos Direitos Humanos. Seu objetivo é garantir a segurança, o bem-estar e a existência de ambientes favoráveis à população idosa, guiando governos, OIs (incluindo a própria ONU) e a sociedade civil para lidar com esses desafios. Ele apresentou a ideia de uma “sociedade para todas as idades” (UN DESA, 2012, p. 1) como ideal de uma sociedade futura, onde haveria a eliminação de todas as formas de discriminação por motivos de idade.

Tendo como base esses pontos sobre políticas públicas, as principais políticas japonesas serão analisadas.

3.2. Políticas de empoderamento às mulheres japonesas

Yenilmez (2014) aponta que uma opção para equilibrar o efeito de uma população envelhecida é providenciar oportunidades de trabalho para grupos subrepresentados na força de trabalho, principalmente as mulheres em idade economicamente produtiva. Apesar de as mulheres terem menos acesso à educação e serviços de saúde, além de sofrer discriminação, violência, infanticídio feminino e negligência social principalmente em países em desenvolvimento, as mulheres possuem maior expectativa de vida, chegando a viver 4,5 anos a mais que homens (média mundial). Em países desenvolvidos, as mulheres sofrem com a falta de contratos formalizados e condições insalubres de trabalho, sendo que as idosas são as mais afetadas por geralmente não ter seguridade financeira ou social, além de sofrer problemas médicos mais sérios. Vale notar que falta de estabilidade financeira ao envelhecer é também um fator que ocorre na sociedade japonesa.

Para as taxas de fecundidade aumentarem – e, assim, diminuïrem os impactos negativos do envelhecimento e do declínio populacional simultâneos – é essencial que os japoneses não tenham obstáculos para terem filhos. E os principais obstáculos são a escolha da mulher entre trabalhar e ter filhos, a sua dificuldade de retornar ao nível de emprego anterior a ter filhos, o excesso de horas de trabalho (para ambos os sexos), o custo de ter filhos e a falta de serviços de cuidados para crianças. O Japão implementou políticas que garantem salários igualitários, horas de trabalho mais flexíveis para ambos os pais e uma melhoria na qualidade de serviços de cuidados às crianças (HORIAI, 2011).

O então Primeiro-Ministro Shinzo Abe buscou, desde sua tomada de posse em 2012, implementar a política *Womenomics*⁵⁴, criada por Kathy Matsui, estrategista na divisão Japão

⁵⁴ Termo inglês que junta as palavras: *women* – mulheres – e *economia* – *economics*.

no Goldman Sachs. A primeira vez em que Abe anunciou essa política foi em 2013 na Assembleia Geral da ONU, na qual prometeu estimular a economia japonesa e a reputação do país em relação à igualdade de gêneros (WILSON, 2020). Ele também declarou seu objetivo de “criar uma sociedade na qual as mulheres brilhem⁵⁵” (KANO, 2018; McCURRY, 2020). Em 2015, na Assembleia Mundial para Mulheres em Tóquio, ele afirmou que a “*Abenomics é Womenomics*” (MIZUNO, 2015, p. 4). O objetivo da *Womenomics* é melhorar a economia por meio da promoção, da participação e empoderamento das mulheres no campo de trabalho (CHEN, 2015; UN DESA, 2015).

Um dos objetivos delineados pela *Womenomics* é aumentar o percentual de mulheres em posições de liderança no Japão para 30%. O Japão possui apenas 2,1% de mulheres diretoras empresariais, comparado com os EUA e o Canadá, ambos com aproximadamente 20%. Este limiar não foi alcançado até o atual momento. Wilson (2020) adverte que boa parte das políticas estabelecidas pela administração Abe não são novas: a administração Koizumi havia prometido o percentual de 30% de mulheres na liderança em 2003 e a administração Hashimoto prometeu eliminar as listas de espera em creches em 1998, ambas sem ter sucesso.

Em 2015, o governo havia voltado atrás e declarado o novo objetivo de chegar a 7% de liderança feminina no setor governamental e 5% no setor privado. O governo retornou ao objetivo de 30% recentemente. Ele anunciou no início deste ano que iria postergar o prazo para “*o mais cedo possível, até 2030*” (SIEG, 2020, p. 2) em um novo plano de cinco anos que seria ainda aprovado neste ano. Machiko Osawa criticou a demora, dizendo que isso é prova da falta de comprometimento por parte do governo (SIEG, 2020). 237 mulheres obtiveram assentos em 41 assembleias provinciais, um aumento em relação aos 207 lugares na eleição anterior. Apenas 10% dos 465 de ministros na câmara baixa do parlamento são mulheres (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2019). O Japão ficou em 121º lugar de 153 países no *ranking* de igualdade de gêneros do Fórum Econômico Mundial do ano passado, o mais baixo até hoje para o país, além de ser o mais baixo *ranking* para um membro do G7 (McCURRY, 2020).

A perspectiva futura é de que as mudanças não serão realizadas tão cedo, devido aos impactos da pandemia de COVID-19 na economia, aumento no desemprego (principalmente de trabalhadores informais), mudanças na organização empresarial, *lockdown* e a renúncia de Abe como Primeiro Ministro em agosto deste ano. Suga Yoshihide, o novo primeiro-ministro, prometeu dar continuidade às políticas iniciadas pela administração Abe.

⁵⁵ Abe tornou-se infame por sua frase oficial para a *Abenomics* em que ele queria criar uma sociedade em que mulheres brilhem. No original inglês, “*a society in which women can shine*”, o verbo “*shine*” (brilhar) pode ser lido no japonês “*shine*” (死ね), conjugação no imperativo do verbo morrer (McCURRY, 2020).

Kano (2018) aponta que *Womenomics* pode aparentar ser feminista, mas a realidade é bem distante. O fator impulsionador para essa política pública não é a igualdade de gêneros ou garantir os direitos humanos de mulheres, mas sim a crise demográfica. A falta de mão de obra é o que motiva aumentar a entrada ou permanência de mulheres no mercado de trabalho. O vocabulário utilizado em discursos fortalece esse argumento para Schieder (2014) e Miura (2016 apud KANO, 2018). Os termos utilizados são *katsuyō* (活用, utilização) e *katsuyaku* (活躍, contribuição ativa) e não “igualdade”, “gênero” e “feminismo”, mesmo no termo para sociedade igualitária de gêneros (*gender equal society* em inglês), que em japonês é *danjo kyōdō sankaku shakai* (男女共同参画社会, literalmente sociedade com participação e planejamento conjuntos de homens e mulheres).

Um relatório do Goldman Sachs (MATSUI et al. 2019) demonstrou que o Japão conseguiu aumentar a participação das mulheres comparado com 1999 e ofereceu mais benefícios generosos nas licenças de maternidade e reformas de trabalho. Em 2019, o Japão superou a média da OCDE, com 72,6% de participação de mulheres na força de trabalho. Contudo, Wilson (2020) atenta ao fato de que a maioria dos trabalhos ocupados por mulheres são no setor informal e temporários⁵⁶, nos quais faltam estabilidade financeira e oportunidades de promoção e crescimento de carreira. Outro fator é de que 70% das mulheres japonesas deixam a força de trabalho quando têm filhos (VOGELSTEIN, 2020) e, se tentam retornar, muito raramente conseguem o mesmo tipo de emprego altamente qualificado que tinham no passado. Esse fenômeno cria uma curva em formato de M, como pode ser visto no gráfico a seguir:

⁵⁶ Wilson (2020) aponta ainda que, em 2016, 60% do total das mulheres empregadas estavam no setor informal. Além disso, 70% dos trabalhadores deste setor era composto por mulheres. Em 2019, 56% das vagas foram preenchidas por mulheres, em comparação com 22,8% por homens (SBJ, 2020).

Figura 30 - Taxa de participação na força de trabalho por gênero e idade

Fonte: Statistics Bureau of Japan – SBJ (2020).

Enquanto o gráfico dos homens tem uma reta constante que diminui apenas quando os trabalhadores se aposentam (e percebe-se que houve um aumento dos 55 anos em 1999 para mais de 60 anos em 2019), o gráfico das mulheres tem um formato de M. A queda substancial ocorre após o nascimento do primeiro filho, quando elas param de trabalhar e retornam anos mais tarde para a força de trabalho. O formato do M em 2019 não é tão drástico comparado com 1999, ano em que havia uma queda de aproximadamente 10% de mulheres trabalhando.

A idade que compõe o vale da curva também aumentou, de 30 a 34 anos em 1999 para 35 a 39 anos em 2019. A participação de mulheres nessas idades também aumentou (em 20,8% no coorte de 30 a 34 anos e em 15,2% na faixa etária de 35 a 39 anos), o que diminuiu a curva. Os principais fatores apontados pelo governo japonês (SBJ, 2020) são a melhoria no sistema legal em balancear o trabalho e cuidado de crianças, a melhoria no ambiente de trabalho e a tendência de mulheres se casarem e terem filhos mais tardiamente.

O relatório do Goldman Sachs listou uma série de elementos que ainda precisam ser melhorados: a falta de mulheres em posições de liderança, disparidade salarial de gêneros, escassez de serviços de cuidados para crianças, contratos de trabalhos inflexíveis, desincentivos fiscais e discriminação. As recomendações do Goldman Sachs se dividem em duas áreas: a governamental e a privada. O governo deveria implementar políticas para: flexibilizar os contratos de trabalho, eliminar as disparidades de gênero em salários, reformas fiscais, implementar cotas de gênero no Parlamento, promover empreendedorismo feminino e

flexibilizar a entrada de imigrantes. Para as empresas, as recomendações são: criar ambientes de trabalho mais flexíveis, avaliações baseadas em performance, gerenciamento de carreiras de maneira proativa, estabelecimento de metas de gênero e existência de campeões da diversidade masculina⁵⁷ (MATSUI et al. 2019).

Caso esses problemas fossem resolvidos, os benefícios seriam substanciais, como Matsui (et al. 2019) aponta: a eliminação de disparidades de gênero no trabalho poderia aumentar o PIB japonês em até 10%. E se o país conseguisse o cenário de “céu azul” (MATSUI et al. 2019, p. 2), no qual a proporção de horas de trabalho de mulheres versus homens chegasse até a média da OCDE, o PIB poderia subir em até 13% (VOGELSTEIN, 2020). No cenário mais pessimista, o PIB poderia diminuir em até 25% nos próximos 40 anos (MATSUI, 2019).

Chen (2015) aponta ainda dois problemas estruturais que devem ser lidados na sociedade japonesa para que essas políticas tenham sucesso: primeiro, a falta de apoio tanto governamental quanto de empresas para ajudar mulheres a equilibrarem o trabalho e a maternidade. O segundo problema é a falta de um ambiente de trabalho com condições favoráveis às mulheres. Ambos têm sua origem em uma discriminação às mulheres enraizada na sociedade japonesa, desde o nível familiar até o de trabalho. O escândalo em 2018 que revelou um sistema de redução das pontuações de candidatas em universidades de medicina mostra que essa discriminação está presente até no nível educacional (MATSUI, 2019).

O maior obstáculo, de acordo com Chen, é a expectativa social sobre papéis relacionados a gêneros na sociedade patriarcal japonesa. O caso do Ministro do Meio Ambiente, Shinjiro Koizumi, serve de exemplo. Koizumi anunciou que ele tiraria uma licença de paternidade para cuidar de seu primeiro filho. Ele pretende ter duas semanas de férias no período de três meses, com a possibilidade de trabalhar remotamente. Como Pinsker (2020) aponta, este tipo de anúncio não viraria nem mesmo notícia em nível local na grande maioria dos países industrializados. Contudo, no Japão, isto foi uma grande notícia, pois não é comum pais japoneses utilizarem a licença de paternidade.

Isto é irônico ao se considerar que o Japão é um dos países com uma das licenças mais longas do mundo, que chega a ser de um ano. Os pais ainda ganham aproximadamente 60% do seu salário nesse período. Apesar disso, apenas 6% dos pais utilizam a licença. De acordo com um estudo realizado pelo governo em 2017, mais de um terço dos recém-pais queriam tirar a licença, mas não o fizeram. Um motivo apontado por Machiko Osawa é de que o fato de tirar a

⁵⁷ No original, *male diversity champions* são homens que lutam pela igualdade de gêneros e usam suas lideranças para elevar a importância do tema em arenas nacionais e internacionais.

licença diminui as chances de promoções futuras no emprego, pois demonstra falta de interesse no trabalho. Os empregados que trabalham longas horas e fazem do trabalho sua prioridade tem maiores chances de serem promovidos. O mesmo ocorre na Coreia do Sul, que possui uma cultura de trabalho similar à japonesa.

A política de licenças de maternidade e de paternidade da Suécia é considerada um exemplo a ser seguido no mundo. A Suécia foi o primeiro país que introduziu a licença de paternidade em 1974 e a legislação no país constantemente passa por alterações para tornar o sistema mais igualitário. Cada pai tem direito a tirar até um ano para cuidar do bebê e geralmente os casais tiram os primeiros meses em conjunto e depois fazem um sistema de rotação. A garantia de ter um trabalho para retornar e tempo suficiente para cuidar do bebê e criar laços com eles dá mais tranquilidade para o casal e garante uma maior participação das mulheres na força de trabalho. As mães acabam sendo as que tiram as licenças mais longas e ficam responsáveis pelo bebê, demonstrando que ainda há uma divisão baseada em gêneros no país (DUVANDER; FERRARINI; THALBERG, 2005).

A Islândia foi o país com o maior percentual de dias de licença tirados por pais (30%) dentre os países da OCDE (PINSKER, 2020) em 2016. Os países nórdicos são os que mais utilizam a licença de paternidade. Pinsker cita uma estratégia utilizada pela Alemanha como exemplo de incentivo à mudança de tendências culturais: em meados de 2000, o país começou a dar “bônus para pais”, com dois meses a mais de licença que os pais poderiam dividir, o que influenciou positivamente (PINSKER, 2020, p. 4). A Alemanha é um exemplo interessante a ser analisado e comparado com o Japão, pois ambos possuem um modelo focado no homem como o ganha-pão, com tendência de mulheres pararem de trabalhar ou realizarem trabalhos temporários após o primeiro filho.

Kano (2018) salienta que as feministas japonesas acreditam que, apesar do objetivo de incentivar o emprego das mulheres ser positivo, a ideia do governo de fazer com que as mulheres “trabalhem como homens” (grifo do autor, KANO, 2018, p. 6) é uma receita para um potencial desastre no futuro. O problema é que a cultura de trabalho japonesa exige demais do trabalhador, sendo nocivo à sua saúde. O fenômeno de *karōshi* está ocorrendo cada vez mais com as mulheres também. As condições de trabalho extremas são um dos fatores que desmotivam as mulheres a trabalhar. Tentativas do governo em diminuir as extensas horas de trabalho não tiveram sucesso (KANO, 2018). Sem a melhoria no trabalho, mesmo que as mulheres queiram se casar e ter filhos, elas serão impossibilitadas de fazê-lo a não ser que elas escolham parar de trabalhar. Conciliar ambos se torna um verdadeiro desafio em uma sociedade

em que jovens sem problemas de saúde morrem pelo excesso de trabalho.

Machiko Osawa (apud KATANUMA, 2020) defende que a segurança social deveria lidar com indivíduos como unidades, não residências. Mulheres não dependem mais dos seus maridos para obter segurança financeira e há homens que estão em empregos sem perspectiva de promoção, sem mencionar o risco de desemprego. O governo japonês ainda lida com premissas antigas na sua formulação de políticas, assumindo que o benefício deve ir para casais em que as mulheres não trabalham ou, se trabalham, ganham pouco e sem dúvida menos que o marido. Ele também assume que os homens são sempre os responsáveis financeiros por suas residências, o que já não é a realidade em tempos atuais.

Um outro obstáculo, já apresentado no capítulo anterior, é a falta de serviços de cuidados às crianças, tanto no caso de instituições como creches ou provedores individuais, como babás. Em boa parte dos países desenvolvidos, serviços como cuidados às crianças, aos idosos, enfermagem e mesmo serviços de babá compõem um dos – se não o maior – setor econômico doméstico. Nos EUA, o setor de cuidadores para idosos teve um crescimento de 118% entre 2002 e 2012 (BEDFORD, 2010 apud YENILMEZ, 2014) e a demanda não foi suprida mesmo com 14 milhões de trabalhadores. Para o Japão, essa possibilidade sequer existe.

Outras medidas realizadas até então também não obtiveram sucesso significativo, como dar a opção de sair às 15 horas na última sexta de todo o mês, oferecer café-da-manhã para aqueles que chegam cedo ou incentivarem a não ficar trabalhando tão tarde. A questão é mais profunda, enraizada na tradição. Frances Rosenbluth, cientista política de Yale, defende que a melhor medida seria dar incentivo fiscais a empresas para contratar mais mulheres (WELLER, 2017b).

Uma das medidas mais antigas implementadas pelo governo japonês na década de 1980 foi de ampliar a entrada de mulheres no *sōgōshoku*⁵⁸ (総合職). Uma enquete demonstrou que 80% de mais de mil mulheres que entraram nesta via em 1986 haviam parado de trabalhar até 2015. *Sōgōshoku* requerem horas de trabalhos mais longas e empregados são geralmente transferidos. Muitas mulheres não acreditam ser possível combinar esse nível de trabalho com a criação de filhos (KANO, 2018). As mulheres também são discriminadas nesse processo, recebendo menos treinamento e oportunidades de promoção comparado a homens. Em 2012, 72% das empresas com a via *sōgōshoku* constavam que mais de 80% dos empregados eram

⁵⁸ A maioria das empresas japonesas possuem duas vias de carreira: a *sōgōshoku* (via gerencial), que inclui transferências entre filiais e leva a posições de gerência e a *ippanshoku* (一般職 ou via geral), que não possui transferências, mas também não possuem possibilidades de promoção para posições de liderança (CULCON, 2013; KAWAGUCHI, 2015).

homens. Já no caso de *ippanshoku*, 52% das empresas tinham mais de 80% dos empregados sendo mulheres. Kawaguchi (2015) sumariza que esse sistema empregatício de duas vias existe para dividir empregados por gênero.

Em 2013, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres da ONU⁵⁹ considerou esse sistema como um de “discriminação indireta” por ser uma ferramenta que esconde e permite uma discriminação de gênero presente e publicamente pediu para o governo japonês lidar com essa questão (CULCON, 2013). Até o atual momento, esse sistema se mantém. Em 2019, 85,3% das posições de administração e gerência em todo o país eram ocupadas por homens enquanto apenas 14,7% eram ocupadas por mulheres. Já para auxiliares administrativos, 60,6% das vagas eram de mulheres, comparado a 39,4% de homens. Outra rara área em que havia mais trabalhadoras mulheres era a de serviços, com 68,2% das vagas ocupadas por mulheres em relação a 31,8% dos homens (SBJ, 2020).

A segregação de gêneros no trabalho possui consequências duradouras para toda a vida das mulheres. Devido à disparidade de gênero em renda, como sequela, há também a disparidade de gênero em fundos de pensões. Mulheres geralmente têm um histórico de trabalho com mais lacunas comparado a homens (por engravidar, ter filhos, ter que cuidar da família, incluindo os idosos) e também geralmente trabalham mais em posições com tempo parcial ou por menos horas (YENILMEZ, 2014). No caso de países em desenvolvimento, mulheres geralmente trabalham sem contratos oficiais, o que não é adicionado em seus fundos de aposentadoria.

Uma das funções das mulheres japonesas em empresas (denominadas como OLs, abreviação de *office ladies*), independentemente da via que elas escolhiam, era a de realizar o *ochakumi* (お茶くみ), atividade na qual elas servem chás para colegas e clientes. Esta é uma atividade realizada exclusivamente por mulheres (HORIAI, 2011). A prefeitura de Saitama decidiu que não mais empregaria mulheres para realizar o *ochakumi*. Sete vagas temporárias eram preenchidas apenas por mulheres para servir em reuniões de comitê nas quais 93 membros da assembleia compareciam – sendo que apenas 14 deles são mulheres. McCurry (2020) aponta que a única motivação não foi devido a tentar empoderar mulheres, como o político Nobuaki Kojima defende, mas também como uma forma de cortar custos, de acordo com o Asahi Shimbun. Contudo, esse passo não parece ser o início para o fim da prática de *ochakumi* (McCURRY, 2020).

Izumi Nakamitsu, a representante do Japão de maior *ranking* na ONU, explica que a ideia

⁵⁹ No original, *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women* (CEDAW).

de que mulheres deveriam atuar silenciosamente no segundo plano (geralmente servindo chá) enquanto homens atuam na frente, como em salas de diretoria e câmara legislativa, continua fortemente enraizada na sociedade japonesa. Ele adverte que, se não houver mudanças nas condições das mulheres, isso poderia encorajá-las a procurar oportunidades melhores em outros países. De acordo com ela, “no final das contas, a perda será do Japão” (grifo do autor, McCURRY, 2020, p. 3, tradução nossa).

Mesmo que o Japão ofereça uma das mais longas licenças parentais do mundo e pague um bom percentual de seu salário (comparado, por exemplo, com os 30% da Coreia do Sul), nada adianta se os costumes não mudarem. Continua sendo mais comum que mulheres tirem a licença de maternidade (80% o fazem) e deixem de trabalhar devido às normas culturais, além do fato de que geralmente é o salário do homem que compõe a renda familiar (YAZAKI; GATAYAMA, 2017). A mera existência de uma política pública não garante que haverá adesão. É necessário que haja também uma mudança de valores sociais para garantir sua eficácia.

3.3. Políticas de natalidade

A fins de lidar com o declínio populacional aumentando a taxa de fecundidade, o governo japonês tem criado e expandido políticas públicas desde o início da década de 1990. As políticas se resumem em três áreas: assistência financeira para pais, licenças de maternidade e paternidade e aumento de creches. Estudos demonstram que países em que mulheres querem construir suas carreiras, mas onde não há uma estrutura de apoio de bem-estar (licenças de maternidade e paternidade, creches subsidiadas e estruturas inflexíveis de trabalho com longas horas) possuem taxas de fecundidade bem abaixo da taxa de substituição (BAUER, 2019).

Para tentar aumentar o nível de natalidade, o governo japonês tentou uma série de políticas. Uma delas foi a ideia de criar um guia gratuito para mulheres sobre aspectos ginecológicos e de maternidade. Esta política foi criticada como intrusiva e paternalista e foi eventualmente abandonada. Outra política abandonada foi a de estender a licença de maternidade para até três anos (em relação à atual de um ano e meio). Além de ter sido criticada como não realista, ela vai de encontro com os objetivos do Womenomics. Kano (2018) defende que o governo a cogitou como uma maneira de poupar investimentos a serviços de creches. O governo também financiou eventos de *konkatsu* (婚活), festas para solteiros se conhecerem, que tiveram pouco sucesso. O governo investiu 3 bilhões de ienes (29,3 milhões de dólares) nesses eventos (ECONOMIST, 2014).

Existem ainda, no nível local, províncias e cidades que oferecem incentivos financeiros para casais terem filhos. A cidade de Nagi na província de Okayama dá cem mil ienes (o equivalente a 879 dólares) pelo primeiro filho e 150 mil ienes (1,335 dólares) pelo segundo. Se uma família tiver cinco filhos, o valor aumenta para 400 mil ienes (3,518 dólares). Ainda há outros benefícios, como subsídios para alugar e comprar casas, vacinações gratuitas, subsídios escolares e descontos em creches. Essa política teve resultados positivos: a taxa de fecundidade aumentou de 1,4 filhos por mulher para 2,8 filhos no período entre 2005 e 2014. A taxa atual é de 2,39 filhos por mulher, superior à taxa de reposição (2,1 filhos). Nagi, contudo, vivencia um processo muito diferente do vivenciado pelo restante do país (ECONOMIST, 2014).

A França⁶⁰, Alemanha, Dinamarca e os Países Baixos também realizaram políticas de natalidade similares. Wakabayashi e Inada (2009 apud HORIAI, 2011) dizem que os resultados foram diversificados e que, em países onde as mulheres são forçadas a escolher entre o trabalho e ter filhos, mesmo com incentivos financeiros para ter filhos, elas cada vez mais escolhem não ter filhos.

O custo mensal para uma família japonesa com mais de duas pessoas é, em média, de 287.315 ienes (2.650 dólares). 15,7% das famílias japonesas atualmente vivem abaixo da linha de pobreza, que estabelece o mínimo de 937 dólares por mês (KATANUMA, 2020). Como discutido no segundo capítulo, as mulheres tendem a ser relegadas para trabalhos temporários e informais. Na grande maioria das vezes, elas são sobrequalificadas e ganham um salário inferior ao seu emprego antes de ter o primeiro filho. Mais de 40% das mulheres que trabalham em tempo parcial ganham apenas um milhão de ienes (9.100 dólares) ou menos por ano. Além do salário ser inferior, a falta de benefícios, segurança de trabalho e escassez de oportunidades para avançar na carreira tornam essas mulheres financeiramente vulneráveis, principalmente se forem solteiras, divorciadas ou viúvas. Há uma diferença de 200 milhões de ienes (1,82 milhões de dólares) na renda vitalícia entre mulheres que trabalham em período integral versus as mulheres que trocam o trabalho integral para o de meio período aos 40 anos de idade (KATANUMA, 2020).

Há incentivos fiscais para mulheres casadas escolherem esse tipo de emprego com menos oportunidades. Se elas ganham menos, suas famílias têm acesso a benefícios de redução de impostos. O governo japonês dá uma redução de 380 mil ienes (3.133 dólares) se a esposa ganha menos de 1,5 milhões de ienes (13.700 dólares) por ano. As empresas também oferecem

⁶⁰ Os incentivos financeiros têm resultados mais elevados para os primeiros filhos, mas não tem efeito para mais de três filhos. Além disso, mesmo quando o incentivo chegava a ser 25% a mais, a taxa de fecundidade apenas aumentou 0,6% no país (HORIAI, 2011).

benefícios similares: 84% das empresas japonesas oferecem por volta de 17.282 ienes (159 dólares) para cada trabalhador se seu cônjuge ganha menos de uma quantia determinada, que pode ser de até 1,5 milhões de ienes (KATANUMA, 2020).

Em 2013, 22.741 crianças estavam na lista de espera de creches em todo o país. Abe estabeleceu o objetivo de esvaziar essas listas, assegurando um local para 400 mil crianças, até 2017 – meta que não foi atingida. Nesse mesmo ano, 26 mil crianças estavam na lista de espera. Nos últimos anos, a quantidade de creches aumentou, mas o mesmo também ocorreu para com a quantidade de crianças nas listas de espera. Ou seja, a demanda pelos serviços de creches está crescendo mais do que a oferta, principalmente nas grandes cidades. No caso de Tóquio, 5.400 crianças (30% do total de crianças no país) estão nas listas de espera (UN DESA, 2015; JOZUKA, 2019; KATANUMA, 2020).

Em abril de 2015, uma nova política foi implementada para flexibilizar o sistema de creches. Ela encoraja o uso de instalações menores e promove a atuação da comunidade local (como na criação de clubes comunitários para crianças). O governo também anunciou, em 2018, que iria investir dois trilhões de ienes (18 bilhões de dólares) para tornar os serviços de jardim-de-infância e pré-escola gratuitos para crianças entre 3 e 5 anos (e para crianças de 2 anos ou menos para famílias com baixa renda), como uma tentativa de reduzir as listas de espera em creches (CHEN, 2015; JOZUKA, 2019).

Com o aumento da quantidade de idosos, houve também um aumento significativo no número de mulheres em trabalhos no setor de cuidados. Entretanto, essas ocupações são limitadas a setores de serviços de saúde, financeiros e educacionais (DWYER, 2013 apud YENILMEZ, 2014). O envelhecimento populacional pode proporcionar mais oportunidades de trabalho para mulheres, mas as áreas disponíveis continuam sendo as mesmas. É necessário que haja interesse e intervenção governamental para aumentar a diversidade de trabalho para mulheres e reduzir a polarização de empregos.

Também houve, em 2016, mudanças legais em Osaka e Kanagawa, onde as regulações agora permitem que estrangeiros trabalhem como empregados domésticos. A regulação até então só permitia que cidadãos japoneses ou residentes permanentes – essa continua sendo a realidade para o restante do país. Os efeitos ainda não são visíveis pois, assim como no caso de licenças de paternidade, existe fortes valores culturais em ação. Ou seja, apesar dos serviços existirem, poucos japoneses os utilizam. Tradicionalmente, quem cuida da casa japonesa é a mulher. Uma enquete de 2014 mostrou que 40% de jovens adultos japoneses ainda acham que os maridos deveriam trabalhar em período integral enquanto as esposas deveriam ficar em casa.

No Japão, não há um costume histórico enraizado de empregadas domésticas ou babás mesmo nativas, ainda menos no caso de imigrantes. Esta conjuntura é significativamente diferente dos EUA, que já têm a tradição de empregar imigrantes, principalmente mulheres latinas, como empregadas domésticas que atuam duplamente como babás (CHEN, 2015; KODERA, 2016; KATANUMA, 2020).

O setor privado também apresentou algumas soluções. A empresa Tsukui abriu um centro de creche para filhos de empregados no distrito de Suginami em Tóquio. 75% da força de trabalho de Tsukui são mulheres e a medida fez com que as mães consigam continuar trabalhando e checar seus filhos durante seu período livre, além de ter mais facilidade de ir buscá-los. A empresa Orix introduziu em 2016 um sistema que permite que a esposa consiga trabalhar em uma filial caso seu cônjuge seja transferido, o que era uma das principais causas de desistência por parte de mulheres casadas (YAZAKI; GATAYAMA, 2017).

Apesar dessas medidas que facilitem a vida das mulheres trabalhadoras, além de mais empresas estarem oferecendo horas de trabalho mais flexíveis para mulheres após o fim da licença de maternidade, há ainda assim outro problema, mais difícil de lidar: o de marginalização, de *bullying* e de falta de oportunidades de avanço na carreira. Uma enquête governamental de 2019 demonstrou que mal houve melhora na igualdade de gêneros no ambiente de trabalho. Apenas 28,4% das mulheres disseram ser tratadas igualmente no trabalho, um aumento de 0,2% comparado com 2016 (KATANUMA, 2020).

A imagem tanto da mulher quanto do homem na sociedade japonesa está enraizada em costumes e tradições antigas. Kano (2018) aponta que um fator limitador na formulação de políticas é devido à forma “ideal” da família japonesa: uma família nuclear na qual o pai é o ganha-pão e a mãe é uma dona de casa com dois a três filhos. Esta imagem foi estabelecida no período pós-guerra como a base para o crescimento da economia japonesa e continua sendo o ideal para muitos formuladores de políticas públicas. Esta imagem não afeta apenas casais. Mulheres solteiras são desencorajadas a terem filhos, a adoção não é uma escolha comum comparado a países ocidentais e o casamento não é uma possibilidade para casais homossexuais no Japão. Todos esses fatores são desincentivos que afetam a taxa de natalidade (KANO, 2018). Kano (2018) vê as atuais políticas governamentais como uma combinação bizarra de ideologias neoliberais e conservadoras, nas quais a imagem tradicional do ganha-pão masculino está sendo posta contra um modelo de um ganha-pão universal.

Para Kano (2018), o Japão passou do ponto em que era possível reverter o declínio populacional. Há poucos planos concretos e otimistas que visam aumentar a taxa de natalidade

e nenhum teve sucesso em nível nacional. Uma solução frequentemente mencionada é aumentar a imigração, que será tratado na seção 3.6 deste capítulo, mas esse é um ponto raramente discutido seriamente como uma política pública.

Os formuladores de políticas públicas não podem esquecer que fatores econômicos são apenas parte de um todo. Os valores culturais devem também passar por transformações, mas esse processo demora mais tempo e necessita de planejamento de longo prazo com constância das instituições. Portanto, a questão não se limita apenas a flexibilizar horários e fornecer auxílio financeiro, mas também combater estereótipos e discriminações no ambiente de trabalho, público e social.

Matsui (2019) aponta seis áreas que deveriam ser focadas pelo governo: (i) criar contratos de trabalho mais flexíveis e eliminar a dualidade rígida existente entre trabalhadores regulares e trabalhadores informais, que também separa homens e mulheres; (ii) tornar obrigatório a divulgação de disparidades salariais entre gêneros⁶¹; (iii) retificar desincentivos fiscais que desencorajam mulheres casadas a trabalharem em tempo integral; (iv) introduzir cotas de gêneros no parlamento⁶²; (v) promover empreendedorismo feminino; (vi) flexibilizar a legislação de migração para aumentar a entrada de mais estrangeiros como cuidadores de crianças e idosos.

Além disso, Matsui (2019) ainda aponta que o ambiente de trabalho, além de ser mais flexível, deveria ter treinamento para diminuir a discriminação e mudar de um sistema de senioridade para um de meritocracia. Goto (2014) mostra que estudiosos concordam que apenas incentivos financeiros não conseguem encorajar mulheres a terem mais filhos. Para Matsui, um importante mito que deve desaparecer é o de que “*quanto mais mulheres trabalham, menor é a taxa de fecundidade*” (MATSUI, 2019, p. 2, tradução nossa), pois a realidade é justamente o oposto. Quanto mais as mulheres se sentirem membros ativos da sociedade e tiverem independência financeira, podendo tanto trabalhar quanto ter famílias, a taxa de fecundidade tende a aumentar.

Chen (2015) entende que a mudança de normas culturais é um processo gradual. As novas gerações apresentam diferentes valores e objetivos. Mais mulheres escolhem trabalhar, mesmo que tenham que sacrificar criar uma família, e mais homens japoneses preferem ter esposas que trabalham. Matsui (2019) enxerga isso como uma direção positiva para a sociedade japonesa. No entanto, as medidas do governo japonês ainda continuam sendo limitadas por

⁶¹ O Japão possui a maior disparidade salarial entre gêneros no G7, com 25% (MATSUI, 2019).

⁶² A cota japonesa em 2019 foi de 14%, inferior à da Arábia Saudita e Líbia, de acordo com Matsui (2019).

valores tradicionais. Resta a ele continuar com suas iniciativas de políticas públicas, criando um ambiente de trabalho agradável para mulheres e promover a cooperação do próprio governo, setor privado e a sociedade para facilitar o equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho. Isso não é um problema que apenas as mulheres enfrentam, pois ele também não deixa de ser uma realidade para os homens e os idosos em geral.

O tamanho populacional japonês futuro já foi determinado. O pico da idade maternal (para ter filhos) é de 30 anos, assim, as mulheres que terão filhos nesses próximos 30 anos estão atualmente na faixa de 0 a 30 anos (KOMIYAMA e YAMADA, 2018). Assim, se o quadro demográfico vem sendo o mesmo há décadas, as projeções possuem alta probabilidade de retratarem uma situação com veracidade. Se não houver transformações demográficas, o caso do Japão continuará emergencial. Considerando que as políticas para aumentar a natalidade não vêm apresentando muito sucesso e o país não possui influxo suficiente de imigrantes para balancear sua pirâmide demográfica, a população japonesa continuará diminuindo a cada ano.

3.4. O suicídio como fator de declínio populacional

Simultaneamente que o governo japonês implementa políticas para aumentar a taxa de natalidade, ele também foca e implementa políticas no tema oposto: a taxa de mortalidade. No caso dos jovens especialmente, é essencial analisar a questão do suicídio. O Japão é o único país do G7 no qual o suicídio é a principal causa de morte de jovens (NIPPON FOUNDATION, 2020). De nada adianta focar apenas em políticas que aumentem a quantidade de nascimentos se o que mais acomete os jovens é a escolha de se matar. Além de programas que incentivem casais a terem mais filhos ou motivem a entrada de imigrantes, é necessário lidar com a questão do suicídio no Japão. O suicídio dos jovens contribui para diminuir ainda mais o percentual de jovens na pirâmide etária, contribuindo, assim, para um declínio populacional mais intenso; este que piora os efeitos ocasionados pelo envelhecimento populacional.

O ápice da taxa de suicídio japonesa foi em 2003, com 34.427 mortes, devido principalmente às sequelas econômicas do colapso da bolsa na década de 1990. Em 2015, 24 mil pessoas se mataram (CRAFT, 2020). Em 2018, 20.031 pessoas morreram por suicídio do total de 1.362.470 mortes. Ele compôs 16,1% do total de mortes naquele ano. 22,9 homens a cada cem e 9,7 mulheres em cem mil se mataram. As principais causas de morte foram médicas: tumores (386 mil pessoas), doenças do sistema cardíaco (352 mil) e doenças do respiratório (191 mil). Fora da categoria médica, a principal causa foi acidentes, responsável por 41 mil óbitos (MHLW, 2019). Houve uma diminuição para aproximadamente 20 mil mortes em 2019

devido a programas japoneses (CRAFT, 2020). Mesmo assim, a taxa de suicídio japonesa continua sendo a mais elevada dentre os países do G7 (NIPPON FOUNDATION, 2020).

Em 2019, no *ranking* mundial, o país se encontra na 14^a posição⁶³, com 18,5% de taxa de suicídio. A taxa masculina é de 26% enquanto a feminina é de 11,4% (WORLD POPULATION REVIEW, 2020). Isso ocorre devido a pressões sociais, tanto no nível escolar quanto no nível de trabalho. O excesso de horas de estudo e trabalho, além do medo de falhar e sensação de humilhação são um dos principais fatores. O suicídio, assim como temas de saúde mental no geral, é considerado tabus. Os japoneses não possuem o hábito de ver psicólogos ou discutir questões como depressão e suicídio. Mesmo famílias impactadas pelo suicídio não tinham um amparo ou local para procurar por conselhos (McCURRY, 2008; WHO, 2015). A depressão também leva jovens a se recusarem a sair de suas residências e parar de se engajar na sociedade, vivendo às custas de seus pais e tornando-se *hikikomoris* (ひきこもり), um fenômeno social cada vez mais comum no Japão.

A cada cinco anos, o governo japonês emite estatísticas de suicídio e prometeu diminuir a taxa do país. Ele realizou uma série de programas para tentar remediar a situação. O momento propulsor foi em 2005, quando a organização não-governamental (NGO) *Lifelink* trabalhou em conjunto com o parlamento japonês para criar o primeiro fórum sobre suicídio. Nele, várias ONGs submeteram propostas para lidar com o suicídio (WHO, 2015). Como consequência, em 2006, foi implementada a Lei Fundamental de Contramedidas para o Suicídio. Dez anos depois, foi implementada uma inclusão que advoga que todas as unidades administrativas (prefeituras e cidades) deverão participar do projeto e criar estratégias (JAPAN TIMES, 2017).

Os principais governos locais à frente do projeto são a prefeitura de Nagano e o distrito Edogawa em Tóquio. As medidas em nível local são de estabelecer um comitê de prevenção de suicídio, lidando com a conjuntura local, treinamento de prevenção de suicídio para trabalhadores públicos e residentes, criação e apoio de redes de apoio locais e conscientização em nível nacional por meio da mídia (NIPPON FOUNDATION, 2020). As principais medidas no ambiente de trabalho foram: o aumento da monitoração da saúde mental de trabalhadores, diminuindo o assédio por parte de superiores, dando benefícios para mulheres após terem filhos e promover conscientização social de minorias, como a comunidade LGBT (JAPAN TIMES, 2017).

⁶³ A grande maioria dos países na lista de *top 10* são do Leste Europeu, sendo que a Lituânia está em primeiro lugar, com 31,9% de taxa de suicídio, seguida pela Rússia (31%), Guiana (29,2%), Coreia do Sul (26,9%), Bielorrússia (26,2%), Suriname (22,8%), Cazaquistão (22,5%), Ucrânia (22,4%), Letônia e Lesoto (21,2%) e Bélgica (20,7%) (WORLD POPULATION REVIEW, 2020).

A crítica a esses programas é de que essas políticas focam nos coortes de pessoas na meia idade e idosas, que já apresentam declínio nas taxas de suicídio, e o foco deveria estar nos coortes mais jovens. O declínio nos coortes de 20 e 30 anos é mais lento e mal houve diferença no coorte de adolescentes. Novas medidas voltadas para esse grupo são de oferecer uma linha telefônica de 24 horas para estudantes e oferecer material educacional nas escolas. Para que essas medidas obtenham sucesso, é necessário que haja uma relação de confiança entre o estudante e a escola ou o governo. Todavia, diversos casos demonstram que, após uma investigação iniciada pelos pais de suicídios causados por *bullying* nas escolas, os painéis educacionais locais não reconheciam o *bullying* como causa do suicídio (JAPAN TIMES, 2017).

Neste ano de 2020, devido à pandemia, a quantidade de suicídios aumentou. Em outubro de 2020, mais de 17 mil pessoas havia se matado, sendo que um terço dessas mortes foram de mulheres. Craft (2020) aponta que houve mais mortes por suicídio do que por COVID-19 no Japão – essas que totalizaram em aproximadamente duas mil em novembro de 2020. Esse foi um aumento de 80% de suicídio feminino. Como as mulheres são as principais responsáveis por cuidados tanto a crianças quanto a idosos, foram elas que mais sofreram com desemprego e aumento de insegurança e ansiedade, além de terem maior risco de sofrer com violência doméstica (CRAFT, 2020). Isso não é uma realidade apenas japonesa. A doutora Vivian Pender, da Associação Psiquiátrica Americana, afirmou que “*estamos em meio a uma epidemia de saúde mental no momento*”⁶⁴ (CRAFT, 2020, p. 1, tradução nossa) e acredita que a situação apenas continuaria piorando.

É necessário, assim, não apenas implementar políticas que foquem em aumentar a taxa de natalidade, mas também em políticas que diminuam o declínio populacional. O coorte de jovens é o que mais diminui no Japão. Não obstante isso, a principal causa de fatalidade nessa faixa etária é o suicídio. A atual conjuntura japonesa força, finalmente, formuladores de políticas públicas a darem atenção a fenômenos como o suicídio e, de maneira geral, a problemas de saúde mental. Esta é uma excelente oportunidade para transformar a imagem da saúde mental e tirar a associação dela como tabu. Resta ver se as políticas terão efeito no futuro, principalmente após a pandemia. Muito dependerá também das condições das mulheres na sociedade japonesa, um dos grupos mais afetados durante esse período.

⁶⁴ Do original: “*We’re in the midst of a mental health epidemic right now, and I think it’s only gonna get worse*”.

3.5. Melhoria nas condições de idosos

Aumentar a participação de idosos na sociedade gera resultados positivos em diversos aspectos: ao fornecer uma mão-de-obra qualificada e com experiência, ela também empodera idosos como importantes consumidores. Este coorte geralmente possui maior poder de compra do que os jovens. Além disso, uma vida mais ativa melhora a saúde de idosos, reduzindo possíveis custos na área de saúde e de cuidadores (KOMIYAMA; YAMADA, 2018). Uhlenberg (1992 apud YENILMEZ, 2014) afirma que os desafios existentes em tentar dar condições de trabalho sustentáveis e que atendam as necessidades dos idosos resultará em medidas que focarão nas habilidades e experiências dos trabalhadores idosos.

O principal assunto de discussão é aumentar a atual idade de aposentadoria de 65 anos para 70 anos. Muitos idosos querem ter a escolha de continuar trabalhando após chegarem no marco de 65 anos. Zoubanov (2000 apud YENILMEZ, 2014) aponta exemplos de medidas tomados até então, como a transição gradual do trabalho para a aposentadoria na Alemanha, a diminuição de horas de trabalho na França e políticas que incentivam a contratação de trabalhadores idosos em ambos os países. Yenilmez (2014) termina por defender que sociedades envelhecidas devem se focar em diminuir o declínio de oportunidades de trabalho para os jovens ao mesmo tempo que elas devem também aumentar a participação de idosos na força de trabalho.

Enquanto o tema ainda é discutido pelo governo, algumas empresas implementam diferentes tipos de aposentadoria. A Companhia de manufatura Mayekawa, conhecida por sua tecnologia de congelamento industrial, implementa desde 1976 uma política de aposentadoria zero. O contrato de trabalho de um empregado que passou dos 60 anos pode ser renovado anualmente se houver a demanda pela parte da empresa e se o empregado quiser continuar trabalhando. O período de trabalho continua sendo integral e todos os benefícios permanecem, mas o salário diminui em 40% (KOMIYAMA; YAMADA, 2018).

Todavia, a condição de aposentadoria não é igual para todos. Mesmo em países desenvolvidos, há disparidade de gêneros no sistema pensionário. Na União Europeia, os homens geralmente recebem pensões 40% mais elevados que as mulheres. Dentre os países que integram o grupo, Luxemburgo apresenta o maior diferencial, com 47%, seguido pela Alemanha com 44%, o Reino Unido (pré-Brexit) com 43%, enquanto os menores valores estão no Leste Europeu: a Hungria apresentava 15%, a República Checa com 13%, Eslováquia com 8% e a Estônia com o menor valor, com menos de 4% (YENILMEZ, 2014). No caso da Ásia,

o Japão apresenta um diferencial de 47% enquanto a China possui valores diferenciados de 61% na região oriental e 46% na região ocidental do país (id).

O aplicativo GBER (*Gathering Brisk Elderly in the Region*) foi criado com o intuito de parear idosos aposentados com novas oportunidades de trabalho e aprendizado. Na prefeitura de Kumamoto, o aplicativo está sendo utilizado pela organização *Yume Net Hachidori*, que emprega mais de 200 idosos – a maioria profissionais aposentados no setor de saúde – para auxiliar outros idosos. O diretor da organização, Uchimura Tadao, explica que os aposentados querem utilizar as habilidades que eles ganharam durante suas carreiras, em vez de apenas trabalhar por dinheiro. Eles querem se sentir conectados à sociedade e serem úteis para com uma outra pessoa, sentimento que muitos perderam após deixar de trabalhar (REUTERS, 2020).

A OCDE (2018) aponta que uma reforma no mercado de trabalho é a melhor maneira de assegurar uma diminuição menos drástica na força de trabalho japonesa. É essencial que haja mais treinamento e melhoria nas condições de trabalho como na diminuição de horas extras de trabalho, principalmente para trabalhadores não-regulares. Isso também pode ajudar na qualidade de vida e de trabalho para idosos, que também deveriam ter a opção de continuar trabalhando, caso quisessem, assim que chegassem na idade de aposentadoria. As mulheres e, conseqüentemente, as crianças, também seriam positivamente afetadas por essas medidas. A OCDE (2018) sumariza que, fundamentalmente, o que é necessário seria uma mudança cultural no país.

O governo japonês lançou o Plano Laranja, que agrega uma série de medidas que lidam com a demência. Elas abrangem desde a contratação de equipe médica especializada quanto o investimento para desenvolver novos remédios e realizar serviços como visitas às residências e apoio para cuidadores familiares (McCURRY, 2018).

Uma outra inovação é a iniciativa de *smart cities* (cidades inteligentes), planejadas para providenciar um ambiente mais saudável, seguro e gratificante para seus cidadãos, principalmente para os idosos. Elas também visam criar um ambiente de convivência e harmonia com a natureza, proporcionar saúde e longevidade a seus cidadãos e promover a criação de novas indústrias (HITACHI, 2020). O projeto mais famoso é o de Kashiwa-no-ha, na prefeitura de Chiba, que visa representar as “cidades do amanhã” (HITACHI, 2020, p. 1). A cidade possui a estrutura para alojar 400 mil pessoas. A expectativa é de que a população seja de 26 mil residentes em 2030 (KASHIWA-NO-HA, 2020).

Esta iniciativa é um projeto conjunto que envolve o governo, o setor privado, a academia (liderada pela Universidade de Tóquio, a Tōdai), o setor médico e stakeholders privados. O

diretor do departamento de gerontologia da Tōdai, Ijima Katsuya, é o responsável pelo projeto de “checagem de fragilidades”, que auxilia a manter idosos fisicamente ativos na comunidade. Este projeto já ajudou mais de 11 mil idosos (REUTERS, 2020).

Figura 31 - Estabelecimento de serviços de saúde em Kashiwa-no-há

Fonte: Kashiwa-no-ha (2020).

Esta imagem demonstra um dos vários centros de saúde preventiva na cidade inteligente, em que os cidadãos são encorajados a terem estilo de vidas saudáveis. Pessoas de todas as faixas etárias são aceitas e são auxiliadas de acordo com seu histórico de saúde. Todo esse processo é supervisionado por acadêmicos. Esses serviços são, até o momento, gratuitos.

“A qualidade de vida possui múltiplos significados, incluindo satisfação de vida, e funcionalidade cognitiva e física. Nós estamos focando na ‘qualidade da comunidade’, na resiliência da comunidade... como medindo quantas pessoas deixam de requerer ser institucionalizadas para receber cuidados por meio de nossos programas”⁶⁵ – Ijima Katsuya (apud REUTERS, 2020, slide 9, tradução nossa).

⁶⁵ Do original: “*Quality of life has multiple meanings, including life satisfaction, cognitive and physical function. We are also focusing on ‘quality of community’, community resilience...such as measuring how many people are being stopped from needing to go into care by our programmes.*”

Kashiwa-no-ha é cercada de natureza e possui uma infraestrutura adaptada para facilitar a locomoção de idosos. Há zonas específicas para caminhadas e corridas na cidade, delimitada em mapas, no site do projeto e em estações na cidade que oferecem informações, vestuários e locais para tomar banho. Além de instituições focadas em idosos, há instituições como creches, clínicas para crianças e instituições focadas em crianças doentes (KASHIWA-NO-HA, 2020). Esta cidade será o modelo a ser seguido por outras cidades no Japão como a “cidade do futuro”. A tendência é que mais cidades inteligentes surgirão em países envelhecidos desenvolvidos. A evolução socioeconômica, de valores e da longevidade levarão a mais cidades focadas na sustentabilidade e em garantir boa qualidade de vida para seus cidadãos.

3.5.1. Robótica: os *carebots*

Uma nova alternativa que está sendo utilizada pelo governo japonês é ao desenvolvimento da robótica, principalmente para cuidar de idosos, uma das áreas com maior vácuo de trabalhadores. O governo e o setor médico também investem cada vez mais na compra de equipamentos: o Japão é atualmente o segundo maior mercado para equipamentos médicos, com 9,1% do mercado global em 2014, perdendo apenas para os EUA (HARVARD BUSINESS REVIEW, 2018).

A área de robótica japonesa está em constante desenvolvimento e é altamente competitiva e inovadora, tanto em nível doméstico quanto internacional. As empresas japonesas contabilizam 70% do mercado mundial de robôs (MORI; SCEARCE, 2010 apud HORIAI, 2011). O mercado mundial para os *carebots* especificamente (abreviação de *care robots*, robôs focados em função de cuidadores para idosos e deficientes) é majoritariamente composto por empresas japonesas. Ele é ainda considerado pequeno, com o valor total de 19,2 milhões de dólares em 2016 (HAY, 2015; FOSTER, 2018).

O mercado doméstico japonês é significativamente maior. Em 2015, o mercado de *carebots* quantificou em 16,7 bilhões de ienes (US\$ 155 milhões), com expectativa de chegar a 400 bilhões de ienes (US\$ 3,72 bilhões) até 2035 e em eventualmente 1 bilhão em algumas décadas. O mercado internacional possui apenas tendência de crescer e as empresas japonesas estão focando principalmente na Alemanha, China e Itália como países destinos, já que eles também passam por processos similares de envelhecimento populacional simultaneamente com declínio populacional (IIDA, 2013; HAY, 2015; FOSTER, 2018).

Um terço do orçamento governamental em robótica é direcionado a *carebots*. O Ministério de Economia, Comércio e Indústria do Japão (*Keizai-sangyō-shō* ou METI, proveniente do termo inglês, *Ministry of Economy, Trade and Industry*) vêm promovendo, desde 2015, o desenvolvimento desta indústria com subsídios de 4,7 bilhões de ienes (o equivalente a 45 milhões de dólares). Akifumi Kitashima, diretor da subdivisão de maquinário industrial do METI, disse que robôs seriam talvez “uma das poucas soluções” (grifo do autor, IIDA, 2013, p. 1). O Ministério do Trabalho investiu 5,2 bilhões de ienes (50 milhões de dólares) para introduzir os robôs em cinco mil instalações pelo país (FOSTER, 2018).

Os principais obstáculos para a proliferação desses robôs são os elevados custos, as preocupações em relação tanto com a segurança quanto com sua efetividade. O quão sua interface é amigável para com os usuários também é uma preocupação que ainda está sendo lentamente respondida (FOSTER, 2018). Outro ponto levantado é se os idosos teriam facilidade de manipular os robôs ou se conseguiriam se acostumar a conversar com eles.

Os *carebots* possuem uma aparência amigável, com rostos que mudam de expressão, e geralmente são capazes de falar com seus pacientes para facilitar a comunicação. As principais atividades realizadas por eles são: assistência de mobilidade, monitoração dos pacientes por meio de sensores e comunicação, assistência em levantar, transportar pacientes e banhar pacientes. 70% dos cuidadores no Japão sofrem de dores nas costas devido a atividades de segurar e levantar pacientes. Equipamentos robóticos em forma de exoesqueletos desenvolvidos por empresas como a Cyberdyne e a Panasonic visam resolver esse problema (HARVARD BUSINESS REVIEW, 2018). A figura a seguir mostra os principais *carebots* que estão sendo utilizados atualmente no Japão.

Figura 32 - Os principais carebots no Japão

Fonte: Foster (2018).

Da esquerda para a direita, os robôs são: *Resyone*, *HAL*, *Pepper*, *Paro* e *Mamoru-no*. O *Resyone* da Panasonic é uma maca eletrônica que se transforma em uma cadeira-de-rodas. Cada *Resyone* custa 900 mil ienes ou 8.600 dólares. O *HAL* (*Hybrid Assistive Limb*) da Cyberdyne, é um exoesqueleto que dá suporte lombar para os cuidadores realizarem funções que requerem mais força, como carregar pacientes. Ele é o primeiro aparelho de tratamento robótico no qual o seguro é pago pelo governo no mundo. O aluguel do *HAL* custa 100 mil ienes (950 dólares) mensais. O *HAL* foi criado para responder a uma das principais reclamações de cuidadores: 70% deles alegaram ter dores nas costas devido a constantemente carregarem idosos da cama ou cadeira-de-rodas e ajudarem com atividades diárias como tomar banho e ir ao banheiro. O aparelho detecta sinais neurais dos usuários e os transforma em instruções para o exoesqueleto robótico. Os usuários possuem assim mais força para realizar tarefas físicas no auxílio de idosos. Ele também é utilizado em pacientes idosos que não têm mais forças para andar com o intuito de treinar seus músculos. Há ainda a possibilidade de exoesqueletos serem utilizados pela população idosa que trabalha no setor agrícola para aumentar sua produtividade e proteger sua saúde (HORIAI, 2011; IIDA, 2013; HAY, 2015; FOSTER, 2018; REUTERS, 2020).

Mesmo em locais que robôs e humanos atuem juntos, eles ajudam a diminuir a quantidade de trabalho realizado por trabalhadores humanos (BANK OF AMERICA MERRIL LYNCH, 2015). Essa é a ideia dos robôs *Resyone* e *HAL*, principalmente. O robô humanoide *Pepper* da Softbank, utiliza a câmera frontal e microfone para interpretar emoções com quem está falando. Ele é usado tanto em lojas para receber clientes e explicar os produtos vendidos quanto em 500 casas de repouso para jogos, exercícios e conversas básicas (HAY, 2015; FOSTER, 2018). A foca *Paro* da Intelligent System atua como um animal de terapia com seus 100 sensores, dez CPUs e oito motores. *Paro* responde a toques, vozes e consegue mexer sua cabeça, piscar e reproduz sons de focas. Contudo, muitos pacientes demoraram para se acostumar a interagir com o robô. Foram necessários dez anos para desenvolver este robô, com o investimento governamental de 20 milhões de dólares. Cada unidade custa 400 mil ienes (3.800 dólares) no Japão e aproximadamente 5 mil euros na Europa. Globalmente, 5.000 unidades estão em atuação, sendo que 3 mil estão no Japão. Por último, o *Mamoru-no* da ASD monitora o movimento, batimentos cardíacos e padrões de respirações de pessoas deitadas e envia as informações para o computador do cuidador (HAY, 2015; FOSTER, 2018).

Kitashima do METI reconheceu que um dos maiores obstáculos encontrados em introduzir esses robôs foi o elevado preço. O objetivo do Ministério é vender *carebots* baratos em massa a ponto de haver pelo menos um em cada residência com um idoso, e um em cada

três ou quatro instituições. Os preços estariam por volta de 100 mil a 200 mil ienes, o equivalente a 930 a 1.860 dólares (IIDA, 2013).

Visco (2001) defende que o progresso tecnológico pode de fato reduzir o fardo das reformas no Japão, mas ainda assim, diversas reformas deverão ser realizadas e de maneira que haja aviso prévio e implementação gradual. A questão é que o governo e a sociedade japonesa aparentam preferir robotizar sua mão de obra como uma alternativa para permitir a entrada em massa de estrangeiros. Contudo, há muitos empregos que robôs não conseguem realizar e a demanda atual continua crescendo e possui tendência de piorar com a diminuição da população japonesa.

O desafio para os formadores de política será significativo, pois eles precisarão antecipar que problemas surgirão e conseguir apoio para realizar reformas. A obtenção deste apoio pode ser – e no momento vemos que é – difícil de obter pois os efeitos serão percebidos apenas daqui a uma ou duas décadas. Horiai (2011) considera que cogitar a robótica como solução para o envelhecimento populacional é uma resposta extremamente otimista. A estimativa de que um robô poderia substituir dez empregados – e, assim, 15% da força de trabalho, não foi comprovada. A escolha da robotização é mais popular do que a de imigração, que será analisada a seguir.

3.6. Imigração como possível solução

A migração é descrita por Haupty e Kane (2009, p. 17) como o “*movimento geográfico de pessoas através de uma fronteira específica com fins de estabelecer uma residência permanente ou semipermanente*”. Migração é o nome dado ao processo de mudança de residência habitual de uma unidade geográfica (origem) até outra (destino), de acordo com Willekens (2016). Esta unidade geográfica pode ser uma vila, um município, uma província ou um país (no caso do último, trata-se de uma migração internacional). Juntamente com a fecundidade e a mortalidade, o fenômeno da migração é um importante componente de transformação demográfica.

A ONU define um migrante internacional⁶⁶ como um “*indivíduo que se muda para um país que não o seu por um período de, no mínimo, um ano*” (UNITED NATIONS, 1998, p.18,

⁶⁶ Um migrante temporário é definido como aquele que se estabelece em outro país por um período de, no mínimo, três meses, mas menos do que um ano (12 meses), com exceção de casos com intuito de recreação, feriados, visitas a amigos e parentes, negócios, tratamento médico ou peregrinação religiosa (UN, 1998, p.18, apud WILLEKENS, 2016, p. 116).

apud WILLEKENS, 2016, p. 116). O país de destino torna-se efetivamente seu novo país de residência habitual. Pessoas migram por variados motivos, seja por trabalho, educação, casamento, condições de vida, clima, segurança, dentre outros (WILLEKENS, 2016). O Japão, por outro lado, considera como imigrantes apenas os indivíduos que adentram no país sob a suposição de que eles irão residir permanentemente (KODAMA, 2015).

Migrações são, no geral, benéficas para a economia (ZAIVECA, 2014), pois suprem a demanda local, que não consegue mais ser atendida por trabalhadores nativos, além de oferecerem um mecanismo de reajuste para a economia e mercados de trabalho em períodos de choques macroeconômicos (ZAIVECA, 2014). A migração de cunho internacional pode gerar um importante efeito demográfico pois ela pode vir a desacelerar o envelhecimento da população. A imigração continua sendo uma das principais estratégias com benefícios potenciais para populações com elevada quantidade de idosos (CASTLES e MILLER, 2003 apud ROWLAND, 2012). Os imigrantes tendem a ser jovens e criam famílias nos países destinos, além de possuírem tendência de terem mais filhos do que os nativos. Gavrilov e Heuveline (2003) apontam principalmente o caso do Canadá como um exemplo de país que atenuou seu declínio populacional por meio da entrada de imigrantes.

O Japão foi um dos nove países que tiveram fluxo migratório positivo (o número de imigrantes é superior ao de emigrantes) de 2010 a 2020 (UN DESA, 2019). Nos dados mais recentes de 2018, do total de 2,7 milhões de residentes estrangeiros, os cinco principais países de origem eram: China (746.720 pessoas), Coreia do Sul (449.634 pessoas), Vietnã (330.835 pessoas), Filipinas (271.298 pessoas) e Brasil (201.865 pessoas) (E-STAT, 2019).

A Alemanha, a Itália, a Rússia e a Bielorrússia conseguiram obter crescimento populacional positivo devido à imigração (UN DESA, 2019). Rowland (2012) aponta a possibilidade de que algumas populações ocidentais – como a Austrália, a Nova Zelândia, o Canadá, os Estados Unidos e os países norte-europeus ocidentais – seriam capazes de equilibrar suas taxas de mortalidade e de natalidade. Isso ocorreria por meio da implementação de políticas públicas que visem aumentar a taxa de natalidade, apoiadas por políticas que incentivem a imigração. Este tipo de política não seria novidade para os EUA e a Austrália, que historicamente utilizaram a imigração para impulsionar o crescimento de suas forças de trabalho (ROWLAND, 2012).

Os EUA são o país com população mais jovem no G8 devido à suas elevadas taxas de fecundidade e de imigração. Haas (2017) prediz que o país manterá e, mesmo fortalecerá, sua posição no mundo devido à sua crescente população que fortalece sua economia e setor militar.

Ele também acredita que, devido à sua economia que continua expandindo, o governo conseguiria responder às demandas da população idosa sem ter que aumentar os impostos ou cortar outros investimentos.

Contudo, o mesmo quadro não ocorre no caso do Leste e do Sul Europeu, devido às suas economias fracas e altamente endividadas e, no caso japonês, devido à falta de incentivo à imigração (ROWLAND, 2012). Neles, as populações estão diminuindo em uma velocidade extremamente rápida que o governo não consegue acompanhar. As políticas de pró-natalidade não vêm tendo sucesso, assim como a imigração não chega a contrabalancear o declínio populacional.

Apesar da entrada de estrangeiros poder levar a um equilíbrio demográfico, ela pode gerar tensões entre nativos e migrantes, gerando dificuldades na adaptação dos imigrantes. O aumento de tensões está levando ao aumento do nacionalismo e crescimento de sentimentos anti-imigração, como pode ser visto na Europa e nos Estados Unidos.

3.6.1. Política migratória

A política de um Estado possui o importante papel de determinar tanto a natureza da imigração quanto o grau no qual os imigrantes se engajarão na sociedade receptora (WEINER, 1996, CORNELIUS et al. 1994 apud BRODY, 2002). Existe um “contrato social” (grifo do autor, WEINER, 1996, apud BRODY, 2002, p. 38) entre os regimes e os migrantes, que lida com as regras de entrada e permanência em países, que devem ser seguidas por migrantes.

Os fluxos de migração não são decorrência de decisões individuais apenas, mas sim de um conjunto de fatores, como: (a) fatores de mercado (integração econômica, demanda estrutural por trabalho); juntamente com (b) fatores políticos (recrutamento financiado pelo Estado, políticas liberais baseadas em direitos) e (c) fatores sociais (*networks* étnicas transnacionais) (SASSEN, 1996, p.163, apud BRODY, 2002).

Cabe ressaltar, contudo, que o papel das migrações internacionais foi muito menos importante do que a fecundidade e a mortalidade em relação a mudanças na distribuição etária de populações (LESTHAEGHE, 2000 apud UN DESA, 2002). De acordo com Zaiveca (2014), pesquisas sugerem que apenas a migração não consegue compensar pelo declínio populacional ou mesmo contrabalancear o fardo econômico para governos.

Para entender a política migratória japonesa, é importante ainda distinguir entre dois tipos de regime: o regime étnico e o regime cívico. O primeiro aceita imigrantes com base no

jus sanguinis (direito sanguíneo), enquanto o segundo utiliza o *jus solis* (direito de solo), que garante nacionalidade com base no local de nascimento. O Japão possui critério duplo, de *solis* e *sanguinis*. Ele e a Alemanha possuem um regime de cidadania “étnico”⁶⁷ (BRODY, 2002, p. 19). A política migratória nesse tipo de regime sugere que a etnia é o fator crítico que garante a adesão na sociedade. Imigrantes que estão no país há gerações, mas não possuem etnia, são desencorajados de tornarem-se cidadãos por meio de políticas restritivas de naturalização. Este é o caso das minorias turca na Alemanha e coreana no Japão. Independentemente do tempo de estadia ou as intenções de querer permanecer no país, eles sempre serão considerados “estrangeiros” por serem “impossíveis de se assimilarem à sociedade” (grifo do autor, BRODY, 2002, p. 41). A etnia é o fator principal que obstrui sua inclusão total na sociedade e não a língua, cultura ou até mesmo religião. Contudo, cabe notar que no Japão, diferentemente da Alemanha, os imigrantes etnicamente japoneses não possuem direitos políticos, representação política ou a garantia de obtenção de nacionalidade.

No caso da França, o regime é um *jus soli* com cidadania “cívica” (grifo do autor, BRUBAKER, 1992, p. 8 *apud* BRODY, 2002, p.19), no qual os filhos de residentes na França ganham cidadania francesa, sem necessariamente ter descendência francesa⁶⁸. Apesar desse tipo de regime aparentar ser mais abrangente e parecer promover uma melhor integração, muitas vezes ele gera dificuldades para manter a identidade da cultura do país de origem. Um exemplo dado por Brody (2002) é a controvérsia da proibição do véu por meninas nas escolas francesas.

A ONU, assim como outras OIs, defende e sugere que países desenvolvidos com populações envelhecidas aceitem um maior número de trabalhadores imigrantes de países em desenvolvimento (PAPADEMETRIOU; HAMILTON, 2000). Horiai (2011) aponta que países como o Japão, França, Alemanha e os EUA estão resistindo a maior entrada de imigrantes por medo de perder sua identidade étnica, cultural e linguística. Outro fator que também causa tensões e afeta a identidade de um povo é a religiosa. A França e Alemanha, que possuem populações majoritariamente católicas e cristãs, enfrentam tensões com os imigrantes muçulmanos.

⁶⁷ Os casos mais claros de políticas migratórias de seleção são as baseadas em preferências raciais, como nos casos da política alemã *Aussiedlung*⁶⁷ e a política migratória japonesa. Elas são problemáticas e hoje amplamente condenadas (HOSEIN, 2016).

⁶⁸ O regime francês decorre do sistema legal francês, instituído no regime Vichy, que proíbe categorizar pessoas de acordo com suas origens étnicas em documentos governamentais. O sistema francês visa a assimilação de imigrantes, independentemente de sua origem. Ele tem suas raízes na Revolução Francesa, que levou ao estabelecimento da identidade francesa embasado em cidadania, em vez de laços históricos ou sanguíneos.

Bermingham (2001 apud HORIAI, 2011) afirma que a imigração traz benefícios duplos, pois imigrantes geralmente estão no coorte em idade produtiva e são, geralmente, provenientes de países com elevadas taxas de fecundidade. Apesar disso, a imigração não é considerada como uma solução ideal para diversos governos por estar associada com tensões étnicas e raciais, juntamente com anseios de que as culturas do país receptor serão diluídas com a entrada de imigrantes que não se assimilem à nova cultura.

O processo de integração de imigrantes apresenta diferentes modelos (BRODY, 2002). Os três principais são: (i) assimilação, (ii) não-incorporação e (iii) multiculturalismo. O modelo de assimilação (i), representado pela França, no qual a “diferença”, seja em cultura, língua ou identidade, será eliminada. Assim, o imigrante é necessariamente assimilado à cultura do país de destino se ele pretende se estabelecer nele. No modelo de não-incorporação (ii), a diferença pode ser mantida, mas com o propósito de garantir separação e de criar estigma (BRODY, 2002, p. 39).

Manter a identidade nesse tipo de ambiente gera riscos de discriminação, mal-entendidos, conflitos sociais, e até mesmo violência. Por fim, o (iii) modelo multicultural ou cultural pluralista encontra-se no meio termo. Ele possui uma atitude mais tolerante em relação à diferentes origens culturais (BRODY, 2002) e encoraja ou, ao menos, tolera a manutenção de diferença. No caso do Japão, há uma ideia de que o imigrante deve se assimilar à sociedade japonesa, mas simultaneamente também há a noção de que ele nunca conseguirá se tornar um japonês, como veremos a seguir.

A França possui um sistema de assimilação, que pressiona imigrantes a deixar todas as diferenças culturais que elas tenham trazido a partir do momento em que se tornam cidadãos franceses. A Alemanha tentou implementar o modelo multiculturalismo, principalmente em relação aos imigrantes turcos, mas os resultados não foram positivos. Falta no país trabalhadores especializados, o que não preenche a demanda existente. A situação é tensa a ponto de Angela Merkel ter anunciado que o multiculturalismo alemão “falhou absolutamente” (CHRISAFIS, 2010, p. 1 apud HORIAI, 2011).

As diferenças culturais, religiosas e de valores causaram grandes tensões principalmente na Europa, onde elas culminam em atos de terrorismo. Jacoby (2011) aponta que, principalmente na Alemanha e na França, boa parte desse conflito resulta no fato da maioria da população de imigrantes ser de trabalhadores não-especializados, o que leva a um fardo econômico na sociedade. Ele contrapõe esses sistemas imigratórios com os do Canadá e da Austrália, que adotaram um sistema de pontuação no qual imigrantes são aceitos baseados em

suas habilidades e seu nível educacional. Esses países possuem uma significativa população de imigrantes, mas as tensões são menores e menos violentas devido à maior aceitação por parte das sociedades receptoras.

Tanto o governo japonês quanto a sociedade japonesa temem vivenciar as experiências da França e da Alemanha, em que um grande grupo de imigrantes com culturas, línguas e religiões diferentes causam grande tensão social. A sociedade japonesa é culturalmente e etnicamente mais cerceada do que a Alemanha e a França, o que conseqüentemente leva a uma maior dificuldade de abertura e assimilação de estrangeiros. Não surpreendentemente, o Japão possui um sistema de imigração mais limitado e inflexível do que a Alemanha e a França.

3.6.2. Política migratória japonesa

A história da política migratória japonesa é um caso interessante a ser estudado devido à disparidade entre a imagem que o governo pretende passar em seus discursos e a realidade. O Japão necessita de imigrantes, mas seu tratamento em relação a eles dificulta a sua inserção, resultando na diminuição de sua atratividade como país destino.

No período de 1985 a 2008, a população de estrangeiros quase triplicou, de 850 mil pessoas para mais de 2,2 milhões de pessoas. Esse aumento ocorreu devido às políticas do governo japonês que ligeiramente abriram as portas para imigrantes (principalmente para trabalhadores não-especializados) com o objetivo de preencher a demanda por trabalhos. Apesar desse significativo aumento, apenas 2% ⁶⁹ da população japonesa é considerada estrangeira. O Japão possui o menor percentual de estrangeiros em sua população dentre todas as democracias industriais avançadas (CHUNG, 2010; BURGESS, 2014). A França, por exemplo, possui uma população de imigrantes que contabiliza 10,2% de sua população e os EUA, 13% (HORIAI, 2011).

Seriam necessários 650 mil imigrantes por ano para suprir a falta de mão-de-obra existente no Japão atualmente. No entanto, não há de fato, uma política de imigração japonesa, tal qual vemos no Ocidente. Independentemente do tempo de estadia de um indivíduo ou de quantas gerações moraram no Japão, imigrantes não são considerados como cidadãos japoneses oficialmente. O maior status oficial que um imigrante consegue receber é o de residente

⁶⁹ Percentual que inclui famílias de chineses e coreanos instalados no país por mais de três gerações, mas que ainda continuam sendo considerados estrangeiros oficialmente (BURGESS, 2014). Para ser considerado um cidadão, é necessário que, no mínimo, um dos pais seja japonês, pois o Japão segue o *jus sanguinis* como princípio de nacionalidade (ARUDOU, 2013).

permanente (BURGESS, 2014). Essa impossibilidade de tornar-se japonês sem ter conexão sanguínea causa e potencializa uma separação entre japoneses e não-japoneses. A grande maioria dos descendentes coreanos e chineses que estão há gerações no país são culturalmente e linguisticamente japoneses, mas não são aceitos como tal. Essa ausência de aceitação dificulta o relacionamento de japoneses étnicos com outros grupos étnicos e culturais, além de ser um fator que atua como desincentivo à imigração com intuito de residência permanente para estrangeiros.

O Japão possui um princípio de “não-imigração”. Este princípio possui raízes no *Nihonjiron* (日本人論), um gênero literário das décadas de 1970 e 1980, composto por diversos artigos que enfatizavam a diferença e a singularidade japonesa em relação ao resto do mundo, sendo a base da identidade nacional japonesa (BRODY, 2002). Um dos principais valores defendidos era o de *tan'itsu minzoku kokka* (単一民族国家), o conceito de que a nação japonesa é composta por um povo etnicamente homogêneo unificado (BURGESS, 2014). Como Matsue e Pereira (2017) descrevem, ele parte da ideia de que a sociedade japonesa é “singular e única, inigualável a nenhuma outra” (MATSUE; PEREIRA, 2017, p. 15).

O *Nihonjiron* enquanto conceito de singularidade da cultura e etnia japonesa sempre esteve presente na mentalidade japonesa, e ele passou a ser mais visível na década de 1980. Como Uehara (2011) ressalta, os discursos de grupos conservadores fizeram da homogeneidade e singularidade cultural do Japão como principais causas para seu sucesso econômico. Não é coincidência que, nesse mesmo período, houve um influxo de imigrantes estrangeiros no país, os denominados *newcomers*⁷⁰ (UEHARA, 2011). Sempre que há um aumento – ou discussão sobre – imigração, os debates entre as correntes a favor e contra se intensificam.

O mito do estado japonês monoétnico pode ser visto como uma ideologia estatal trazida após a perda de colônias após a Segunda Guerra Mundial. Essa ideologia na superioridade no povo Yamato (大和民族, *yamato minzoku*) adotou um formato mais socialmente aceitável que enfatiza e aprecia a ideia de singularidade japonesa (DALE, 1986, apud MURPHY-SHIGEMATSU, 2007). A persistência deste pensamento aparenta ter base no poder de *community-building* da sociedade e na tentativa de esquecer, como Murphy-Shigematsu (2007)

⁷⁰ Os *newcomers* identificam esse novo grupo de imigrantes que chegaram nos meados da década de 1980, enquanto os *oldcomers* se referem aos imigrantes da época do imperialismo japonês, na primeira metade do século XX (UEHARA, 2011).

coloca, os pecados cometidos na era imperialista ao negar os descendentes das suas ex-colônias, como no caso de coreanos⁷¹ e taiwaneses.

O Japão é uma das poucas democracias industriais que obriga descendentes de nativos que deixaram o país a passar pelo processo formal de naturalização. E, como a nacionalidade japonesa é fortemente associada com identidade etnocultural, candidatos precisam renunciar a nacionalidade de seu país de origem e demonstrar evidência de assimilação cultural para obter a cidadania japonesa de acordo com a revisão da Lei de Cidadania de 1985⁷² (KONDO, 2002; CHUNG, 2010).

Figura 33 - População Internacional de Migrantes por País de Destino

Fonte: MPI (2017). Tradução nossa.

⁷¹ Os coreanos-japoneses, apesar de fisicamente não serem facilmente identificados, sofrem maior exclusão devido ao passado entre os dois países. Eles enfrentam significativas barreiras para se casar, trabalhar e participar na sociedade civil japonesa. Eles cresceram com a mídia japonesa e estudaram a língua, mas mantiveram sua identidade coreana (LIE, 2007).

⁷² No caso de crianças que tenham um pai japonês, elas podem requerer cidadania dupla, mas precisam escolher entre a cidadania japonesa ou a estrangeira antes de completarem 22 anos de idade (KONDO, 2002).

Como pode ser visto nesse gráfico, a quantidade de migrantes permaneceu estável no pós-guerra até aumentar com o colapso da bolha econômica japonesa, onde houve um aumento significativo de imigrantes – contudo, o valor ainda era bem abaixo se comparado a outros países desenvolvidos, com menos de 1% do total populacional japonês. Foi nesse período de instabilidade econômica quando o governo revisou sua Lei de Imigração para aceitar a entrada de descendentes até a terceira geração (os chamados *dekasseguis*⁷³).

O Japão ofereceu incentivos a imigrantes em específicos momentos durante a história. A principal mudança na história da migração japonesa ocorreu em 1989, com a revisão da Lei de Controle de Imigração e Reconhecimento de Refugiados, na qual foi decidido aceitar pessoas de descendência nipônica (e suas famílias) até a terceira geração. Esta revisão tinha como objetivo aliviar a pressão do mercado de trabalho durante a era de bolha econômica (KODAMA, 2015). Os principais grupos que vieram com essa política foram os brasileiros (denominados como *dekassegui* na literatura nacional) e peruanos (BELTRÃO; SUGAHARA, 2006). Os *dekasseguis* brasileiros tornaram-se uma importante fonte de mão-de-obra legal estrangeira não especializada (KODAMA, 2015). Esta foi a primeira experiência do Japão com a integração de trabalhadores estrangeiros não-qualificados admitidos legalmente⁷⁴ (BRODY, 2002).

A lei de 1989 teve como premissa a ideia de que a etnia define a identidade e a nacionalidade. O governo esperava que os descendentes brasileiros agissem como japoneses e se assimilariam rapidamente à cultura japonesa, pois o sangue seria mais forte do que a cultura em sua percepção. A realidade foi justamente o oposto, o que desapontou os formuladores da política e os empregadores.

Apesar de serem etnicamente japoneses, os *nikkeijins* agem, falam e se comportam de maneira visivelmente fora do padrão cultural japonês. Assim, eles foram rejeitados como japoneses, apesar de serem descendentes, e tratados como estrangeiros (TSUDA, 2007). Este grupo chegou a ser chamado de “3 Ks” das palavras japonesas *kitanai* (汚い, sujo), *kiken* (危

⁷³ *Dekassegui* (出稼ぎ) é um termo aplicado para qualquer indivíduo que deixa sua terra natal para trabalhar em outra região temporariamente. Originalmente utilizado para trabalhadores sazonais japoneses, o termo hoje é aplicado para trabalhadores estrangeiros que estão no país com intuito de ganhar dinheiro. No Brasil, o termo se refere a brasileiros de origem japonesa que emigraram para o país em busca de trabalho (BELTRÃO; SUGAHARA, 2006).

⁷⁴ É importante ressaltar que, mesmo que a política de migração não tivesse mudado antes desta década, houve aumento na entrada e contratação de imigrantes ilegais apesar das políticas restritivas de imigração. Este paradoxo ocorreu graças aos Acordos Plaza, que o Japão assinou em 1985, e levou à valorização do iene. Os salários de um único ano no Japão eram o equivalente a sete anos de trabalho no país de origem (TSUDA, 1999 apud BRODY, 2002), o que fez vários imigrantes da Tailândia, Bangladesh, Paquistão e Irã arriscarem separação da família, possível prisão e deportação para trabalhar no Japão.

険,perigoso) e *kitsui* (きつい,penoso) (ROSSINI, 2004, apud BELTRÃO; SUGAHARA, 2006) como eram classificados os tipos de trabalhos, manuais, que eles realizavam.

Esse mesmo tipo de delegação de trabalhos não atrativos para nativos ocorre em outros países, como na Alemanha, França, Espanha e nos EUA (HORIAI, 2011). Os trabalhadores nativos rejeitam trabalhos de baixo status mesmo se o salário for bom, pois há, no fundo, uma estrutura não apenas econômica, mas hierarquicamente social (BRODY, 2002). Imigrantes, por outro lado, não veem esse tipo de trabalho como humilhantes e, sim, como um meio para atingir seu objetivo de reunir capital suficiente para retornar ao seu país de origem e usufruir de uma qualidade de vida melhor (TSUDA, 1999 apud BRODY, 2002). Este é o motivo de *nikkeijins* de classe média em seu país de origem, com formação universitária, aceitarem trabalhos de chão-de-fábrica no Japão, com direito a salários cinco a dez vezes maior do que eles conseguiriam no Brasil.

O contato com *nikkeijins* demonstrou que a etnia compartilhada não garante uma integração harmoniosa, como os formuladores de políticas públicas japonesas esperavam (BRODY, 2002). Essa experiência do Japão ensinou que os governos correm o risco de criar a própria instabilidade social que tanto temem ao focar-se apenas em etnia – e focar demais nela – como fator de seleção de imigrantes, esperando que isso garantiria sua assimilação.

O governo japonês teve, historicamente, uma abordagem *ad hoc* em relação à imigração, agindo pelas margens sem de fato alterar o cerne de sua política, para evitar contestação da população (KODAMA, 2015). Contudo, com o aumento da quantidade de imigrantes, aumenta cada vez mais a urgência de diminuir as vulnerabilidades destes. Kingston (2011) adverte que a postergação ao agir nesta área em particular está diminuindo a variedade de opções ainda disponíveis, gradualmente aumentando a possibilidade de estagnação econômica.

Como Brody (2002) aponta, mesmo a não-execução de uma política migratória é um método de lidar com a migração de mão-de-obra. A política de Estado foi, historicamente, guiada pela busca de interesses nacionais econômicos sem se importar com as ramificações culturais ou sociais da imigração. Apesar de diversos governos tratarem o fenômeno como “invasão estrangeira” ou “ataques dos imigrantes”, eles não deixam de ser o resultado direto de políticas de Estado que almejavam chamar trabalhadores estrangeiros para responder às demandas do mercado de trabalho doméstico.

As ratificações de convenções e tratados internacionais, como a Convenção de Status de Refugiados em 1981 e o protocolo de refugiados em 1982, por parte do Japão foram insuficientes para garantir seu cumprimento em relação a refugiados e imigrantes. O Japão não

possui sistema de cotas mínimas de refugiados, o que significa que números minúsculos de refugiados aceitos⁷⁵ são legalmente reconhecidos nacionalmente (KONDO, 2002; CHUNG, 2010).

A Austrália, por exemplo, possui uma cota anual de 13.750 refugiados. Em 2015, durante o ápice da crise de refugiados, o país prometeu realocar mais 12 mil refugiados da Síria e do Iraque, além da sua cota anual. Em 2019, o país havia finalizado o processo de realocar todos os refugiados prometidos (DABBAGH, 2019). No mesmo ano de 2015, mais de um milhão de refugiados chegaram em solo europeu. A UE estabeleceu uma cota obrigatória para cada país aceitar e realocar 160 mil refugiados. Três países não cumpriram com a cota e estão sendo julgados no atual ano de 2020. A República Checa apenas aceitou 12 refugiados enquanto a Hungria e a Polônia não aceitaram nenhum refugiado. O julgamento está em andamento e a punição será de multas para esses países (RANKIN, 2020). O Japão não passou pela mesma situação durante a crise de refugiados devido à sua localização mais remota, ser distante do Oriente Médio e às suas fronteiras mais fechadas. Como ele não participa de nenhum órgão supranacional ou prometeu estabelecer uma cota de refugiados, não há represálias se o país não aceitar refugiados.

Há uma diferença significativa entre a imagem que o governo pretende passar e a realidade, como demonstrada por dados. O governo mantém uma fachada de fechar as portas do país para a mão-de-obra não especializada. Na realidade, esta é a categoria de imigrantes que mais cresce. Enquanto a política oficial de resistir aos imigrantes continua igual, o Japão permite a entrada de estrangeiros por diversos meios. Por meio da *front door*, ou “porta da frente”, o país aceita descendentes étnicos provenientes principalmente do Brasil⁷⁶ e do Peru, além de *entertainers* (profissionais de entretenimento) – que são, na realidade, jovens mulheres vindas especialmente das Filipinas e Tailândia que trabalham como *hostesses*. Pelas *side doors*, ou “portas laterais”, é aceita a entrada de *trainees* e “estagiários técnicos”⁷⁷ e, pela *back door*, ou “porta traseira”, a maioria dos imigrantes entram de maneira legal⁷⁸ e permanecem além do

⁷⁵ Para oferecer exemplos destes números: o menor número foi de um refugiado nos anos de 1991, 1994, 1996, 1997. Nos anos de 1989, 1990 e 1995, dois refugiados foram oficialmente reconhecidos. No período de 1982 a 2001, o ano com a maior quantidade foi em 1982, com 67 refugiados – o que ainda é bem abaixo da média mundial (KONDO, 2002).

⁷⁶ Em 2010, a quantidade de *nikkeijins* vindos do Brasil no Japão era de 320 mil pessoas (WILLEKENS, 2016).

⁷⁷ *Trainees* (研修生, *kenshūsei*) são trabalhadores estrangeiros têm condições de trabalho precárias, com horas extras obrigatórias, mas sem garantia de serem pagos (KODAMA, 2015).

⁷⁸ Uma estratégia de trabalhadores de curto prazo é a de solicitar um pedido de refúgio quando seu tempo de estadia estiver chegando ao fim. O governo japonês leva anos para analisar todos os pedidos, o que possibilita uma prolongação no tempo de trabalho para esses imigrantes.

tempo pré-estabelecido para trabalhar⁷⁹. O governo japonês declarou que há apenas 220 mil imigrantes ilegais, mas Legrain (2007) aponta que especialistas acreditam que a quantidade real seja muito maior.

De acordo com a Lei de Controle de Imigração de 1951, imigrantes não-qualificados eram oficialmente proibidos de pisar em solo japonês (BRODY, 2002). Mesmo quando o país já não tinha mais sua “válvula de segurança” para trabalhos não-qualificados – conhecida como os trabalhadores rurais que migravam para a cidade em busca de trabalho temporário – nas décadas de 1950 e 1960, o país não alterou sua política de migração. Foram as transformações demográficas do final da década de 1980, com a baixa taxa de fecundidade e a percepção da população que estava envelhecendo rapidamente e, portanto, diminuindo a parcela de cidadãos economicamente ativos que pressionaram o governo a procurar por um caminho no âmbito da imigração.

A principal *back door* utilizada era por meio da entrada legalmente no país com o visto de turistas ou estudantes e, após o estabelecimento em solo japonês, exceder o prazo de permanência para trabalhar (CORNELIUS, 1994; YAMANAKA, 1993; BRODY, 2002). Esta política foi resultado direto da contradição entre a política oficial japonesa sobre trabalho não-qualificado e a forte demanda estrutural por este tipo de trabalho durante o *boom* da década de 1980 (MORI, 1997; CORNELIUS, 1994 apud BRODY, 2002).

Em 9 de julho de 2012, o governo mudou o sistema de registro de estrangeiros vivendo no país (外国人登録, *Gaikokujin Tōroku*) para um sistema de registro de residentes que inclui nativos e residentes. A partir de então, os estrangeiros passaram a receber um cartão de residência (在留カード, *zairyū kādo*) e a ser incluídos no *jūminhyō* (住民票), o registro de residentes no Japão. As principais medidas nas últimas décadas focaram primordialmente na burocracia de gerenciar os estrangeiros que já viviam no país, o que demonstra que o governo não aparenta ter interesse em implementar leis de flexibilização da imigração, apenas subprogramas específicos para certas nacionalidades e profissões.

Um desses programas é o Programa de Treinamento de Estágio Técnico (em inglês, *Technical Intern Training Program* e, em japonês 技能実習制度, *Ginō Jisshū Seido*) estabelecido em 1993. Ele foi anunciado como uma política que visa transmitir *know-how* a países em desenvolvimento por meio de imigrantes temporários do Sudeste Asiático que estão

⁷⁹ Os trabalhadores não-qualificados ilegais realizam os trabalhos com menor salário e os mais perigosos. Muitas construtoras contratam tailandeses e filipinos para trabalhar durante o dia, por serem imperceptíveis, e, à noite, imigrantes africanos realizam o mesmo trabalho. Africanos também trabalham em fábricas, onde não são vistos diretamente pela sociedade (LEGRAIN, 2007).

no país como estagiários. Este programa ampliou a seleção de imigrantes, dando acesso a estrangeiros que não possuíam nível educacional ou domínio na língua entrarem no país para trabalhar.

A realidade desse programa é, entretanto, bem diferente do discurso. Esse programa é um sistema de rotação temporário de trabalhadores estrangeiros não-qualificados, os *trainees*, provenientes principalmente da China e do Sudeste Asiático. Legrain (2007) o considera como uma ferramenta extremamente útil para providenciar mão-de-obra barata para pequenos negócios em indústrias primárias e agrícolas (LEGRAIN, 2007). Esta categoria também preencheu demandas nos setores de indústria, construção civil e no setor de saúde (como cuidadores) (BURGESS, 2014; HIRANO, 2017; KANO, 2018). O tempo de estadia dos *trainees* foi alongado com o intuito de suprir a falta de mão-de-obra no setor de construção civil principalmente, devido às Olimpíadas de Tóquio. Após o término do programa, os trabalhadores serão obrigados a retornar a seus países de origem, sem possibilidade de prolongar sua estadia, uma vez que sua utilidade como mão-de-obra voltado a este evento terá terminado.

A principal decepção para Hirano foi em relação aos acordos de parceria econômica (EPA) com países do Sudeste Asiático (Indonésia, Filipinas e Vietnã) desde 2008. Para ela, as políticas públicas de reformas migratórias não possuíam visão de longo prazo. O programa de *trainees* é considerado como uma solução míope com foco restrito em conseguir trabalhadores estrangeiros para preencher setores com grande demanda. A prova disso é a ausência de um órgão independente do governo que vistorie o processo de treinamento, juntamente com a falta de desenvolvimento de procedimentos que garantam a segurança desses trabalhadores. Uma das principais críticas desse programa é que os *trainees* são forçados a excesso de trabalho e a horas mais longas que os nativos.

Além do programa de *trainees*, o governo também focou em aumentar o salário e incentivar a entrada de trabalhadores imigrantes no setor médico provenientes do Sudeste Asiático, principalmente da Indonésia, das Filipinas e do Vietnã (JAPAN HEALTH POLICY NOW, 2020). O governo japonês incentivou a entrada de imigrantes trabalhadores com a criação de uma nova categoria de visas em 2016, especificamente para cuidadores e enfermeiros. Contudo, exames de língua de elevada dificuldade são obrigatórios. Esses obstáculos resultaram em um pequeno número de imigrantes, com apenas 18 estrangeiros ganhando o visa no final de 2017 (HORIAI, 2011; FOSTER, 2018).

No caso da área de saúde, os candidatos devem passar tanto por treinamento profissional quanto linguístico em instituições japonesas para realizar uma prova de proficiência linguística. Se passarem, eles podem ficar no Japão indefinidamente, contanto que renovem seu status de residente permanente a cada três anos. Contudo, 16 a 38% dos candidatos que passaram no exame retornaram a seus países de origem. O principal motivo foi devido às condições de trabalho e às longas horas, que forem prejudiciais à sua saúde a ponto de impossibilitar um equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal. Não é coincidência que esses são os mesmos motivos de enfermeiros e cuidadores japoneses também deixarem a profissão. Hirano (2017) observa que o principal requisito para conseguir e manter mão-de-obra no Japão nessa área é melhorando as condições de trabalho, seja para nativos ou imigrantes.

Kano (2018) advoga os problemas inerentes à essa política. Enquanto a terceirização de serviços de cuidados da casa e de dependentes (crianças e idosos) é um fator crucial que acelera o empoderamento feminino de mulheres para adquirir posições de liderança, isso ocorre para aquelas que tem as condições de fazê-lo. As mulheres que ficam responsáveis por esses serviços – em sua grande maioria, imigrantes de países em desenvolvimento e mulheres pobres – não têm essas mesmas oportunidades.

Ao focar no setor de enfermagem e de cuidadores, Hirano (2017) argumenta que o vácuo nesses setores não pode ser preenchido facilmente só por meio da entrada de trabalhadores estrangeiros pois eles requerem elevados níveis de “trabalho emocional” (grifo da autora, HIRANO, 2017, p. 2), no qual o trabalhador deve ser capaz de compreender os sentimentos do paciente e regular sua própria expressão facial para garantir uma interação apropriada. Esta crítica também vale para a política de robótica que está sendo implementadas no momento. No caso desta, a ausência do retorno emocional causa uma sensação de desconforto por parte do paciente.

Hirano (2017) diz que há poucos motivos para ser otimista em relação à capacidade do Japão conseguir atrair e manter trabalhadores estrangeiros asiáticos. O Japão é uma “estrela que está caindo”, principalmente ao comparar com a China e outros países na região e, portanto, é imperativo que o Japão desenvolva reformas migratórias com uma visão de longo prazo para, nas palavras da autora, “garantir a sobrevivência do país na comunidade global” (HIRANO, 2017, p. 2).

Mesmo a *Abenomics*, política econômica instaurada por Abe em 2012, não incluiu mudanças significativas na política de imigração (BURGESS, 2014). O Ministério da Justiça está lidando com o controle de imigração, mas não há um órgão governamental responsável por

liderar políticas de integração (KONDO, 2002). Políticos japoneses, como Hidenori Sakanaka, trabalham para mudar a atual conjuntura legal, mas a população japonesa, especialmente a parcela com idade superior a 40 anos, é fortemente contra o aumento da quantidade de imigrantes não-temporários ou a aceitação destes na sociedade japonesa como cidadãos (BURGESS, 2014).

Menju (2012) classifica três obstáculos que dificultam não apenas a aceitação de imigrantes, mas também a discussão em nível nacional do tema de imigração. Essas três “ansiedades”, como ele coloca, não possuem fundamento, sendo apenas sentimentos de temor existentes na sociedade. Esses obstáculos seriam: o medo de que haja perturbações sociais causadas por imigrantes, como os vivenciados na Europa e nos EUA; um aumento na taxa de desemprego para os japoneses, principalmente para os jovens; e um aumento na quantidade de crimes cometidos por imigrantes.

Em relação a distúrbios sociais, Menju (2012) aponta que esta ansiedade é um subproduto da cobertura da mídia japonesa sobre os problemas de imigrantes, que apenas apresenta os aspectos negativos dos imigrantes nas sociedades europeias e americana. Em relação ao segundo ponto, existe um déficit de trabalhadores nos setores de agricultura, pesca, manufatura e indústria de serviços, nos quais os jovens japoneses não apresentam interesse em preencher, devido ao trabalho intensivo e salário baixo. A quantidade de crimes cometidos por estrangeiros tem diminuído desde 2005. A Agência Nacional de Polícia tem a tradição de apresentar, desde 1990, uma seção especial sobre crimes cometidos por estrangeiros em seu relatório anual de crimes. Isso deu combustível para o debate sobre a possibilidade de aumentar a quantidade de crimes cometidos por imigrantes (MENJU, 2012), mas não há evidências que corroborem com essa hipótese.

Os imigrantes que preenchem a demanda na indústria de base geralmente aumentam a população de pequenas cidades rurais que estão desaparecendo. Em Hokkaido, principalmente, a população rural diminui cada vez mais. Uma das medidas implementadas pelo governo local é dar terrenos e casas vazias para jovens casais criarem suas famílias, em um processo de urbanização reversa. Isto ocorre tanto para nativos quanto para estrangeiros, que são o grupo que mais participa neste processo. Onishi (2008 apud HORIAI, 2011) acredita que, se essa tentativa de urbanização reversa obter sucesso, as taxas de natalidade locais poderiam aumentar, pois famílias rurais tendem a ter mais filhos.

Tai (2009 apud HORIAI, 2011) afirma que há pesquisas que demonstram que o Japão está se transformando em uma sociedade multicultural, partindo de uma sociedade monoétnica,

mas Bermingham (2011) e Hockstader (2010 apud HORIAI, 2011) reconhecem que esse não é o consenso nem na literatura acadêmica nem na opinião do governo. De acordo com Brophy e Arudou (2004 apud HORIAI, 2011), o governo marginaliza a população estrangeira ao lançar campanhas contra o crime causado por estrangeiros, enquanto as leis implementadas servem apenas para controlar esse grupo, em vez de protegê-los.

A maioria da população japonesa não considera a imigração como uma solução atraente. Uma enquete de 2005 pela *World Value Survey* demonstrou que 50,1% dos respondentes acreditavam que a política migratória deveria ter limites rígidos, 42,4% apenas enquanto houvesse trabalhos disponíveis, 4,6% queriam proibir imigrantes e apenas 2,9% votaram na alternativa de deixar qualquer estrangeiro interessado adentrar o país. O coorte de 50 anos ou mais era o que mais votou para limites rígidos (58,2% dos respondentes) enquanto o coorte de 15 a 29 anos votou em “enquanto houver trabalhos disponíveis”. Este também foi o grupo com o maior percentual de votos na categoria de deixar qualquer pessoa entrar, com 4,7% (WORLD VALUE SURVEY, 2005 apud HORIAI, 2011).

Outros fatores que são obstáculos no debate da imigração são grupos ultranacionalistas ruidosos e excessivamente críticos de países vizinhos. Há uma percepção geralmente negativa em relação aos imigrantes e uma ideia de que, se a porta for aberta, como Menju (2002) traz à mesa, haverá uma “inundação” de pessoas pobres de todas as partes do mundo.

Em 2000, a ONU havia estimado que o Japão necessitaria de 600 mil trabalhadores todo ano até 2050 para prevenir um declínio na mão de obra nacional (PAPADEMETRIOU; HAMILTON, 2000 apud HORIAI, 2011). Horiai (2011) aponta que, se o Japão seguisse essa recomendação, até 2050, mais de um terço da população japonesa teria antepassados não japoneses. A perda de uma identidade étnica homogênea é um dos maiores temores para a sociedade e o governo japonês e um dos fatores que mais motiva a limitação de políticas de flexibilizar a imigração.

Figura 34 - Uchi e Soto

Fonte: Elaboração própria (2020).

A diferenciação entre *uchi* (内) – dentro, interno – composto por japoneses nativos, e *soto* (外) – fora, externo – composto por *outsiders*, é crucial para entender como as relações japonesas funcionam. Em interações sociais, é vital saber se comportar de maneira considerada “correta” e natural para os japoneses. Para isso, é necessário que o indivíduo saiba quem ele é e onde ele pertence (LEBRA 1076, apud VALENTINE, 2007). Uma imagem muito usada para explicar essa conjuntura social é a de um círculo (YOSHIDA, 1975, apud VALENTINE, 2007), como representado. Os marginais se encontram nas áreas da circunferência mais longe do centro. Marginais são vistos como ameaças por dois ângulos: uma ameaça à pureza nacional (como forma de “sangue estrangeiro”) ou à ordem nacional (no caso de desvio ideológico e criminoso) (VALENTINE, 2007).

Vale apontar que as sugestões de flexibilizar a imigração são, em sua grande maioria, provenientes de pesquisadores e órgãos estrangeiros, como a ONU. Horiai (2011) explica que a retórica doméstica não considera a imigração como uma solução. Minoru Tanaka, que trabalha no departamento de imigração governamental, afirmou que “*se trabalhadores estrangeiros não-especializados forem aceitos no Japão, a situação levará ao caos absoluto*”⁸⁰ (TERRY, 2002, p. 1 apud HORIAI, 2011, p. 64, tradução nossa). O ministro de Relações Exteriores e ex-primeiro-ministro Taro Aso defende que o Japão é “*uma nação, uma civilização*,”

⁸⁰ Do original: “*if unskilled foreign laborers are allowed into Japan, it will lead to total chaos*”.

uma língua, uma cultura e uma raça”⁸¹ (JAPAN TIMES, 2005, p. 1 apud HORIAI, 2011, p. 64, tradução nossa).

Atualmente, o debate no mundo acadêmico, político e social japonês encontra-se dividido entre duas correntes: a corrente *sakoku* (鎖国)⁸² – que defende um Japão fechado ao mundo e teme o aumento do crime, ineficiência industrial e a criação de uma subclasse permanente – e a corrente *kaikoku* (開国), que almeja a abertura do país e sua internacionalização – *kokusaika* (国際化), argumentando que o contato com estrangeiros só enriquecerá a cultura japonesa e melhorará a reputação internacional do país (BRODY, 2002).

A atratividade do Japão como país destino para imigrantes está sendo significativamente minada pela política restrita a aceitar trabalhadores estrangeiros. Não é apenas uma questão de aumentar o incentivo para imigração, é necessário questionar também se o governo está se esforçando para construir um consenso entre os cidadãos japoneses (KODAMA, 2015).

O Japão não é o único país que passa por dificuldades para integrar sua população de imigrantes. Nenhum país resolveu, de fato, a questão de incorporação de imigrantes, o que se evidencia nas baixas taxas de naturalização, disparidade econômica e tensões étnicas e raciais (CHUNG, 2010). Horiai (2011) aponta que nenhum país conseguiu implementar políticas pró-natalistas que tiveram um aumento suficiente para balancear a população, mas a autora concede que ainda é muito cedo para saber pois esses processos demográficos levam mais de uma geração (BERMINGHAM, 2001 apud HORIAI, 2011). A política de imigração pode ajudar, mas ela não deixa de ser uma política de cunho imediatista e temporária.

A falta de quantidade de força de trabalho pode, dependendo do caso, ser resolvida, contanto que realizada de maneira planejada e efetiva, com o aumento da quantidade de imigrantes capazes de suprir este vácuo de trabalhadores. Contudo, é importante ressaltar que esses mesmos trabalhadores imigrantes serão duplamente vulneráveis ao envelhecer, pois serão idosos e imigrantes. Nesta condição simultânea de estrangeiro e de idoso, eles possuem grande probabilidade de serem marginalizados nos países receptores (ROWLAND, 2012). Além disso, eles eventualmente tendem a ter a mesma taxa de fecundidade após uma ou duas gerações (MAGNUS, 2009 apud HORIAI, 2011). Se as sociedades que recebem imigrantes não possuírem estruturas adequadas para recebê-los e para adequá-los a elas, as tensões entre estrangeiros e a população nativa escalarão, principalmente se esses grupos possuírem etnias,

⁸¹ Do original: “one nation, one civilization, one language, one culture and one race”.

⁸² Mesma nomenclatura da política de Estado do período Tokugawa até a Restauração Meiji (BRODY, 2002) e foi responsável por tornar o país inacessível ao restante do mundo por duzentos anos, com exceção de alguns portos, como o de Nagasaki.

culturas e religiões distintas das dos nativos. Essa falta de assimilação pode levar a um aumento no desemprego, o que piorará a economia (HORIAI, 2011), como demonstrado na seção de indicadores econômicos no segundo capítulo.

De acordo com Brody (2002), para que a imigração seja uma medida eficiente, considera-se essencial que os países recebedores tenham e ofereçam capacidade de sustentá-los e integrá-los às suas sociedades, respeitando a diversidade cultural. Se essa coexistência ocorrerá com ou sem percalços, depende principalmente das estratégias e capacidade integrativa e de absorção por parte dos países de destino. Caso a política migratória não seja planejada com uma visão de longo prazo que vise integrar os imigrantes à sociedade japonesa, ela pode ter o efeito negativo de adicionar combustível para aumentar tensões entre nativos e imigrantes, assim como dar ímpeto para opiniões contra a imigração (KODAMA, 2015), além de diminuir a atratividade do país para futuros imigrantes. A efetividade da imigração enquanto política pública dependem da aceitação social e política, da disponibilidade de quantidade adequada de migrantes compatíveis com os países recebedores e a capacidade desses países em acomodá-los e empregá-los (ROWLAND, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fenômenos de envelhecimento populacional e de declínio populacional ocorrem simultaneamente em sociedades super-envelhecidas. Contudo, eles requerem diferentes soluções. Como visto nesta dissertação, a capacidade do Japão de lidar com o envelhecimento da população, assegurando uma melhor qualidade de vida e maior empregabilidade é mais promissora do que sua capacidade de lidar com a diminuição populacional.

Horiai (2011) aponta que a falta de sucesso na tentativa de aumentar a taxa de natalidade, juntamente com a resistência do Japão em flexibilizar sua política de imigração mostram que o país muito provavelmente não conseguirá aumentar sua natalidade. As políticas de auxílio financeiro para incentivar casais a ter mais filhos não tiveram muito sucesso pois o problema real é mais profundo: na perspectiva social, as mulheres japonesas enxergam o casamento como uma escolha que elimina o trabalho e se encontram em uma posição de ser inteiramente responsáveis pelos filhos, sem ter a ajuda de seus maridos, em decorrência do excesso de trabalho nas empresas japonesas. A diminuição na taxa de casamentos e aumento de divórcio e *childlessness* – na qual o Japão é o primeiro no mundo – demonstra essa mudança de perspectiva por parte das mulheres. Na perspectiva econômica, mesmo os casais que querem ter mais filhos

o deixam de fazê-lo devido ao elevado custo de ter filhos, principalmente em grandes centros urbanos. Apenas oferecer auxílio financeiro não é o suficiente se não houver serviços de cuidados para crianças suficientes, principalmente para casais nos quais as mães trabalham.

Pinsker (2020, p. 4, tradução nossa) descreve que “*a mudança de políticas, apesar de não serem fáceis, é pelo menos direto ao ponto – é uma questão de escrever novas leis. Mudar culturas, contudo, é um trabalho mais complicado, porque é resistente a decretos legislativos*”⁸³. A esperança está nas novas gerações, que estão dando mais importância à flexibilidade e ao ambiente de trabalho, contestando tradições como passar toda a carreira em uma única empresa, o excesso de horas de trabalho que podem levar à morte e a pressão de mulheres deixarem de trabalhar ao se casarem.

Outras áreas também estão passando por transformações devido ao envelhecimento populacional. A composição da força de trabalho japonesa passou por transformações na última década com o aumento de empregados idosos e mulheres. Contudo, esses dois grupos majoritariamente compõem o setor de trabalho informal, o que não lhes garante uma condição de seguridade financeira. Isso é notável principalmente no caso de idosas, que são muitas vezes obrigadas a cometer crimes para poder obter uma residência e refeições diárias.

Como demonstrado neste trabalho, o fenômeno demográfico de declínio populacional depende, primordialmente, da taxa de fecundidade de um país. Esta taxa, por vez, depende diretamente da condição de vida das mulheres. A saúde e nível de sobrevivência das mulheres define se elas viverão muitos anos, quantos filhos terão e se esses filhos conseguirão sobreviver até a idade adulta. O caso da África é o oposto do Japão: cada mulher tem em média quatro filhos – o dobro da taxa de reposição – mas a taxa de mortalidade tanto para a mãe quanto para a criança é elevada. Já no Japão, as mulheres estão se casando mais tarde ou mesmo evitando o casamento. Como visto, o casamento no Japão está estritamente ligado a nascimentos devido ao estigma de ter filhos fora do matrimônio. Assim, o foco das políticas naturalmente se encontra nos casais casados para aumentar a taxa de fecundidade do Japão.

Contudo, o casamento já não representa a instituição de segurança financeira para as mulheres como o era no passado. Hoje, as mulheres são capazes de obter capacidade de independência financeira por conta própria. O casamento passa a ser uma escolha, geralmente atrelada a ter filhos. A posição da mulher tanto na sociedade quanto no ambiente de trabalho japonês ainda continua fortemente embasada em valores tradicionalistas. Mulheres recebem

⁸³ Do original: “*Changing policy, while not easy, is at least straightforward – it’s a matter of writing new laws. Changing culture, though, is a messier task, resistant to legislative decrees*”.

menos investimento e treinamento devido à expectativa de que elas são apenas trabalhadoras temporárias que deixarão o emprego após se casarem e engravidarem. A dificuldade – ou mesmo impossibilidade – de retornar ao mercado de trabalho formal após ter filhos força muitas mulheres a terem de escolher entre se casar e ter filhos ou focar-se na carreira. Como os maridos não são presentes no lar ou na criação das crianças, a responsabilidade repousa nos ombros das mulheres. Outra responsabilidade ainda que está imbuída culturalmente é a de cuidar de idosos. Apesar de o governo ter assumido essa responsabilidade social e implementado diversos tipos de seguros de saúde, ainda há a expectativa social de que as mulheres são as cuidadoras responsáveis pelos dependentes (crianças e idosos). Essa conjuntura cria uma série de papéis para mulheres que muitas vezes são incompatíveis. As políticas pró-natalidade da Suécia tiveram sucesso por empoderar tanto a mãe quanto o pai, garantindo que ambos teriam licenças para cuidar dos filhos e não perderiam seus empregos. Garantir a estabilidade da mulher na força de trabalho provou auxiliar na taxa de fecundidade mais do que políticas de assistência social governamentais. É necessário que haja uma transformação estrutural dos papéis tanto para o homem como para a mulher.

Em relação à falta de trabalhadores, uma saída que o governo busca é a implementação da robótica. Contudo, robôs não podem preencher todas as demandas, principalmente as que envolvem funções de comunicação e compreensão com humanos. A melhor alternativa, que vêm funcionando para outros países como os EUA, Austrália e Canadá é a imigração. Vale, entretanto, ressaltar que a imigração apresenta uma solução de curto prazo apenas. Os imigrantes também envelhecem e podem se encontrar em uma situação dupla de vulnerabilidade financeira e social, como idoso e imigrante. O sucesso das políticas de imigração também depende do quanto os imigrantes conseguiram se assimilar à cultura local e aprender a língua e os costumes. Caso isso não ocorra, o aumento de tensões pode ser desastroso. É este temor de tensões com imigrantes e a ideia enraizada de que o povo japonês é homogêneo e único que leva a imigração não ser realmente trabalhada como uma possível política por parte do governo japonês. Ela é a última alternativa e poucas mudanças foram realizadas nas últimas décadas, mesmo com a população japonesa diminuindo incessantemente.

Horiai (2011) demonstra que o Japão deverá arcar com custosos investimentos independentemente da medida que o país escolha. O investimento em imigração diminuirá os fundos destinados a idosos, pois eles serão direcionados a imigrantes e a iniciativas que promovam a assimilação destes e a diminuição de tensões. Se o Japão escolher continuar investindo fortemente em políticas pró-natalistas e ignorando a imigração, os investimentos

serão custosos para chegar ao cenário mais otimista em que a taxa aumentaria em decimais, como no caso de outras sociedades envelhecidas. Quaisquer que sejam os resultados, haverá uma espera de, no mínimo, uma geração para poder averiguar a efetividade dessas políticas. Assim, a autora defende que o país muito provavelmente será forçado a aceitar o fato de que sua população continuará diminuindo devido à falta de sucesso de políticas pró-natalistas e à falta de intenção de flexibilizar a imigração.

Ueno (2017 apud KANO, 2018) é bem pessimista sobre o futuro do país. Ela declarou que, devido à xenofobia e o etnocentrismo japonês, o país nunca aceitaria imigrantes, principalmente na atual era de crescente sentimento de anti-imigração no mundo. Para Ueno, a única alternativa que resta ao Japão é aceitar seu destino de nação em declínio. O importante é focar na igualdade como objetivo. De acordo com ela, “nós deveríamos empobrecer juntos lentamente e igualmente” (apud KANO, 2018, p. 9, tradução nossa).

Horiai é menos pessimista e defende que, caso a sociedade japonesa aceite seu futuro de declínio populacional constante, um novo tipo de sociedade poderá surgir. Esse novo tipo de sociedade poderia ser uma mais sustentável, cooperativa com inovações na força de trabalho e na indústria e com maior senso comunitário. Este é o tipo de sociedade idealizada na formulação de cidades inteligentes. Contudo, um cenário negativo é de que as tensões intergeracionais aumentarão e os diferentes coortes etários competirão por recursos podem levar a uma falta de coesão, aumento na pobreza, roubo e na violência – situação que já ocorre com idosos que roubam para sobreviver.

Como Horiai (2011) descreve, a maioria dos sistemas de segurança social foram criados em um período de ônus demográfico, no qual a força de trabalho era grande o suficiente para sustentar a então pequena população idosa. As políticas públicas atuais, entretanto, não são suficientes para garantir uma pirâmide etária balanceada, aumento de nascimentos, uma economia dinâmica e crescente ou boa qualidade de vida para os idosos. Mais deve ser feito e o Japão possui uma janela de tempo para implementação menor do que outros países, pois ele já vivencia a realidade de uma sociedade super-envelhecida com uma população que diminui a cada ano que passa.

Não existe uma “bala prateada”, ou uma única solução perfeita, que consiga resolver todos os desafios postos ao Japão, de acordo com Horiai (2011). O país também não possui nenhum outro exemplo de uma sociedade mais super-envelhecida do que ele para basear futuras decisões políticas. Tudo o que o Japão está implementando será o guia do que fazer – e não fazer – para países que passarão pela mesma situação futura. A rapidez da diminuição e do

envelhecimento da população japonesa faz com que todos os fatores socioeconômicos e culturais, assim como suas consequências, sejam significativamente maiores e mais difíceis de lidar comparado a outros países, que envelhecem mais lentamente.

Países como o Brasil ainda possuem décadas para lidar com a questão do envelhecimento e podem se basear em exemplos como o japonês para traçar suas políticas, com tem uma maior flexibilidade de tempo para serem implementadas. O Brasil poderá aprender com o caso do Japão e se preparar para o envelhecimento de sua população enquanto, no caso do Japão, a situação já é considerada como preocupante para diversos demógrafos, economistas e políticos.

No cenário futuro mais pessimista, não haverá jovens suficientes para sustentar a população idosa, que em sua grande maioria viverá em condições de pobreza no Japão. Essa tendência demográfica seria irreversível e o Japão se tornaria de fato uma sociedade de idosos com uma população minúscula de jovens. A economia japonesa se enfraquecerá ainda mais e cairá no *ranking* mundial para abaixo da Alemanha (atual quarta maior economia no mundo) e talvez até da Índia (quinto lugar). Isso também poderá impactar na capacidade do Japão de defender sua soberania, principalmente contra a China, que já passou o país economicamente, pois população é um símbolo de poder (GOTO, 2014). A falta de crianças, faixa etária que mais diminuirá no país, significará menos interesse em assuntos focados na população infanto-juvenil. Também há a tendência de cidades fantasmas se multiplicarem enquanto grandes centros urbanos serão ainda mais populosos. Contudo, eles também deverão lidar com crescente pobreza.

No cenário mais otimista, todas as políticas públicas implementadas pelo governo japonês (políticas de natalidade, flexibilização de imigração e robótica) terão sucesso, levando a uma estabilidade demográfica para o país. A melhoria nas condições de trabalhadores japoneses diminuirá ou anulará instâncias de *karōshi* e mais idosos e mulheres conseguirão integrar a força de trabalho formal japonesa. As políticas familiares darão mais liberdade e tempo para casais focarem em suas famílias e terem mais filhos. A melhora no status de mulheres japonesas permitirão que elas possam trabalhar e construir famílias, elevando a taxa de fecundidade. A entrada de imigrantes principalmente poderá levar a um rejuvenescimento da população japonesa e, idealmente, eles serão aceitos e integrados à cultura japonesa, garantindo mais diversidade étnica e cultural à sociedade. A robótica ajudará a preencher a demanda em empregos mais manuais enquanto imigrantes e o crescente número de nativos suprirão outras demandas. A sociedade japonesa como um todo se tornará mais sustentável e tecnológica, seguindo o exemplo das cidades inteligentes, que serão comuns em todo o país.

Contudo, a possibilidade desse cenário é pequena, considerando que nenhuma das políticas está tendo sucesso efetivo no atual momento. Para que a atual conjuntura seja alterada, seria necessária uma ampla reformulação das políticas públicas. Ambos os cenários são extremos opostos e projeções que muito provavelmente não ocorrerão. É mais provável que certos fatores de cada cenário serão presentes no futuro demográfico japonês. Resta ver quantos fatores positivos e negativos farão parte da sociedade super-envelhecida japonesa nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

ABADI, Mark. **Elderly people in Japan are getting arrested on purpose because they want to go to prison.** Business Insider Australia, 2017. Disponível em: <https://www.businessinsider.com.au/japan-aging-prison-2018-3> Acesso em 27 out. 2020.

AMARAL, Silvana; MONTEIRO, Antonio Miguel. 2013. **Parte I: Conceitos Básicos e Medidas em Demografia.** Abordagens Espaciais em Estudos de População: Métodos Analíticos e Técnicas de Representação. Ministério da Ciência e Tecnologia: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Disponível em: http://wiki.dpi.inpe.br/lib/exe/fetch.php?media=ser457-cst310:aulas-2014:popea14_demografia_1.pdf Acesso em 2 maio 2020.

ANDERSON, J. E. **Public policymaking:** An introduction. ed. 1. Boston, Houghton. Mifflin Company, 2003, p. 1-34.

ANG, Carmen. **Mapped: Each Region's Median Age Since 1950.** Visual Capitalist, 2020. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/median-age-changes-since-1950/> Acesso em 8 nov. 2020.

ANTI-DEFAMATION LEAGUE (ADL). **Understanding and Challenging Ageism.** Lesson Plan. 2017. Disponível em: https://www.adl.org/sites/default/files/documents/understanding-and-challenging-ageism_1.pdf Acesso em 2 dez. 2020.

ARUDOU, Debito. 'Embedded Racism' in Japanese Law: Towards a Japanese Critical Race Theory. **Pacific Asia Inquiry**, v.4, n.1, 2013.

BANK OF AMERICA MERRIL LYNCH. **Robot Revolution** – Global Robot & AI Primer. Bank of America Corporation, 2015, Disponível em: http://www.bofam1.com/content/dam/boamlimages/documents/PDFs/robotics_and_ai_condensed_primer.pdf Acesso em 25 jun. 2016.

BARCELONA FIELD STUDIES CENTRE, **Demographic Transition Model.** 2016,

Disponível em: <http://geographyfieldwork.com/DemographicTransition.htm> Acesso em: 2 ago. 2016.

BAUER, Elizabeth. **Is Sweden Our Fertility-Boosting Role Model?**. Forbes, 2019. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/ebauer/2019/08/09/is-sweden-our-fertility-boosting-role-model/?sh=59799eb413cb> Acesso em 21 nov. 2020.

BBC NEWS. **China overtakes Japan as world's second-biggest economy**. BBC, 2011. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-12427321> Acesso em 11 jun. 2020.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; SUGAHARA, Sonoe. Permanentemente temporário: dekassegus brasileiros no Japão. **Revista Brasileira de Estudos de População (REBEP)**, v. 23, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/view/229> Acesso em: 3 maio 2016.

BENGTSON, Vern L.; SETTERSTEN JR.; Richard A.; Theories of Aging: Developments Within and Across Disciplinary Boundaries. In: BENGTSON, Vern L.; SETTERSTEN JR.; Richard A. (eds). **Handbook of Theories of Aging**. New York: Springer Publishing Company, 2009. p. 23-30.

BLAINE, Evan B.; BRENCHLEY, Kimberly J. McClure. **Chapter 9: Understanding Age Stereotypes and Ageism**. In: BLAINE, Evan B.; BRENCHLEY, Kimberly J. McClure. *Understanding the Psychology of Diversity*. SAGE Publications Inc, 2017, p. 175 a 187. Disponível em: https://www.sagepub.com/sites/default/files/upm-binaries/50361_ch_9.pdf Acesso em 2 dez. 2020.

BLOOM, David. E.; BÖRSCH-SUPAN, Axel; McGEE, Patrick; SEIKE, Atsushi. Population Ageing: Macro Challenges and Policy Responses. In: BEARD, John R.; BIGGS, Simon; BLOOM David E.; FRIED Linda P.; HOGAN Paul; KALACHE; OLSHANSKY, S. Jay (eds). **Global Population Ageing: Peril or Promise?**. Geneva: World Economic Forum, 2012.

BLOOM, David; KIRBY, Paige; SEVILLA, JO; STAWASZ, Andrew. **Japan's age wave: Challenges and solutions**. 2018. VOX CEPR Policy Portal. Disponível em:

<https://voxeu.org/article/japan-s-age-wave-challenges-and-solutions> Acesso em 26 mar. 2020.

BLOOM, David; CANNING, David; FINK, Günther. The Graying of Global Population and Its Macroeconomic Consequences. Program on the global demography of aging, **Working Paper Series**, n. 47, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6617061.pdf> Acesso em 17 nov. 2020.

BLOOMBERG, Karl. **Facing the Inevitable**: Using the modern practice of Döstdning to understand Ättestupa. Uppsala University, 2019. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1325178/FULLTEXT01.pdf> Acesso em 1 dez. 2020.

BRAUN, Andrés Sánchez. Abenomics, revolução monetária no Japão infestada de dúvidas. **Revista Exame**, 2013. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/abenomics-uma-revolucao-monetaria-no-japao-infestada-de-duvidas/>. Acesso em 12 abr. 2019.

BRODY, Betsy. BEAUCHAMP, Edward (ed.). **Opening the door**: immigration, ethnicity, and globalization in Japan. East Asia: history, politics, sociology, culture. New York & London: Routledge, 2002.

BOURGUIGNON, Mélanie; GOURBIN, Catherine. **Care for a frail elderly relative in France, Belgium, Italy and Norway**: Profile of informal caregivers, norms and habits of populations. Princeton University, 2014. Disponível em: <http://epc2014.princeton.edu/papers/140730> Acesso em: 11 jun. 2016.

BUCHHOLZ, Katharina. **Is 100 the New 80?**: Centenarians Are Becoming More Common. Statista. 2019. Disponível em: <https://www.statista.com/chart/18826/number-of-hundred-year-olds-centenarians-worldwide/> Acesso em: 19 set. 2019.

BURCH, Thomas K. Demography in a new key: A theory of population theory. **Demographic Research**, v. 9, artigo 11, 2003, p. 263-284.

BURGESS, Chris. **Japan's 'no immigration principle' looking as solid as ever**. Japan Times, 2014. Disponível em: <http://www.japantimes.co.jp/community/2014/06/18/voices/japans->

[immigration-principle-looking-solid-ever/](#) Acesso em: 11 abr. 2016.

BUTKIEWICZ, Lynann. **Implication of Japan's changing demographics**. The National Bureau of Asian Research (NBR): Energy security program, 2012. Disponível em: https://www.nbr.org/wp-content/uploads/pdfs/publications/es_japan_demographics_report.pdf Acesso em 15 set. 2020.

CAMARANO, Ana Amélia. A demografia e o envelhecimento populacional. In: BORGES, Ana Paula Abreu; COIMBRA, Angela Maria Castilho. **Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa**. Fundação Oswaldo Cruz, EAD. 2008.

CARONE, Giuseppe; COSTELLO, Declan. Can Europe Afford to Grow Old?. **Finance&Development Magazine**, v. 43, n. 3, set. 2006. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2006/09/carone.htm> Acesso em: 27 mar. 2016.

CARTENSEN, Laura L.; FRIED, Linda P. **Global Population Ageing: Peril or Promise?**. Global Agenda Council on Ageing Society. World Economic Forum, 2012, p.15. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GAC_GlobalPopulationAgeing_Report_2012.pdf Acesso em 20 mar. 2016.

CARVALHO, José Alberto Magno de; SAWYER, Diana Oya; RODRIGUES, Roberto Nascimento do. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Ed.2. 1998. Disponível em: <https://www.ernestoamaral.com/docs/indsoc-122/biblio/Carvalho1998.pdf> Acesso em 12 abr. 2020.

CERQUEIRA, César Augusto; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. Capítulo 1: Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira. **Introdução à demografia da educação**. ABED: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 2014. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/article/view/150> Acesso em: 2 maio 2020.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Country Comparison: Median Age**. The World Factbook. 2020. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the->

[world-factbook/fields/343rank.html](https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/343rank.html) Acesso em 29 nov. 2020.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Field Listing: Dependency Ratio.** The World Factbook, 2020. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/342.html#AF> Acesso em 04 mar. 2016.

CHEN, Emily. **When Womenomics Meets Reality:** the Japanese government can make structural changes, but cultural attitudes are proving stubborn. The Diplomat: Pacific Money, 2015. Disponível em: <https://thedi diplomat.com/2015/10/when-womenomics-meets-reality/> Acesso em 21 jun. 2020.

CHITOSE, Yoshimi. Policies Targeted to families with children: policy responses to declining fertility. In: ABE, Aya; CHITOSE, Yoshimi; KATSUMATA, Yukiko; OISHI, Akiko (eds.). **Child Related Policies in Japan.** National Institute of Population and Social Security Research: Tokyo, 2004.

CHUNG, Erin, Aeran. **Immigration and citizenship in Japan.** 1. ed. New York: Cambridge University Press, 2010.

COUNTRY METERS. **Monaco Population.** Disponível em: <https://countrymeters.info/en/Monaco> Acesso em 1 dez. 2020.

CRAFT, Lucy. **Suicide claimed more Japanese lives in October than 10 months of COVID.** CBS News, 2020. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/japan-suicide-coronavirus-more-japanese-suicides-in-october-than-total-covid-deaths/> Acesso em 30 nov. 2020.

CULCON – A Digital Cultural Resource of the US-Japan Conference on Cultural and Educational Interchange. **Dual Tracks in Female Occupations:** Ippan Shoku (Non-Career Track) and Sōgō Shoku (Career Track). Cross Currents. Disponível em: <http://www.crosscurrents.hawaii.edu/content.aspx?lang=eng&site=japan&theme=work&subtheme=WOMEN&unit=JWORK023> Acesso em 2 dez. 2020.

DABBAGH, Omar. **This is what happened to Australia's 12,000 refugees from Syria and Iraq.** SBS News, 2019. Disponível em: <https://www.sbs.com.au/news/this-is-what-happened->

[to-australia-s-12-000-refugees-from-syria-and-iraq](#) Acesso em 11 dez. 2020.

DEBERT, Guita Grin. **A invenção da Terceira Idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas**. XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996. Caxambu, Minas Gerais. (GT: Cultura e Política).

DEBERT, Guita Grin. Velhice e o curso da vida pós-moderno. São Paulo: **Revista USP**, n. 42, , 1999, p. 70-83.

DESJARDINS, Jeff. **The Demographic Timebomb: A Rapidly Aging Population**. Visual Capitalist, 2017. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/demographic-timebomb-rapidly-aging-population/> Acesso em 17 nov. 2020.

DESJARDINS, Jeff. **Mapped: The Median Age of the Population on Every Continent**. Visual Capitalist, 2019. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/mapped-the-median-age-of-every-continent/> Acesso em 19 maio 2019.

DICIONÁRIO PRIBERAM. **Coorte**. Priberam Informática, 2008-2013. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/coorte>. Acesso em: 11 set. 2016.

DUVANDER, Ann-Zofie; FERRARINI, Tommy; THALBERG, Sara. **Swedish parental leave and gender equality: Achievements and reform challenges in a European perspective**. Institute for Future Studies, 2005. Disponível em: <https://www.iffs.se/media/1118/20051201134956filU8YIJLRAaC7u4FV7gUmy.pdf> Acesso em 18 nov. 2020.

ECONOMIST, The. **Why the Japanese are having so few babies**. The Economist explains, 2014. Disponível em: <https://www.economist.com/the-economist-explains/2014/07/23/why-the-japanese-are-having-so-few-babies> Acesso em 06 fev. 2016.

EDMOND, Charlotte. **Elderly people make up a third of Japan's population – and it's reshaping the country**. 2019. World Economic Forum. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2019/09/elderly-oldest-population-w> Acesso em 14 abr.

2020.

EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL (在ブラジル日本国大使館). **Sistema de Saúde**. Japan Fact Sheet. 2020. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/pdf/saude.pdf> Acesso em 16 out. 2020.

ERMISCH, John. **Population ageing: crisis or opportunity?**. University of Essex: Institute for Social and Economic Research, n. 38, 2008.

E-STAT. データセット一覧. 2019. Disponível em: <https://www.e-stat.go.jp/stat-search/files?page=1&layout=datalist&toukei=00250012&tstat=000001018034&cycle=1&year=20180&month=24101212&tclass1=000001060399&tclass2val=0> Acesso em 10 dez. 2020.

FOSTER, Malcolm. **Aging Japan: Robots may have role in future of elder care**. Reuters, 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-japan-ageing-robots-widerimage-idUSKBN1H33AB> Acesso em 23 jun. 2020.

FREY, Luisa. **Por que os jovens casam cada vez mais tarde?**. DW, 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/por-que-os-jovens-casam-cada-vez-mais-tarde/a-19102520> Acesso em 18 nov. 2020.

FUKADA, Shiho. **Japan's Prisons Are a Haven for Elderly Women**. Bloomberg Business, 2018. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/features/2018-03-16/japan-s-prisons-are-a-haven-for-elderly-women> Acesso em 27 out. 2020.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **World Economic Outlook Database. 2020**. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2020/October> Acesso em 18 nov. 2020.

GAVRILOV, Leonid A.; HEUVELINE Patrick. Aging of Population. In: DEMENY, Paul; McNICOLL, Geoffrey (eds.). **The Encyclopedia of Population**. New York: Macmillan Reference USA, 2003.

GOTO, Shihoko. Seeking Answers to the Global Challenge of an Aging Society. In: WILSON CENTER; SASAKAWA PEACE FOUNDATION. **The foreign policy and security implications of global aging for the future of Japan-US relations**. Report of the sixth annual Japan-US joint public forum, 2014. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/asia_150128_global_aging_report_0310.pdf Acesso em: 28 abr. 2017.

GRINT, Keith. **Wicked Problems and Clumsy Solutions: the Role of Leadership**. Clinical Leader. Stanford: BAMM Publications, v.1, n.2, dez. 2008.

HAAS, Mark L. **Population Aging and International Conflict**. Oxford Research Encyclopedia of Politics. 2017.

HARVARD BUSINESS REVIEW. **How the Medical Industry is Improving Life for Japan's Aging Population**. 2018. Disponível em: <https://hbr.org/sponsored/2018/03/how-the-medical-industry-is-improving-life-for-japans-aging-population> Acesso em 28 mar. 2018.

HAUPTY, Arthur; KANE, Thomas. **População Mundial: Índices e Conceitos Demográficos**. Tradução por Luiz Fernando Soares de Castro. Population Reference Bureau (PRB). 2009.

HAY, Mark. **Why Robots Are the Future of Elder Care**. Good, 2015. Disponível em: <https://www.good.is/articles/robots-elder-care-pepper-exoskeletons-japan> Acesso em 29 jun. 2020.

HE, Wan; GOODKING, Daniel; KOWAL, Paul. **An Aging World: 2015 - International Population Reports**. United States Census Bureau. Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, 2016. Disponível em: <https://www.census.gov/content/dam/Census/library/publications/2016/demo/p95-16-1.pdf> Acesso em: 09 set. 2016.

HIRANO, Yūko. **Foreign Care Workers in Japan: A Policy Without a Vision**. Nippon.com, 2017. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/currents/d00288/> Acesso em 16 maio 2019.

HAYASHI, Fumio; PRESCOTT, Edward. The 1990s in Japan: A Lost Decade. **Review of Economic Dynamics**, v. 5, 2002. Disponível em: <https://www.minneapolisfed.org/~media/files/research/prescott/papers/japan.pdf?la=en>

Acesso em 17 nov. 2020.

HOLLOWAY, Susan D. **Women and Family in Contemporary Japan**. Cambridge University Press. 2010.

HOOVER, Rowan. **How astrology and superstition drove an increase in abortions in Japan**. The Japan Times, 2012. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2012/07/08/national/science-health/how-astrology-and-superstition-drove-an-increase-in-abortions-in-japan/> Acesso em 16 fev. 2016.

HOPFENBERG, Russell. **An expansion of the demographic transition model**: the dynamic link between agricultural productivity and population. Psychiatry and Behavioral Sciences Department, Duke University. 2014. Disponível em: https://mahb.stanford.edu/wp-content/uploads/2015/01/An_expansion_of_the_demographic_transition_model-libre.pdf Acesso em 19 dez. 2018.

HORIAI, Mary Beth. **Beyond the demographic transition**: the case of Japan. University of Nevada, Las Vegas. 2011. Disponível em: <https://digitalscholarship.unlv.edu/thesesdissertations/987> Acesso em 03 janeiro 2020.

HOSEIN, Adam. “Where Are You Really From?” Ethnic and Linguistic Immigrant Selection Policies in Liberal States. In: CUDD, Ann E.; LEE, Win-chiat (eds.). **Citizenship and Immigration** - Borders, Migration and Political Membership in a Global Age. AMINTAPHIL: The Philosophical Foundations of Law and Justice 6. Switzerland: Springer International Publishing, 2016. p. 191-202.

IIDA, MAI. **Robot niche expands in senior care**. The Japan Times, 2013. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2013/06/19/national/social-issues/robot-niche-expands-in-senior-care/#.VXhE-RNVikr> Acesso em 26 jun. 2020.

INAGAWA, Hidekazu. Demographic Policy. In: FUBANASHI, Yoichi (ed.). **Japan's Population Implosion: the 50 million shock**. Rebuild Japan Initiative Foundation Palgrave Macmillan, 2018.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**. 2019. Disponível em: http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm?mod=article_inline Acesso em 1 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Conceitos**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm> Acesso em 18 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> Acesso em 12 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dicionário demográfico multilíngüe: versão brasileira**. Centro Brasileiro de Estudos Demográficos. Rio de Janeiro, 1969. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14136.pdf> Acesso em 2 maio 2020.

JAPAN HEALTH POLICY NOW. **Long-term Care Insurance**. 2020. Disponível em: <http://japanhpn.org/en/longtermcare/> Acesso em 21 out. 2020.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA). **Second Study on International Cooperation for Population and Development: New Insights from the Japanese Experience** Insights from the Japanese Experience, Executive Summary. Institute for International Cooperation (IIC), 2003. Disponível em: http://jica-ri.jica.go.jp/IFIC_and_JBICI-Studies/english/publications/reports/study/topical/ssic/index.html Acesso em: 17 ago. 2016.

JAPANESE MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE (MHLW). **Table 1-29 Death rates (per 100,000 population) by cause of death and sex, by year**. In: JAPANESE MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE (MHLW). Handbook of Health and Welfare Statistics 2019. Disponível em: <https://www.mhlw.go.jp/english/database/db-hh/1-2.html> Acesso em 16 dez. 2020.

JAPANESE MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE (MHLW). 改正育児・介護休業法について. 2014. Disponível em: <https://www.mhlw.go.jp/english/policy/children/work-family/index.html> Acesso em 13 out. 2020.

JAPANESE MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE (MHLW). 日本の介護保険制度について. 2016. Disponível em: <https://www.mhlw.go.jp/english/policy/care-welfare/care-welfare-elderly/index.html> Acesso em 13 out. 2020.

JAPAN TIMES, The. **Doctors and patients in parts of Japan with few pediatricians turn to mobile apps for advice.** 2019. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2019/07/09/national/doctors-patients-parts-japan-pediatricians-turn-mobile-apps-advice/#.XqoIRC-z0xN> Acesso em 29 abr. 2020.

JAPAN TIMES, The. **Fears grow that Japan's birth rate and aging crisis could be worsened by pandemic.** 2020. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2020/08/18/national/social-issues/birth-rate-aging-crisis-coronavirus> Acesso em 18 ago. 2020.

JAPAN TIMES, The. **Measures to reduce the youth suicide rate.** 2017. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2017/08/04/editorials/measures-reduce-youth-suicide-rate/> Acesso em 19 out. 2020.

JOHNSON, Steve. **Emerging countries to account for 80% of world's elderly.** Financial Times, 2016. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/3/19d3879e-1dc9-11e6-b286-cddde55ca122.html#axzz4ABCXJned> Acesso em 27 maio 2016.

JONES, Katie. **The Problem of an Aging Global Population, Shown by Country.** Visual Capitalist, 2020. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/aging-global-population-problem/> Acesso em 26 nov. 2020.

JOZUKA, Emiko. **Inside the Japanese town that pays cash for kids.** CNN, 2019. Disponível

em: <https://edition.cnn.com/2018/12/27/health/japan-fertility-birth-rate-children-intl/index.html> Acesso em 03 abr. 2020.

JOZUKA, Emiko. **In the 'land of the immortals': Japan's centenarian pop band.** CNN Health, 2018. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/06/08/health/japan-longevity-centenarians-aging-population/index.html> Acesso em 19 set. 2020.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato; RAMOS, Luiz Roberto. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. **Revista São Paulo: Saúde Pública**, v. 21, n. 3, 1987. p. 200- 210.

KANO, Ayako. Womenomics and Acrobatics: Why Japanese Feminists Remain Skeptical about Feminist State Policy. **Feminist Encounters: A Journal of Critical Studies in Culture and Politics**, 2 (1), 06, 2018.

KARPILO, Jessica. **What Does It Mean When a Country Is Developed or Developing?.** ThoughtCo., 2020. Disponível em: <https://www.thoughtco.com/developed-or-developing-dividing-the-world-1434457> Acesso em 23 nov. 2020.

KASHIWA-NO-HA. **Initiatives:** What is going on in the smart city?. 2020. Disponível em: <https://kashiwanoha-smartcity.com/en/initiatives/> Acesso em 30 nov. 2020.

KATANUMA, Marika. **Japanese Women Face a Future of Poverty.** Bloomberg, 2020. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-01-11/japan-s-population-crisis-is-pushing-more-women-into-poverty> Acesso em 18 jun. 2020.

KAWAGUCHI, Akira. **Japanese Women Face Tough Reality in Work and Marriage.** Nippon.com, 2015. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/in-depth/a04601/> Acesso em 2 dez. 2020.

KINGSTON, Jeff. **Contemporary Japan:** history, politics, and social change since the 1980s. Wiley-Blackwell. 1 ed. 2011.

KLUGE, Fanny; ZAGHENI, Emilio; LOICHINGER, Elke; VOGT, Tobias. The Advantages

of Demographic Change after the Wave: Fewer and Older, but Healthier, Greener, and More Productive?. **PLOS One**, v. 9, n. 9, 2014. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article/file?id=10.1371/journal.pone.0108501&type=printable> Acesso em 23 nov. 2020.

KNIGHT John; TRAPHAGAN, John W. The Study of the Family in Japan: Integrating Anthropological and Demographic Approaches. In: TRAPHAGAN, John W.; KNIGHT, John (eds.). **Demographic Change and the Family in Japan's Aging Society**. SUNY (State University of New York) Press, 2003.

KOBAYASHI, Kazushige. **The failure of democracy and the coming silver age in Japan**. Politiikasta. 2015. Disponível em: <http://politiikasta.fi/the-failure-of-democracy-and-the-coming-silver-age-in-japan/> Acesso em: 12 jun. 2017.

KIRKWOOD, Thomas. **Why Women Live Longer: Stress alone does not explain the longevity gap**. Scientific American, 2010. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/why-women-live-longer/> Acesso em 20 out. 2020.

KOCH, Katie, **Explaining the baby bust**. Harvard Gazette, set. 2012. Disponível em: <http://news.harvard.edu/gazette/story/2012/09/explaining-the-baby-bust/> Acesso em: 21 maio 2016.

KODAMA, Takashi. **Japan's Immigration Problem**: Looking at immigration through the experiences of other countries. Daiwa Institute of Research. 2015.

KOMIYAMA, Hiroshi; YAMADA, Koichi. **New Vision 2050: A Platinum Society** (Science for Sustainable Societies). Springer. 1 ed. 2018.

KODERA, Atsushi. **Osaka moves to allow foreign housekeepers**. The Japan Times, 2016. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2016/01/28/national/osaka-moves-allow-foreign-housekeepers/#.V8fLM5N97LY> Acesso em 08 set. 2018.

KONDO, Atsushi. Development of Immigration Policy in Japan. **Asian and Pacific Migration Journal**, v.11, n.4, 2002.

LANDER UNIVERSITY. **Philosophy 312: Oriental Philosophy, Main Concepts of Confucianism.** Oriental Philosophy, 2000. Disponível em: <https://philosophy.lander.edu/oriental/main.html> Acesso em 1 dez. 2020.

LEE, Ronald. The Demographic Transition: Three Centuries of Fundamental Change. **Journal of Economic Perspectives** v. 17 n. 4, p.167-190, 2003. Disponível em: http://www.economie.ens.fr/IMG/pdf/lee_2003.pdf Acesso em 19 ago. 2016.

LEGRAIN, Philippe. **Immigrants: your country needs them.** 2. ed. Oxford, Princeton University Press, 2007.

LEUPRECHT, Christian. International Security Strategy and Global Population Aging. **Journal of Strategic Security**, v. 3, n. 4, 2010. p. 27-48.

LIE, John. Ordinary (Korean) Japanese. In: MARTINEZ, D.P (eds). **Modern Japanese Culture and Society.** V.IV: Religion and marginal society. Routledge Library of Modern Japan. 2007.

LIES, Elaine; TAKENAKA, Kiyoshi; GALLAGHER, Chris. **Ageing and empty: Japan next premier's hometown highlights challenges ahead.** Reuters, 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-japan-politics-suga-hometown-idUSKBN2640XA> Acesso em 14 set. 2020.

MACER, Darryl. What Japan can Offer to International Bioethics. In: **Ninth Annual Meeting of Japan Association of Bioethics.** Third International Tsukuba Bioethics Roundtable: What Asia can offer to International Bioethics, 1997. Disponível em: <https://www.eubios.info/TRT3.htm> Acesso em dez. 1. 2020.

MAEDA, Masako. **Japan Struggles to Ward Off a Childless and Aging Society.** Nippon. 2019. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/currents/d00452/japan-struggles-to-ward->

[off-a-childless-and-aging-society.html](#) Acesso em 07 fev. 2020.

MATHIASSEN, David G. **The Capacity for Long-term Decision Making in Seven OECD Countries: The Case of Ageing.** Working paper AWP 6.1. Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). 1998. Disponível em: <http://www.oecd.org/els/public-pensions/2429430.pdf> Acesso em 25 set. 2016.

MATSUE, Regina Yoshie; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. “Quem se diferencia apanha” (deru kui ha watareru): experiência etnográfica, afeto e antropologia no Japão. **Mana**, 23 (2), 2017, p. 427-454. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v23n2/1678-4944-mana-23-02-00427.pdf> Acesso em 29 nov. 2020.

MATSUI, Kathy; SUZUKI, Hiromi; TATEBE, Kazunori. **20 years on Womenomics 5.0.** Goldman Sachs, 2019.

MATSUI, Kathy. **Womenomics 20 years on: Has anything changed?.** Japan Times, 2019. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2019/08/08/commentary/japan-commentary/womenomics-20-years-anything-changed/> Acesso em 3 dez. 2020.

MCCURRY, Justin. **'Dementia towns': how Japan is evolving for its ageing population.** The Guardian, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/15/dementia-towns-japan-ageing-population> Acesso em 10 set. 2020.

MCCURRY, Justin. **Japanese government measures fail to cut suicide rate.** The Guardian, 2008. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2008/jun/20/japan> Acesso em 1 dez. 2020.

MCCURRY, Justin. **Japan prefecture to stop hiring female 'tea squad' for meetings.** The Guardian, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/06/japan-prefecture-to-stop-hiring-female-tea-squad-for-meetings> Acesso em 1 nov. 2020.

MELLO, Luiz; SCHOTTE, Simone; TIONGSON, Erwin R.; WINKLER, Hernan. **Greying the budget: ageing and preferences over public policies.** Institute for the Study of Labor (IZA),

Discussion Paper, n. 9681, jan. 2016.

MENJU, Toshihiro. Accepting Immigrants: Japan's Last Opportunity for Economic Revival. **Asian Pacific Bulletin**. n. 169, 2012. Disponível em: https://www.eastwestcenter.org/sites/default/files/private/apb169_0.pdf Acesso em: 01 maio 2019.

MGM RESEARCH. **China Vs Japan – GDP Indicators Comparison**. MGM Research, 2019. <https://mgmresearch.com/china-vs-japan-gdp-indicators-comparison/> Acesso em 30 out. 2020.

MIZUNO, Tetsu. **Abenomics is Womenomics**. Discuss Japan: Japan Foreign Policy Forum (JFPF), n. 31, 2015. Disponível em: https://www.japanpolicyforum.jp/pdf/2016/no31/DJweb_31_eco_03.pdf Acesso em 3 dez. 2020.

MURAMATSU, Naoko; AKIYAMA, Hiroko. Japan: Super-Aging Society Preparing for the Future. **The Gerontologist**, v. 51, n. 4, 2011. p. 452-432. Disponível em: <http://gerontologist.oxfordjournals.org/content/51/4/425.full.pdf+html> Acesso em: 16 mar. 2016.

MURPHY-SHIGEMATSU, Stephen. Identities of Multiethnic People in Japan. In: MARTINEZ, D.P (ed). **Modern Japanese Culture and Society**. IV: Religion and marginal society. Routledge Library of Modern Japan, 2007.

MYERS, Joe. **Want to reach your 100th birthday? Perhaps you should move here**. World Economic Forum. 2016. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2016/12/this-is-the-country-with-the-most-centenarians-per-capita/> Acesso em 17 jan. 2017.

NIPPON. **Japanese Generations: Boom, Bubble, and Ice Age**. 2019. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/japan-data/h00535/japanese-generations-boom-bubble-and-ice-age.html> Acesso em 17 nov. 2020.

NIPPON. **Marriage Statistics in Japan: Average Age of Couples Continues to Rise**. 2020.

Disponível em: <https://www.nippon.com/en/japan-data/h00759/> Acesso em 17 nov. 2020.

NIPPON. **Prison as a Safety Net for the Elderly in Japan**. 2018. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/features/h00195/prison-as-a-safety-net-for-the-elderly-in-japan.html> Acesso em 08 jul. 2019.

NIPPON FOUNDATION, THE. **The Nippon Foundation Suicide Prevention Project**. 2020. Disponível em: https://www.nippon-foundation.or.jp/en/what/projects/suicide_measures Acesso em 1 dez. 2020.

NOBEL, Justin. **Growing Old with the Inuit**. New York: Nowhere Magazine, 2015. Disponível em: <https://nowheremag.com/2015/04/growing-old-with-the-inuit-3/> Acesso em 2 dez. 2020.

NOBEL, Justin. **Japan's 'Lonely Deaths': A Business Opportunity**. TIME, 2010. Disponível em: <http://content.time.com/time/world/article/0,8599,1976952,00.html> Acesso em 10 ago. 2020.

NYE, Joseph S. Jr. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. 1. ed. PublicAffairs, 2005.

O'CONNOR, Sarah. World will have 13 'super-aged' nations by 2020. London: **Financial Times**, 2014. Disponível em: <https://www.ft.com/content/f356f8a0-1d8c-11e4-8f0c-00144feabdc0> Acesso em: 26 jul. 2016.

OGAWA, Naohiro; MATSUKURA, Rikiya. **Ageing in Japan: The Health and Wealth of Older Persons**. Nihon University, 2007.

OGURO, Kazumasa. Population Growth Policy and Public Finance. In: FUBANASHI, Yoichi (ed.). **Japan's Population Implosion: the 50 million shock**. Rebuild Japan Initiative Foundation Palgrave Macmillan, 2018.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD).

Pensions at a Glance 2019. 2019. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/b6d3dcfc-en.pdf?expires=1605820821&id=id&accname=guest&checksum=8FF988D715068D411147C4503F87CAEE> Acesso em 19 nov. 2020.

ORTIZ-OSPINA, Esteban; ROSER, Max. **Marriages and Divorces.** Our World in Data, 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/marriages-and-divorces> Acesso em 18 nov. 2020.

PAOLONE, Alessia. **Countries With The Oldest Population.** World Atlas, 2020. Disponível em: <https://www.worldatlas.com/articles/countries-with-the-oldest-population.html> Acesso em 1 dez. 2020.

PAPADEMETRIOU, Demetrios; HAMILTON, Kimberly. **Reinventing Japan: Immigration's Role in Shaping Japan's Future.** Carnegie Endowment for International Peace, 1 ed. 2000.

PINSKER, Joe. **Why Icelandic Dads Take Parental Leave and Japanese Dads Don't: A generous policy is of little use when work culture heavily discourages men from taking time off.** The Atlantic, 2020. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/family/archive/2020/01/japan-paternity-leave-koizumi/605344/> Acesso em 24 mar. 2020.

POPULATION REFERENCE BUREAU (PRB). **International Data: Japan.** 2019. Disponível em: <https://www.prb.org/international/geography/japan> Acesso em 9 dez. 2019.

POPULATION REFERENCE BUREAU (PRB). **Countries With the Oldest Populations in the World.** 2020. Disponível em: <https://www.prb.org/countries-with-the-oldest-populations/#> Acesso em 08 jul. 2020.

POULAIN, Michel; HERN, Anne; PES, Gianni. The Blue Zones: areas of exceptional longevity around the world. **Vienna Yearbook of Population Research**, v. 11, 2013. p. 87–108. Disponível em: https://austriaca.at/0xc1aa500e_0x00307bb6.pdf Acesso em 13 out. 2020.

POWELL, Jason L; KHAN, Hafiz T. A. Ageing and Globalization: A Global Analysis. p. 137-

146. **Journal of Globalization Studies**, v. 4, n. 1, 2013.

RANKIN, Jennifer. **EU court rules three member states broke law over refugee quotas.** The Guardian, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/law/2020/apr/02/eu-court-rules-three-countries-czech-republic-hungary-poland-broke-law-over-refugee-quotas> Acesso em 10 out. 2019.

RAYOME, Alison DeNisco. **Myth busted:** Older workers are just as tech-savvy as younger ones, says new survey. Tech Republic, 2016. Disponível em: <https://www.techrepublic.com/article/myth-busted-older-workers-are-just-as-tech-savvy-as-younger-ones-says-new-survey/> Acesso em 14 dez. 2020.

REUTERS. **Japan:** the silver lining in a greying society. Japan: sharing tomorrow, 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/brandfeatures/japan-the-silver-lining-in-a-greying-society#forward> Acesso em 24 nov. 2020.

RICH, Motoko. **Craving Freedom, Japan's Women Opt Out of Marriage.** New York Times, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/03/world/asia/japan-single-women-marriage.html> 20 mar. 2020.

RICHE, Martha Farnsworth. Low Fertility and Sustainability. In: **World Watch Institute Magazine**, v. 7, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.worldwatch.org/node/561> Acesso em: 04 jun. 2016.

RODIONOVA, Zlata. **Half of Japanese women workers fall victim to 'maternity harassment' after pregnancy.** UK: Independent, 2015. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/business/news/half-japanese-women-workers-fall-victim-maternity-harassment-after-pregnancy-a6736386.html> Acesso em 23 set. 2020.

ROWLAND, Donald T. Population Aging: The Transformation of Societies. In: Series: POWELL, Jason L., CHEN, Sheying (eds.). **International Perspectives on Aging.** Australian National University: Springer Science, 2012.

ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY; IBG. **A 60 Second Guide to the Demographic Transition Model**. 2016. Disponível em: <https://www.rgs.org/NR/rdonlyres/9CD3296A-38AD-4BCA-9DB8-427A717335EF/0/60sDemographicTransitionModel.pdf> Acesso em 02 ago. 2016.

SANSO, Suresh Penny Vera. **No mercy killing, this**. The Hindu, 2010. Disponível em: <https://www.thehindu.com/features/magazine/No-mercy-killing-this/article16578389.ece> Acesso em 2 dez. 2020

SANTOS, Yumi Garcia dos. **As mulheres em tempos de crise: “situação fronteira” das mães chefes de família monoparental no Japão**. Fundação Japão em São Paulo: Série especial de ensaios, 2020. Disponível em: <https://fjsp.org.br/estudos-japoneses/artigo/serie-especial-de-ensaios-as-mulheres-em-tempos-de-crise/> Acesso em 30 out. 2020.

SATO, Ryuzaburo; IWASAWA, Miho. Contraceptive Use and Induced Abortion in Japan: How Is It So Unique among the Developed Countries?. **The Japanese Journal of Population**, v.4, n.1. 2006.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Geriatria e Gerontologia, 2008.

SCOMMEGNA, Paola. **Which Country Has the Oldest Population? It Depends on How You Define ‘Old’**. Population Reference Bureau (PRB), 2019. Disponível em: <https://www.prb.org/which-country-has-the-oldest-population/> Acesso em 29 nov. 2020.

SCOTT, Russel Parry. Envelhecimento e juventude no Japão e no Brasil. In: MINAYO, MCS.; COIMBRA JUNIOR; CEA. (orgs.) **Antropologia, saúde e envelhecimento [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Antropologia & Saúde collection, p. 103-127.

SEMUELS, Alana. **Japan is no place for single mothers**. The Atlantic, Business, 2017. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/business/archive/2017/09/japan-is-no-place-for-single-mothers/538743/> Acesso em 17 maio 2019.

SHAMBAUGH, Jay; NUNN, Ryan; PORTMAN, Becca. **Lessons from the Rise of Women's Labor Force Participation in Japan**. The Hamilton Project: Brookings, 2017. Disponível em: https://www.hamiltonproject.org/assets/files/lessons_from_rise_womens_labor_force_participation_japan_economic_analysis.pdf Acesso em 14 dez. 2020.

SHIBATA, Mari. **What will Japan do with all of its empty 'ghost' homes?.** BBC: Worklife, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/worklife/article/20191023-what-will-japan-do-with-all-of-its-empty-ghost-homes> Acesso em 23 nov. 2019.

SIEG, Linda. **Japan to delay "womenomics" target for female leaders by up to a decade**. REUTERS, 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-japan-politics-women-idUSKBN2410MA> Acesso em 2 jul. 2020.

STATISTA. **Number of people aged 100 years and above in Japan from 2010 to 2019, by gender**. 2020. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1172781/japan-number-centenarians-by-gender/> Acesso em 11 out. 2020.

STATISTA. **Patients profile of COVID-19 cases in Japan as of October 2020, by age group**. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1105162/japan-patients-detail-novel-coronavirus-covid-19-cases-by-age-and-gender/> Acesso em 2 nov. 2020.

STATISTICS BUREAU OF JAPAN (SBJ). **Statistical handbook of Japan 2017**. Ministry of Internal Affairs and Communications, 2018. Disponível em: <http://www.stat.go.jp/english/data/handbook/pdf/2017all.pdf#page=1> Acesso em: 21 jan. 2018.

STATISTICS BUREAU OF JAPAN (SBJ). **Statistical Handbook of Japan 2020**. Ministry of Internal Affairs and Communications, 2020. Disponível em: <https://www.stat.go.jp/english/data/handbook/pdf/2020all.pdf#page=1> Acesso em nov. 1. 2020.

SUZUKI, Hikaru. **Death and Dying in Contemporary Japan**. New York: Routledge, 1. ed. 2013.

TACHI, Minoru; OKAZAKI, Yōichi. Japan's Postwar Population and Labor Force. **The Developing Economies**, v. 7, n. 2. p. 170-179. Institute of Developing Economies, 1969.

TAYLOR, Adam. **Japan sets a new record number for people over 100 years old — and almost all are women.** Washington Post, 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2018/09/14/japan-sets-new-record-number-people-over-years-old-almost-all-are-women/> Acesso em 19 set. 2020.

THOMSON, Janice E. Explaining the Regulation of Transnational Practices: A State-Building Approach. In: ROSENAU, James. N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto. (eds.). **Governance Without Government Order and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

TOYOKA, Ryo. **At record pace, population of Japan falls for 9th straight year.** The Asahi Shimbun. 2020. Disponível em: www.asahi.com/ajw/articles/13299462 Acesso em 20 abr. 2020.

TSUDA, Takeyuki. The stigma of ethnic difference: the structure of prejudice and “discrimination” toward Japan’s new immigrant minority. In: MARTINEZ, D.P (ed). **Modern Japanese Culture and Society**. V.IV: Religion and marginal society. Routledge Library of Modern Japan. 2007.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. A inserção internacional japonesa no século XXI. **Revista de Estudos Japoneses**, n.31, p.11-25, 2011.

UNITED NATIONS. **'Silent revolution' of world ageing has economic, spiritual implications, says secretary-general in message on international day of older persons.** Press Release, 1998. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/1998/19980930.sgsm6727.html> Acesso em 11 dez. 2020.

UNITED NATIONS Department of Economic and Social Affairs (UN DESA). **Population Ageing and Development: Ten Years After Madrid.** 2012. Disponível em: http://www.un.org/esa/socdev/documents/ageing/Data/popfacts_10yearsafterMadrid.pdf

Acesso em 21 abr. 2016.

UNITED NATIONS Department of Economic and Social Affairs (UN DESA). **World Population Ageing: 1950-2050.** 2002. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/worldageing19502050/> Acesso em: 28 jun. 2016.

UNITED NATIONS Department of Economic and Social Affairs (UN DESA). **World Population Ageing 2015 Report.** 2015. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/ageing/WPA2015_Report.pdf Acesso em: 24 mar. 2016.

UNITED NATIONS Department of Economic and Social Affairs (UN DESA). **World Population Ageing 2017 Highlights.** 2017. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/ageing/WPA2017_Highlights.pdf Acesso em: 12 maio 2019.

UNITED NATIONS Department of Economic and Social Affairs (UN DESA). **World Population Ageing 2019.** 2020. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/ageing/WorldPopulationAgeing2019-Report.pdf> Acesso em 28 nov. 2020.

UNITED NATIONS Development Programme (UNDP). Human Development Index (HDI). 2020. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi> Acesso em 1 dez. 2020.

UNITED NATIONS Inter-agency Group for Child Mortality Estimation (UN IGME). **Under-five mortality rate total Japan.** 2020. Disponível em: <https://childmortality.org/data/Japan> Acesso em 11 dez. 2020.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). **The State of World Population 2018.** The Power of choice: reproductive rights and the demographic transition. New York: United Nations Population Fund. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub->

[pdf/UNFPA_PUB_2018_EN_SWP.pdf](#) Acesso em: 1 maio 2019.

UOL. **Número de casamentos cai 1,6% e divórcios aumentam 3,2% entre 2017 e 2018.** 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/04/numero-de-casamentos-cai-16-e-divorcios-aumentam-32-entre-2017-e-2018.htm> Acesso em 17 nov. 2020.

VALENTINE, James. On the borderlines: the significance of marginality in Japanese society. In: MARTINEZ, D.P (ed). **Modern Japanese Culture and Society**. V.IV: Religion and marginal society. Routledge Library of Modern Japan. 2007.

VISCO, Ignazio. Ageing populations: economic issues and policy challenges. Kiel **Week Conference: Economic Policy for ageing societies**, OECD, 18 jun. 2001.

VOGELSTEIN, Rachel B.. **Abenomics Is Womenomics**. Council on Foreign Relations, 2015. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/abenomics-womenomics> Acesso em 3 dez. 2020.

WALIA, Simran. **The economic challenge of Japan's aging crisis**. The Japan Times. 2019.

WAMSLEY, Laurel. **Japan's Births Decline To Lowest Number On Record**. NPR, 2019. Disponível em: <https://www.npr.org/2019/12/24/791132555/japans-births-decline-to-lowest-number-on-record> Acesso em 28 jan. 2021.

WELLER, Chris. **Japan is facing a 'death by overwork' problem** — here's what it's all about. Business Insider, 2017. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/what-is-karoshi-japanese-word-for-death-by-overwork-2017-10?op=1> Acesso em 04 jun. 2017.

WELLER, Chris. **This is death to the family**: Japan's fertility crisis is creating economic and social woes never seen before. Business Insider, 2017. Disponível em: <http://www.businessinsider.com/japan-fertility-crisis-2017-4> Acesso em 24 maio 2017.

WIKIMEDIA. **Regiões e prefeituras do Japão**. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/45/Regions_and_Prefectures_of_Japan_\(pt\).svg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/45/Regions_and_Prefectures_of_Japan_(pt).svg) Acesso em 20 mai. 2020.

WILLEKENS, Frans. Migration Flows: Measurement, Analysis and Modeling. In: M.J. White (ed.), **International Handbook of Migration and Population Distribution**. International Handbooks of Population 6. London: Springer Science + Business Media Dordrecht, 2016. p. 225-243.

WILSON, Kristin. **Japan Needs a New Path for Womenomics and Gender Equality**. Tokyo Review, 2020. Disponível em: <https://www.tokyoreview.net/2020/10/japan-needs-a-new-path-for-womenomics-and-gender-equality-in-post-abe-era/> Acesso em 3 dez. 2020.

WILSON CENTER, The Sasakawa Peace Foundation. **The foreign policy and security implications of global aging for the future of Japan-US relations**. Report of the sixth annual Japan-US joint public forum. 2014. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/asia_150128_global_aging_report_0310.pdf Acesso em: 28 abr. 2017.

WORLD BANK, The. **Age Dependency Ratio: Older Dependents to Working-Age Population for Japan**. Federal Reserve Bank of St. Louis. 2019. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/SPPOPDPNDOLJPN> Acesso em 3 maio 2020.

WORLD BANK, THE. **Age dependency ratio (% of working-age population)**. 2017.

WORLD BANK, The. **Current health expenditure (% of GDP) - Japan, World, OECD members, United States**. 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SH.XPD.CHEX.GD.ZS?locations=JP-1W-OE-US> Acesso em 1 nov. 2020.

WORLD BANK, The. **Fertility rate, total (births per woman) – Japan. 2020**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.TFRT.IN?end=2015&locations=JP&start=1960&view=chart> Acesso em 14 dez. 2020.

WORLD BANK, The. **Gini index (World Bank estimate)**. Federal Reserve Bank of St. Louis (FRED). 2020. Disponível em:

https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?most_recent_value_desc=false&view=map
p Acesso em 17 nov. 2020.

WORLD BANK, The. **Labor force, female (% of total labor force) - Japan, OECD members.** 2020. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTL.FE.ZS?locations=JP-OE&most_recent_value_desc=false Acesso em 02 set. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Japan turning a corner in suicide prevention.** 2015. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/japan_story/en/ Acesso em 1 dez. 2020.

WORLD POPULATION REVIEW. **Suicide Rate by Country 2020.** 2020. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/suicide-rate-by-country> Acesso em 1 dez. 2020.

WORLDOMETER. **Life Expectancy of the World Population.** 2020. Disponível em: <https://www.worldometers.info/demographics/life-expectancy/> Acesso em 2 dez. 2020.

WORLDOMETER. **World Demographics.** 2020. Disponível em: <https://www.worldometers.info/demographics/world-demographics/> Acesso em 29 nov. 2020.

WORLD POPULATION REVIEW. **GDP Ranked by Country 2020.** 2020. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/countries/countries-by-gdp> Acesso em 29 out. 2020.

ZAIDI, Batool; MORGAN; Philip S. The Second Demographic Transition Theory: A Review and Appraisal. **Annual Review of Sociology**, v. 43, p. 473-492, jul. 2017.

YAZAKI, Hikariko; GATAYAMA, Miho. **Japan's female labor force set to toss out M-curve.** Nikkei Asia, 2017. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/Japan-s-female-labor-force-set-to-toss-out-M-curve> Acesso em 3 dez. 2020.

YENILMEZ, Meltem Ince. Economic and Social Consequences of Population Aging the Dilemmas and Opportunities in the Twenty-First Century. In: **Applied Research in Quality of Life: The Official Journal of the International Society for Quality-of-Life Studies**, v. 9, n.

2, 2014.

YOSHIDA, Reiji. **Japan census report shows surge in elderly population, many living alone.** The Japan Times, 2016. Disponível em: <http://www.japantimes.co.jp/news/2016/06/29/national/japan-census-report-shows-surge-elderly-population-many-living-alone/> Acesso em 22 out. 2016.

YOSHIDA, Reiji. **Numbers tell tale of Japan's postwar rise and fall.** The Japan Times, 2015. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2015/01/05/national/numbers-tell-tale-japans-postwar-rise-fall/> Acesso em 17 nov. 2020.